

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Iolanda Araujo Ferreira dos Santos

**“SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE”: MULHERES,
FEMINISMO E POLÍTICA NO MST**

Santa Maria, RS
2019

Iolanda Araujo Ferreira dos Santos

**“SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE”: MULHERES, FEMINISMO E
POLÍTICA NO MST**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural**.

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2019

Santos, Iolanda Araujo Ferreira dos
"Sem mulher a luta vai pela metade": mulheres,
feminismo e política no MST. / Iolanda Araujo Ferreira
dos Santos.- 2019.
173 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Piccolotto
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

1. Mulheres Camponesas 2. Feminismo 3. Participação
Política 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
I. Piccolotto, Everton Lazzaretti II. Título.


Iolanda Araujo Ferreira dos Santos

**“SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE”: MULHERES, FEMINISMO E
POLÍTICA NO MST**


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural.**

Aprovado em 17 de junho de 2019:

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)



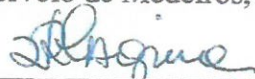
Vivien Diesel, Dr^a. (UFSM)



Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr^a (UFSM)



Leonilde Servolo de Medeiros, Dr^a (UFRRJ) - Parecer



Vilênia Venâncio Porto Aguiar, Dr^a (UFSC) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Inaldo Ferreira (in memoriam), o analfabeto que priorizava os estudos dos filhos e que, quando eu ainda estava aprendendo a ler, me colocava no colo e afirmava: “essa vai ser a minha doutora”.

Às mulheres camponesas, que lutam contra a opressão e pela construção de um mundo melhor ao mesmo tempo em que alimentam a nação.

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar o ciclo do Doutorado é preciso olhar para o caminho percorrido até aqui e perceber que ele não foi trilhado sozinho. Durante o trajeto, tive a sorte de cruzar com várias pessoas que me enriqueceram enquanto ser humano e enquanto pesquisadora, pessoas que me sinalizaram caminhos teóricos importantes, pessoas que me instigaram a reflexão empírica e pessoas que foram parceria, colo, refúgio e incentivo. Todas essas pessoas foram fundamentais para que eu conseguisse concluir este trabalho de Tese, portanto é preciso agradecer.

À minha mãe, Vera, agradeço pelo apoio incondicional (mesmo quando ela nem entendia o que eu estava fazendo), por todos os esforços que empenhou para que a sua filha pudesse se dedicar aos estudos, por confiar em mim e nas minhas escolhas, por estar sempre presente mesmo que à distância, por ser amor e ser ninho.

À Graziela Machado, minha companheira de vida, meu amor. Obrigada por ter sido meu colo nos momentos mais críticos, pelo abraço que sempre deixa tudo mais leve, por vibrar junto comigo a cada passo dado, por acreditar em mim e na minha capacidade mais que eu mesma, por me fazer querer ser sempre melhor.

Aos meus sobrinhos-filhos Muryel e Bruno, que chegaram fazendo revolução na minha vida bem no meio do doutorado. Vocês me mostraram que é possível (e preciso) viver além da Tese, que os dilemas da adolescência são bem mais complexos do que uma questão teórica, que doar amor e atenção não é perder tempo, que eu consigo ser mãe e ser amiga. Eu amo muito vocês, obrigada por estarem comigo!

Ao meu irmão, Ivaldo, que é um porto-seguro a quem sempre posso recorrer, e que me deu a graça de ser tia do Matheus e do Felipe, pequenos grandes amores que mantêm viva a minha esperança e minha luta por um mundo melhor.

À minha amiga Janaína Betto, obrigada por tudo que compartilhamos ao longo dessa caminhada, sejam as inquietações teóricas, as indignações sobre a conjuntura (e sobre a vida), as problematizações (sobre qualquer coisa), o mate na sala de estudos ou os áudios de desabafos no whatsapp. Obrigada por ser minha amiga, irmã, terapeuta, homeopata e por estar sempre disposta a refletir comigo sobre as questões levantadas nesta Tese. Não imagino esse trabalho sem as tuas contribuições e o teu apoio.

À minha amiga e comadre Bruna Surdi, me acompanhou desde o início do doutorado. Obrigada por ouvir meus desabafos, compreender minhas inseguranças e me fazer acreditar que ia dar certo. Obrigada principalmente por ter me agraciado com o “título” de Dinda do Augusto, o gurizinho que consegue extrair meus melhores sentimentos e minhas melhores risadas.

Aos meus colegas, amigos e amigas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, pelas experiências compartilhadas, especialmente à Franciele, Edilson (Pajé) e Camelo, obrigada por me mostrarem que essa caminhada não era solitária e que os “problemas” não eram só meus.

Aos amigos do grupo de estudos (“salinha”), Laila, Léo, Lucas, Francis, Camelo, Jana e Andreia, obrigada pelas risadas, cafés e discussões compartilhadas.

Ao Sr. Osvaldo (*in memorian*) e Dona Elizete, que me acolheram como filha durante esses anos, e a Margarete e Taís Lora pela amizade e pelo carinho de sempre. Obrigada por serem a família que eu tenho em Santa Maria.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM por, na sua diversidade, indicarem os diversos caminhos para a construção do conhecimento e possibilitarem uma formação acadêmica interdisciplinar.

À Professora Vivien Diesel, que me orientou durante o mestrado e no início do doutorado me ajudou, com muita sensibilidade, a refletir sobre a importância de desenvolver meu trabalho de Tese sobre algo “que faria os meus olhos brilharem” e deu todo incentivo necessário para que esse trabalho se iniciasse. Obrigada pelo carinho, pelas reflexões compartilhadas, pelas experiências em sala de aula, e principalmente por ser inspiração e exemplo para a docente que um dia quero ser!

Ao meu orientador Everton Picolotto, por ter aceitado o desafio de orientar este trabalho, por ter me indicado caminhos, respeitado as minhas escolhas e ter me concedido autonomia, tudo isso sem abrir mão de realizar as “revisões cirúrgicas” tão necessárias para a qualificação do trabalho. Obrigada por todas as discussões e esclarecimentos teóricos, por sempre me incentivar a explorar mais, por acreditar no meu potencial e por contribuir tanto para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Agradeço também pela amizade construída nesse período, pela paciência e compreensão.

Agradeço as Professoras Leonilde Medeiros, Maria Catarina Zanini e Vilênia Aguiar, e ao professor Marcos Piccin, que participaram da banca de qualificação do – ainda – projeto de Tese e contribuíram significativamente para a construção do trabalho hoje concretizado.

À Dani e Marcos, amigos que foram importantes pontos de apoio em um momento conturbado dessa trajetória, e à pequena Nina que foi luz, amor e afeto nesse período nem sempre tranquilo.

Ao finalizar 11 anos de formação acadêmica em Universidades Federais, é preciso agradecer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à ex-presidenta Dilma Rousseff, por implementarem governos que possibilitaram que eu e outros tantos jovens tivessem condições de acesso e permanência à educação pública gratuita e de qualidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Sem bolsa de estudos concedida durante parte do doutorado, eu não poderia ter me dedicado a este estudo.

Às mulheres que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, inspiradoras e sujeitos desta Tese, por me receberem e compartilharem suas experiências e suas trajetórias, por serem exemplo de força, resistência e luta, por me mostrarem que a realidade é bem mais ampla – e mais diversa – do que qualquer livro tente relatar. À vocês que não se calam diante de injustiças, que não desistem da luta, que aspiram um mundo melhor para mulheres e homens, muito obrigada!

*Me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além*

(Rupi Kaur)

RESUMO

“SEM MULHER A LUTA VAI PELA METADE”: MULHERES, FEMINISMO E POLÍTICA NO MST

AUTORA: Iolanda Araujo Ferreira dos Santos

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

O Movimento dos Trabalhadores Rurais é um movimento social de luta por reforma agrária que não se caracteriza como um movimento feminista, entretanto, mais abrangente do que a questão agrária ou a luta pela terra, o objetivo primário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é, desde sua fundação, a luta por “uma sociedade justa e igualitária”. Para isso, seria necessário também construir novas relações de gênero, a começar no interior do próprio movimento. Entretanto, as principais lideranças do Movimento ao longo de sua trajetória foram homens. E é dessa observação que surge a principal questão de pesquisa desta Tese: Em um movimento misto (composto por homens e mulheres), como as mulheres conseguem ocupar os espaços políticos? A partir desse questionamento, assumimos como objetivo geral compreender as formas de articulação das mulheres internamente no MST, as experiências que forjaram a formação da consciência e da necessidade de organização de mulheres no interior do movimento, em busca de reconhecimento e legitimidade política para o sujeito mulher. Para tanto, realizou-se, inicialmente uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema das mulheres rurais e reforma agrária, além de um aprofundamento sobre questões teóricas e organizativas do MST seguido de uma pesquisa documental, com consulta aos dados e documentos do MST, bem como cartilhas e cadernos de formação, com o objetivo de verificar como foram oficialmente tratadas as pautas de gênero no Movimento. Posteriormente realizou-se entrevistas abertas com mulheres militantes do MST que assumiram cargos de liderança dentro do Movimento, a fim de discutir como se deu a trajetória militante dessas lideranças femininas em um contexto local e estadual, e como essa liderança é exercida. Nesse percurso investigativo identificamos algumas fases organizativas das mulheres no interior do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, desde a ocasião das primeiras ocupações de terra e do primeiro Congresso Nacional do MST até os dias atuais. A formação e auto-organização interna das mulheres do MST as fortaleceu enquanto militantes e contribuiu para que se rompessem algumas barreiras (ainda que simbólicas) estabelecidas contra a participação política das mulheres no Movimento. Os avanços quanto à participação feminina e a importância das pautas das mulheres para o conjunto do Movimento é inegável e pode ser simbolizado pela constituição do Setor de Gênero. Percebe-se que existe uma diversidade de entendimentos, apropriações e aceitações das pautas feministas entre as mulheres camponesas. A não identificação de boa parte das mulheres do campo com o movimento feminista mais amplo acabou por provocar a construção de um feminismo a partir da realidade do campo, o *feminismo camponês popular*, que emerge dos movimentos sociais de mulheres vinculados à Via Campesina. Desvelar as trajetórias das mulheres sem terra nos ajuda compreender que a história de luta do MST é também a história de luta das mulheres camponesas, mesmo que essas histórias sejam geralmente invisibilizadas. Reconhecer a importância da luta feminina no MST e dar visibilidade a essas histórias é fundamental para entender as dinâmicas que compõem este movimento social.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas. Feminismo. Participação Política. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

ABSTRACT

"WITHOUT WOMEN THE FIGHT IT'S ONLY THE HALF": WOMEN, FEMINISM AND POLICY IN THE MST

AUTHOR: Iolanda Araújo Ferreira dos Santos

ADVISER: Everton Lazzaretti Picolotto

The Rural Workers Movement is a social movement fighting agrarian reform that is not characterized as a feminist movement. However, more encompassing than the agrarian question or the struggle for land, the primary objective of the Landless Workers Movement, since its foundation is the struggle for "a fair and equal society". For this, it would also be necessary to construct new gender relations, beginning for inside of the movement. However, the main leaderships of the Movement during their trajectory were men. It is from this observation that the main research question of this thesis arises: In a mixed movement (composed of men and women), how can women occupy political spaces? Based on this question, we have as a general objective to understand the forms of articulation of women internally in the MST, the experiences that forged the formation of the consciousness and the necessity of organizing women inside of the movement, in search of recognition and political legitimacy for the subject woman. For that, an extensive bibliographical review on the subject of rural women and agrarian reform was carried out, as well as a deepening of the theoretical and organizational issues of the MST followed by a documentary research, with reference to MST data and documents, as well as booklets and training books, in order to verify how the gender guidelines in the Movement were officially addressed. Subsequent interviews were held with women militants of the MST who assumed leadership positions within the Movement in order to discuss how the militant trajectory of these women leaderships occurred in a local and state context and how this leadership is exercised. In this investigative process, we have identified some organizational phases of women within the Landless Workers Movement, from the time of the first land occupations and the first National Congress of the MST to the present day. The internal training and self-organization of MST women strengthened them as militants and helped to break down some (in a symbolic way) barriers against the political participation of women in the Movement. Advances in women's participation and the importance of women's guidelines for the Movement as a whole are undeniable and can be symbolized by the constitution of the Gender Sector. It is perceived that there is a diversity of understandings, appropriations and acceptances of the feminist guidelines among the women farmers. The non-identification of a good part of the rural women with the broader feminist movement has led to the construction of a feminism based on the reality of the countryside, the popular peasant feminism, which emerges from the social movements of women linked to "Via Campesina". Uncovering the trajectories of landless women helps us to understand that the MST's struggle story is also the peasant women's struggle story, even if these stories are generally invisible. Recognizing the importance of women's struggle in the MST and giving visibility to these stories is fundamental to understanding the dynamics that make up this social movement.

Keywords: Peasant Women. Feminism. Political Participation. Movement of Landless Workers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

JST – Jornal Sem Terra

MDT - Movimento de Trabalhadores Desempregados

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMM – Marcha Mundial de Mulheres

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPL - Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	COMO E ONDE ESTÃO AS MULHERES NA LUTA PELA TERRA? FASES DA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DAS MULHERES NO MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SEM TERRA	51
2.1	AS MULHERES NO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO MST E A FORMAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES (1985 - 1989)	52
2.2	VAZIO ORGANIZATIVO? ONDE ESTÃO AS MULHERES NO MST? (1990 - 1995)	64
2.3	COLETIVO NACIONAL DE MULHERES: A RETOMADA DE RESPONSABILIDADE COM AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MST (1995 – 1998)	68
2.4	CRIAÇÃO DO COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO E A EXPANSÃO DO DEBATE PARA OS HOMENS DO MST (1999 – 2002)	76
2.5	UM SALTO DE IMPORTÂNCIA PARA O DEBATE: O SETOR NACIONAL DE GÊNERO (2003 – 2012)	80
2.6	CONSIDERAÇÕES GERAIS	90
3	“SEM MEDO DE SER MULHER”: EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE LIDERANÇA DO MST	93
3.1	O ESPAÇO QUE AS MULHERES OCUPAM NA ESTRUTURA ORGÂNICA E ORGANICIDADE DO MOVIMENTO E O PROCESSO DE CONQUISTA DESSES ESPAÇOS	95
3.2	TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MST	102
3.3	<i>“A GENTE BRIGOU POR ISSO E HOJE A GENTE TEM RESPEITO”</i> : RECONHECIMENTO E LEGITIMIDADE DAS MULHERES NO MST	110
3.4	MULHER, MÃE, ESPOSA, AGRICULTORA E... MILITANTE: DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	115
3.5	O SETOR DE GÊNERO: UMA FORMA DE TORNAR ORGÂNICO O DEBATE DE GÊNERO NO MST	118
3.6	CONSIDERAÇÕES GERAIS	120
4	O FEMINISMO QUE NASCE DA LUTA PELA TERRA	123
4.1	CAMPESINATO NO BRASIL: RECONFIGURAÇÕES E RESISTÊNCIA	125
4.2	“SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO”: A RELAÇÃO ENTRE CLASSE E GÊNERO	129
4.3	OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE MULHERES RURAIS E SUA RELAÇÃO COM O MST	133
4.4	A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO NO MST: A FEMINISTA	138
4.5	O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR	144
4.6	IMPLICAÇÕES DA MILITÂNCIA FEMINISTA NA LUTA PELA TERRA: CONSIDERAÇÕES GERAIS	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
	APÊNDICE A	169

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, nas sociedades patriarcais, as mulheres ocupam um lugar subordinado em relação aos homens. Em estudos sobre a família na agricultura familiar e no campesinato, a realidade social da família é por vezes entendida como um ideal de complementariedade de papéis e tarefas entre os gêneros, e pouco se sabe sobre as relações estabelecidas no interior dessas famílias. As reivindicações e organizações das mulheres rurais e camponesas acerca da questão de gênero revelam que os grupos sociais aos quais pertencem não estão livres de reproduzir a opressão e subordinação das mulheres, inclusive determinando papéis e espaços específicos de acordo com o gênero. Essa relação assimétrica de gênero não se restringe ao espaço privado, no interior das famílias, mas se expressa também em espaços públicos, por exemplo, quando geralmente as mulheres são minoria em instituições políticas.

A realidade da dominação masculina é fortemente questionada pelo movimento feminista, que emerge no início do século XIX e pode ser definido com a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Esse movimento que passou por diversas transformações ao longo dos anos permanece até os dias atuais, sendo cada dia mais popularizado entre diferentes classes sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais é um movimento social de luta por reforma agrária que não se caracteriza como um movimento feminista, entretanto, mais abrangente do que a questão agrária ou a luta pela terra, o objetivo primário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é, desde sua fundação, a luta por “uma sociedade justa e igualitária”. Para isso, seria necessário também construir novas relações de gênero, a começar no interior do próprio movimento. Entretanto, apesar de o MST considerar importante e necessária a participação de toda família de trabalhadores rurais, incluindo a participação das mulheres em todos os níveis, os principais “porta-vozes” do Movimento ao longo de sua trajetória sempre foram homens. E é a partir dessa observação que surge a principal questão de pesquisa desta Tese: **Em um movimento misto (composto por homens e mulheres), como as mulheres conseguem ocupar os espaços políticos?**

Sendo o tema uma escolha minha, esse questionamento é também produto da minha trajetória pessoal e acadêmica. Nasci e cresci no meio rural pernambucano, em meio à grandes propriedades de produção de cana de açúcar, como filha de um dos maiores proprietários do município de Barreiros, interior do estado. Nesse contexto, durante minha infância e adolescência (década de 1990 e início dos anos 2000) convivi com diversas famílias de trabalhadores rurais e vivenciei o avanço do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que realizava ocupações de terra naquela região, bem como as diversas greves de

trabalhadores rurais articuladas pelo movimento sindical. Como frequentadora assídua das pequenas casas que se localizavam próximo a “casa grande”, acompanhei esse processo tanto a partir das histórias contadas pelas famílias de trabalhadores, quanto a partir das histórias contadas pelos latifundiários, especialmente o meu pai. Todas essas histórias sempre despertaram a minha curiosidade, mas sem nenhuma problematização. Essa vivência só veio ser refletida anos mais tarde, quando tomei contato com os estudos da sociologia rural. Saí do meio rural para seguir os estudos, um pouco por imposição das questões de gênero visto que a minha família sempre destacou que o meu irmão homem deveria ficar no campo, enquanto eu precisava sair para estudar. Em 2008 iniciei minha graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e já no primeiro semestre do curso, através da disciplina de sociologia rural, comecei a me interessar por essa área de estudo. Durante toda minha graduação as atividades extracurriculares (projetos de extensão, projetos de pesquisa, participação em eventos) tiveram foco na sociologia rural e na extensão rural, nesse percurso busquei sempre me aproximar de sindicatos e associações de pescadores e também de trabalhadores rurais. Me aproximei do MST ainda em Pernambuco ao me inserir em assentamentos de reforma agrária para realizar a pesquisa de campo da minha monografia, até que, concluída a graduação eu pude ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, onde aprofundei nos estudos sociais do meio rural e finalmente consegui refletir e ressignificar o que vivenciei na infância e adolescência e então problematizar aquele cenário de disputas entre trabalhadores rurais, grandes proprietários de terra e usineiros. Durante o mestrado, embora o meu tema de dissertação não tivesse relação com o MST, acompanhei as atividades do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – Residência Agrária, através do qual pude conhecer alguns assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul e também me aproximar das lideranças do MST neste estado.

Ao mesmo tempo, paralelo ao mestrado, estava inserida em grupos feministas no movimento estudantil e também em movimentos feministas mais amplos como a Marcha Mundial de Mulheres. Na minha aproximação com o MST e suas lideranças, ao mesmo tempo em que emergia a minha militância feminista me questionava “onde estavam as mulheres do MST?”. Esse questionamento surgiu a partir da observação de que todas as lideranças do MST que eu conheci como “porta-voz” do Movimento em palestras, cursos ou atos públicos eram homens. Por outro lado, pude perceber que existiam importantes movimentos autônomos de mulheres rurais, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e o Movimento de Mulheres Camponesas. Ver toda mobilização das mulheres camponesas nos

movimentos autônomos me fez questionar: “O que fazem as mulheres do MST? Como se organizam politicamente? Será que conseguem ter voz no Movimento?”.

É a partir do amadurecimento desses questionamentos, que emerge o problema de pesquisa desvelado nesta Tese. Como as mulheres se articulam e se organizam no MST para conseguirem agir e serem reconhecidas como sujeito político? Quais os seus espaços de organização no interior do Movimento? Suas propostas são encampadas pelo Movimento?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge no final da década de 1970 a partir de conflitos fundiários com ações de ocupações de terra que aconteceram no Sul do país para pressionar a conquista da terra. Este movimento está vinculado ao processo de modernização da agricultura (década de 1970), que gerou uma série de problemas para a manutenção das propriedades rurais familiares, o que motivou a reivindicação por acesso à terra. De acordo com Fernandes (2000) o MST é resultado do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro.

Medeiros (1989) indica que o MST nasceu sob forte influência de setores da Igreja Católica, especialmente a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), e ligado a algumas das chamadas oposições sindicais. A autora pontua algumas ações que aconteceram no final da década de 1970 e início de 1980 e que remontam a origem desse Movimento: 1) as ocupações das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul; 2) a luta dos agricultores que perderam suas terras com a construção da barragem de Itaipu, no Paraná, e que constituíram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro); e 3) a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina. Entretanto, de acordo com Medeiros (1989) um dos atos mais significativos foi o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que mobilizou a opinião pública nacional e exigiu a intervenção do governo federal. Como colocado por Fernandes (2000), a gênese – ou gestação - do MST não é marcada por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de ações que ocorreram em um período de cerca de 4 anos (de 1979 à 1984).

Em julho de 1982, no Paraná, aconteceu o primeiro grande encontro de trabalhadores sem terra, com representantes de 5 estados. No mesmo ano, em setembro, ocorreu outro encontro em Goiânia, com representantes de 16 estados. Em 1983 criou-se em Chapecó-SC, uma comissão provisória com dois participantes de cada estado que mantinham reuniões trimestrais. Em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o MST foi criado e elabora seus

princípios, priorizando as ocupações e os acampamentos como forma de luta para conquista da terra, o que implicava a necessidade de criação de vigorosas formas de organização e de garantia de apoio. Com a fundação do MST o tema da reforma agrária passava a fazer parte das grandes discussões políticas do país (MEDEIROS, 1989). Como pontua Medeiros (1989), para além da conquista da terra, o MST também assume o desafio de gerir os assentamentos e organizar a produção de forma a dar-lhes viabilidade econômica. Para tanto, a orientação do Movimento é o trabalho coletivo, através de associações ou cooperativas. Além disso, o MST investiu e incentivou fortemente a educação formal dos assentados, tanto das crianças como dos adultos. Essas ações constituem estratégias para que os órgãos públicos e o conjunto da sociedade enxergue a reforma agrária como viável. Com o passar dos anos o MST ganhou fama mundial como um dos principais críticos das políticas neoliberais e se fortaleceu como instrumento de luta pela reforma agrária e redução da desigualdade social. De acordo com Carter (2010) o MST se consolidou como o maior e mais proeminente movimento social da América latina.

Os movimentos sociais, de acordo com Mellucci (1994), tem a capacidade de produzir novas formas de nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir. Por essa perspectiva, os movimentos sociais teriam potencial de descortinar as diversas formas de desigualdade que geram a opressão de determinados grupos, como por exemplo, o das mulheres. É visível a participação das mulheres na linha de frente dos confrontos políticos do MST, como nos atos públicos, nas marchas e acampamentos, onde, em geral, a presença de mulheres e crianças é destacada e valorizada. Entretanto, na organização dos acampamentos e posteriormente dos assentamentos é raro enxergar a participação ativa das mulheres, bem como existem poucas mulheres em posições de liderança nos acampamentos, assentamentos e no próprio movimento (DEERE, 2004). Assim, o engajamento político das mulheres do MST em diversas situações se deu sem um entendimento de que era uma luta específica ou diferenciada, ou seja, sem um recorte de gênero ou feminista (BORDALO, 2011).

Honório (2005) afirma que as mulheres significavam para os movimentos revolucionários uma “ameaça” quando se falava especificamente em “questões das mulheres”. Isso porque os movimentos tinham receio de que empenhar esforços nas questões de gênero poderia atrapalhar ou retardar o objetivo geral do movimento. Esse debate é histórico e recorrente nos movimentos revolucionários, onde se objetiva primordialmente a revolução socialista (resolver questões objetivas) para posteriormente e quase que consequentemente, se resolver o que eles entendem como questões subjetivas, como são tratadas as questões de gênero. Assim, o enfrentamento da desigualdade de gênero era algo que precisava ser adiado

para após o momento em que as questões gerais estivessem resolvidas. Sobre isso, a autora ainda destaca que essa postura dos movimentos sociais que se dizem “anticapitalistas”, demonstra que estes ignoraram que as relações de gênero estão totalmente imbricadas nas estruturas de dominação capitalista, e assim, sem combater as desigualdades de gênero os movimentos sociais tendem a reforçar a estrutura capitalista que desejam combater.

A década de 1980, época em que surge o MST, foi marcada pela expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e demais espaços públicos (BORDALO, 2011). Esse processo, foi diretamente influenciado pelo movimento feminista da década de 1970, que ampliou as perspectivas e construiu novos percursos para as mulheres urbanas e rurais. Essa emergência dos movimentos populares trouxe um contorno político para as questões de gênero, promovendo a conformação de espaços institucionais onde às mulheres questionavam as desigualdades de gênero e passavam a requerer maior protagonismo político (BORDALO, 2011).

Deere (2004) explica que na última metade dos anos 1980, anos iniciais do MST, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST, que estimulava e pressionava a criação de grupos de mulheres nos acampamentos e assentamentos, orientando inclusive que as lideranças estaduais apoiassem as organizações de mulheres dentro do Movimento. Todavia, a autora ressalta que as mulheres assentadas percebem que as discussões sobre as relações de gênero dentro do Movimento são consideradas geralmente como menos importante, e por vezes, um transtorno. Isso porque, como já comentado, para os movimentos que buscam mudanças estruturais nas sociedades capitalistas pode ser uma ameaça tirar o foco do objetivo central que seria a revolução socialista para discutir questões consideradas subjetivas e, portanto, secundárias.

Uma hipótese para a falta de atenção do MST aos direitos das mulheres à terra e às especificidades da questão de gênero é que a luta pela terra sempre foi definida como uma questão coletiva, assim a discussão dos direitos individuais das mulheres perde relevância (DEERE, 2004). Sobre isso, cabe pontuar a crítica de Fraser (2007) de que o feminismo tem se tornado uma luta individualista e isso tem contribuído para que o feminismo se afaste da luta de classes. A ênfase na questão coletiva e na “família” além de secundarizar questões de gênero, acaba marginalizando a organização das mulheres dentro do movimento. Um exemplo disso é que, de acordo com Deere (2004), a Comissão Nacional de Mulheres do MST, criada quando da fundação do MST, parou de funcionar no início dos anos 1990, sob argumentação de que as mulheres interessadas nas questões de gênero poderiam se organizar em movimentos específicos, pois as questões de gênero poderiam causar divisões no Movimento

em um momento de acirrada disputa pela reforma agrária, que exigiria união da família e unidade do Movimento. O argumento seria de que a incorporação das mulheres ao Movimento precisava ser tratada como questão de classe, e não como questão de gênero. Considerando questões como classe e gênero incompatíveis de serem tratadas conjuntamente, o MST foi, por algum tempo, silencioso no que tange às questões dos direitos das mulheres (DEERE, 2004).

É importante entender que o MST é um movimento que enfatiza as questões de classe, e as mulheres são parte dessa classe. Entretanto, apesar da palavra “gênero” estar presente em documentos e discursos do movimento, Paulilo (2004) chama atenção para o fato de que, nos movimentos que enfatizam as questões de classe, o modelo de participação política privilegia a participação masculina:

O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas. (PAULILO, 2004. p.239)

Os *movimentos autônomos de mulheres*, são aqueles auto-organizados pelas mulheres e composto apenas por militantes do sexo feminino, enquanto que os *movimentos mistos* são aqueles compostos e organizados por homens e mulheres. Paulilo (2004) comenta que é recorrente a crítica aos movimentos autônomos de mulheres no sentido de acusar esses movimentos de “dividir a luta”, assim, pressupõe-se que em movimentos mistos, como o MST, existe uma única luta, a luta principal. O fato das mulheres se auto-organizarem em movimentos autônomos ou em grupos dentro de outros movimentos tem relação com a identidade que elas estabelecem entre si, e também isso é criticado por movimentos mistos que priorizam a criação de identidades coletivas. Sobre isso, Paulilo (2004, p.241) pontua que:

A criação de identidades coletivas é importante para que um grupo leve avante ações conjuntas, mas a abertura para dialogar com grupos que constroem de outra forma sua identidade permite a existência de sociedades mais democráticas.

Para Paulilo (2004), o que gera uma diversidade de movimentos de mulheres são as distintas representações do que seria “igualdade de gênero”. Nesse sentido, a autora coloca que, para o MST discutir a desigualdade de gênero dentro do grupo familiar é uma forma de preparar as mulheres para entender as demais desigualdades, e superá-las.

Gonçalves (2009) ao escrever sobre o tratamento que o MST deu às questões de gênero, também aponta que na fase inicial o movimento não atenta para as questões de gênero, e não se verifica nas primeiras publicações nenhuma preocupação com a formação das mulheres, de onde pode-se inferir que a chamada “questão da mulher” era ausente ou então era tratada como assunto interno, sem necessidade de publicização.

Nesse sentido, Bordalo (2011) ao estudar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, infere que a demanda das mulheres por maior participação política desmascara conflitos internos que estavam subordinados às orientações e estratégias relacionadas à “luta de classes”. A questão de gênero dentro do MST, por exemplo, estaria subordinada às lutas gerais, e a superação da desigualdade de gênero seria consequência da superação da luta de classes. Segundo Bordalo (2011), foi essa hierarquização das lutas nos movimentos mistos que fez com que as demandas das mulheres fossem percebidas como questões específicas, fortalecendo assim a consolidação de redes e movimentos específicos de mulheres. Quando mobilizadas, as mulheres camponesas reforçam a importância de articulação entre classe e gênero. Percebe-se que, para essas mulheres não faz sentido lutar pela libertação feminina se isso acontece de forma deslocada das questões de classe, e vice e versa. Essa necessidade de imbricação entre classe e gênero, remete à ideia de interseccionalidade, categoria construída e defendida especialmente por escritoras negras, especialmente a jurista Crenshaw (1994) que chama atenção para a necessidade de pensar as opressões de classe, gênero e raça de forma imbricada, sem hierarquização de pautas. Outra perspectiva que trata da imbricação entre classe, gênero e raça é a categoria de consubstancialidade apresentada por Kergoat (1978), que como o próprio nome indica, reforça a ideia de que essas opressões possuem a mesma importância e não devem ser hierarquizadas.¹

Mesmo sofrendo exclusão em termos de participação e representação política, as mulheres fizeram esforços de organização dentro do MST e ainda nos anos de 1980 foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST (as fases organizativas serão tratadas de forma mais detalhada no capítulo seguinte), que pressionou para a formação de grupos de mulheres nos assentamentos e acampamentos de cada estado. No fim dos anos

¹ As categorias de Interseccionalidade e Consubstancialidade abordam a necessidade de imbricação entre as diferentes opressões e a questão da não hierarquização. Entretanto elas podem ser interpretadas como categorias “concorrentes”, uma vez que uma a interseccionalidade tende a enfatizar a relação entre “raça e gênero” enquanto a consubstancialidade é acusada de enfatizar a imbricação entre “classe e gênero”. Essas perspectivas serão melhor apresentadas no capítulo 4 desta Tese.

1980, saiu a primeira edição das “Normas Gerais do MST”² que incluía um capítulo sobre a articulação das mulheres, chamando atenção para a luta contra discriminação e machismo e sobre a necessidade de organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, que seria responsável pelas políticas propostas para o MST. Gonçalves (2009) aponta que até os anos de 1990 era mínima a participação feminina nas instâncias de poder do movimento, mas desde o final da década de 1990 a presença feminina nas direções estava crescendo, de acordo com lideranças do movimento, as mulheres já eram cerca de 30% na direção nacional.

A partir da criação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, nos anos de 1990, a invisibilidade da participação feminina no movimento passou a ser alvo de debates e resoluções.

No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. (GONÇALVES, 2009. p.202)

O surgimento dos movimentos autônomos de mulheres rurais é, sobretudo, uma denúncia da dificuldade e da resistência dos movimentos mistos em acolher as demandas e reivindicações das mulheres, além da inabilidade que os movimentos mistos aparentam ter em articular as questões ditas “gerais” com as questões tidas como “específicas”. Além disso, o movimento de mulheres rurais com sua reivindicação de maior participação política para as mulheres é um tanto revelador da subordinação e dos conflitos de gênero existentes nos espaços de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (BORDALO, 2011).

O cenário de silenciamento do MST sobre a questão de gênero começa a ser modificado no fim da década de 1990, quando o movimento se abre novamente para essa discussão, entendendo que o reconhecimento dos direitos da mulher à terra é fundamental para a consolidação dos assentamentos e do movimento, pois a garantia desses direitos era uma pré-condição para a participação das mulheres em todos os níveis, e que sem essa participação os resultados da reforma agrária ficariam prejudicados (DERRE, 2004). De posse do direito à terra, as mulheres ficaram mais fortalecidas para defender e lutar por interesses estratégicos de gênero. Por outro lado, tem-se o compromisso do movimento com a igualdade

² As normas Gerais do MST é um documento que diz respeito ao funcionamento geral das instâncias do Movimento, e é atualizado nos Congressos Nacionais do MST.

social e de gênero, o que pressupõe uma aceitação de que as relações de gênero devem mudar por meio de um processo de empoderamento das mulheres, na família e na comunidade.

No trabalho de construção de novas relações de gênero no MST, o acampamento é talvez o local onde as relações de gênero são mais igualitárias. A própria dinâmica estrutural do acampamento confunde o que seria o espaço público e o espaço privado, o que favorece para que as mulheres não se restrinjam ao espaço privado. Durante o acampamento as mulheres participam ativamente das reuniões, opinando e argumentando, e as demais tarefas são distribuídas entre homens e mulheres sem necessariamente seguir os tradicionais “papéis de gênero”. Por esses motivos, Honório (2005) afirma que nos acampamentos do MST acontecem verdadeiras rupturas com relação aos papéis de gênero.

É recorrente nos depoimentos e textos acadêmicos que se referem ao meio camponês como sendo tradicionalmente machista, e onde ocorreria um recuo da participação política das mulheres. Assim, as mulheres tendem a participar menos das instâncias políticas do movimento depois que estão nos assentamentos. Se nos acampamentos ocorre um esforço de rompimento com as relações de gênero, nos espaços dos assentamentos nota-se ainda uma relação de hierarquia entre os gêneros, onde o trabalho do homem é mais valorizado, mesmo em casos onde a mulher exerce a mesma atividade que o homem (GONÇALVES, 2009).

Partindo da dicotomia entre trabalho produtivo (que gera renda) e trabalho improdutivo (que não gera renda), as mulheres rurais ocuparam historicamente o espaço do trabalho considerado improdutivo, cuidando das necessidades básicas da família. Nesse sentido, e pensando na divisão sexual do trabalho no campo, a luta das mulheres rurais dentro dos movimentos era primordialmente para que fossem reconhecidas como “trabalhadoras”. Como aponta Bordalo (2011), ser reconhecida como trabalhadora é também questionar a invisibilidade do trabalho das mulheres e expor as características do trabalho que a mulher rural realiza.

Apesar das particularidades de cada movimento de mulheres rurais que surgia, como o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, todos tinham uma pauta em comum, que seria a principal para o conjunto de mulheres rurais: o reconhecimento político como “trabalhadora rural”, tanto pelo Estado quanto pelos movimentos mistos e sindicatos. A luta das mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras vai contra toda a construção social que historicamente atribui à mulher a responsabilidade pelas atividades reprodutivas, comumente não remuneradas e, por isso, tratadas como “improdutivas”. O trabalho produtivo, tradicionalmente atribuído aos homens, é o trabalho remunerado. Assim, lutar pelo

reconhecimento da sua condição de trabalhadora é também romper com a invisibilidade de seu trabalho e ser reconhecida como “produtiva” (AGUIAR, 2016). De acordo com Esmeraldo (2013, p. 241):

a luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional. As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais.

Paulilo (2004), a exemplo de outras autoras que inspiram seu trabalho, chama atenção para o fato de que os movimentos feministas da América Latina não tem assumido postura enfática com relação à posição econômica desigual das mulheres, dando, por exemplo, mais ênfase em questões relacionadas aos direitos reprodutivos do que às questões relativas aos direitos de propriedade e redistribuição de renda. A autora coloca que “o direito de tomar decisões sobre a própria vida depende de certa igualdade financeira” (p.237). A questão que para Paulilo (2004) deveria ser a centralidade da discussão sobre igualdade de gênero é a igualdade econômica, o que no caso das mulheres rurais seria essencialmente a questão do acesso à terra e independência financeira. Sobre isso a autora comenta que os movimentos de mulheres rurais têm insistido pouco para que as mulheres tenham, por exemplo, sua própria conta no banco, pois ainda persiste a ideia de que a renda é familiar e que a família rural é um todo coeso, conforme imagem apreciada pelos órgãos de extensão rural e pelas igrejas que são grandes incentivadoras e precursoras dos movimentos sociais do campo.

Diante desse aparente vazio deixado pelo feminismo, Bordalo (2011) afirma que a visibilidade das demandas das mulheres trabalhadoras rurais foi possível por meio do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais. Nesse mesmo sentido, Nancy Fraser (2007) comenta que ao focar na política de identidade e reconhecimento o feminismo falhou em não conseguir alcançar estratos de mulheres trabalhadoras e de classes baixas, fazendo o movimento parecer elitista. Assim, as mulheres trabalhadoras acabaram mais atraídas por movimentos vinculados a instituições religiosas, mais sensíveis a sua posição social.

A importância dada às instituições religiosas estadunidense no processo de acolher as causas femininas, anunciada por Fraser (2007), não parece ser diferente do que aconteceu no Brasil com relação às mulheres rurais. Aguiar (2016) aponta como responsáveis pelo processo

de organização das mulheres do campo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, e a atuação do movimento feminista. De acordo com o exposto no trabalho de Aguiar (2016), não foi na prática sindical que se formou a mobilização de mulheres, mas sim a partir da experiência formativa que as CEBs ofereciam a estas mulheres, que as fez questionar sua condição social. O maior interesse das mulheres em participar de formas associativas da Igreja pode-se justificar pelo fato de que espaços tidos como “religiosos” são mais associados à esfera privada, que seria “lugar de mulher”. Assim, as CEBs funcionavam de forma estratégica, mesclando a esfera privada (religião) mais associada à presença feminina, e a esfera pública (política) que tradicionalmente se associava ao público masculino. Nesse sentido, Aguiar (2016, p. 264) afirma que:

Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, e a ideia de que possuíam direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais.

Aguiar (2016) explica que, apesar das mulheres já estarem inseridas nas lutas dos movimentos sociais do campo, foi no contexto de abertura democrática dos anos 1980 que os movimentos de mulheres ganharam força nos processos de luta do campo. Foram nos anos 1980 que se ampliaram as formas de organização política das mulheres rurais, fazendo surgir diversos grupos e movimentos de mulheres rurais, de acordo com especificidades regionais. De acordo com Esmeraldo (2013, p.254):

As lutas das mulheres para conquistarem o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e por direitos sociais, desencadeadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, são fundadoras de um novo protagonismo que se publiciza através de novas reivindicações anunciadas para o século XXI. Ao incorporar nova base de conhecimento, novo saber/fazer militante e político, o perfil das experiências das mulheres (antes restrito ao mundo familiar e doméstico) começa a mudar e a agregar novos componentes de saber, apreendidos na luta, na resistência, nas audiências e nas negociações. Essas décadas originam uma nova força política – a força da mulher.

Foi na década de 1980 que se iniciou a aproximação das mulheres rurais com o feminismo (AGUIAR, 2016). Apesar da influência das feministas no processo inicial de organização das mulheres rurais ter sido modesta, comparada ao papel central que as CEBs tiveram, estabeleceu-se na década de 1980 um diálogo entre feministas e religiosas, o que

levou à construção de uma “teologia feminista”, a partir de 1985³. Ao observar que a trajetória das mulheres rurais tem forte ligação com setores da Igreja Católica, cabe ressaltar que essa dimensão religiosa da prática política pesa em discussões centrais do feminismo, como obrigações da maternidade, recusa ou aceitação do aborto, diferentes sexualidades, e outros temas considerados mais “polêmicos” para a população em geral, o que tende a dificultar a identificação dessas mulheres como o movimento feminista.

Mesmo que o feminismo no Brasil apresente uma forte marca urbana, aos poucos, as ideias feministas foram penetrando nos espaços promovidos pelas CEBs, se articulando com as reflexões das mulheres rurais sobre sua condição social (AGUIAR, 2016). Essas afirmações corroboram com Esmeraldo (2013) que explicou que o debate sobre a participação política da mulher tem origem nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em atividades conduzidas pela CPT sobre as condições de vida e invisibilidade da mulher na relação com o trabalho e a terra. De acordo com Esmeraldo (2013) as mulheres camponesas tomam assento nesses espaços e, a partir da década de 1980, ingressam também em partidos políticos, e participam de atividades das centrais sindicais, reivindicando lugares de participação da mulher na luta política. Esmeraldo (2013) explica ainda que o processo de articulação e organização das mulheres realizam-se em duas frentes: o ingresso nos movimentos sociais rurais (MST e movimento sindical) e a criação de movimentos autônomos de mulheres.

Aguiar (2016) comenta que o contato das organizações de mulheres rurais com o feminismo se deu de maneiras distintas, mas que, a partir do momento em que as mulheres rurais conseguem se articular politicamente e ocupar espaços públicos nas reivindicações contra a expropriação de terra e apropriação do trabalho elas conseguem também, através dessas lutas, denunciar a opressão de gênero. De acordo com essa autora, a atuação das mulheres rurais nos movimentos assumiu várias formas ao longo da história destes, apresentando diferentes formas organizadas de ação coletiva. Ao longo desse processo as mulheres rurais foram se legitimando como sujeitos políticos.

A noção de sujeito é cara para o sociólogo Alain Touraine. Sujeito para Touraine (2007) é o encontro direto do indivíduo com si, sem intermediários religiosos, políticos, sociais. É quando o indivíduo afirma sua individualidade mesmo contra as leis do mercado e as ordens da comunidade, expressando vontade e resistência. É o desejo de ser ator, com espaço para a subjetividade e consciência de si, não ser só produto social.

³ Ao falar da presença da Igreja no campo é importante ressaltar que existiam diversos grupos religiosos no campo com perspectivas distintas para os trabalhadores rurais, por exemplo, a Frente Agrária Gaúcha (FAG) relacionada à Igreja Católica e também grupos evangélicos. As CEBs e a CPT são parte da atuação da Igreja católica que tem mais relação com a história do MST.

De acordo com Touraine (2007), as mulheres almejam construir a si mesmas como mulheres, a partir de suas próprias experiências de vida. Touraine ainda afirma que a categoria que melhor carrega o sujeito “é a categoria das mulheres, pois elas foram a categoria humana mais concretamente e mais totalmente dominada” (2007, p. 161) sendo rejeitadas por um longo tempo à subjetividade. A construção de si pelas mulheres tem seu fundamento na resistência a uma identidade social. Segundo Touraine (2007, p.47), “existe uma subjetividade feminina particular” que consiste numa natureza que não deve ser reduzida a uma cultura ou organização social. É na resistência a essa redução que se fundamenta o movimento de construção de si das mulheres, um movimento que se opõe ao estatuto social imposto pelo poder masculino que impede as mulheres de protagonizar sua própria existência. Assim, conforme colocado por Touraine (2007), o retorno à noção de sujeito está associado, a uma referência forte à noção de direitos – e, sobretudo, a de direitos culturais. O que as mulheres reivindicam é o direito de se construírem a si mesmas, e de não mais serem definidas pelo poder ou pelo desejo do outro, mas sim por uma autoafirmação existencial.

Sobre o processo de mobilização das mulheres rurais no Brasil, Aguiar (2016) coloca que a década de 1990 foi marcada pela constituição de formas organizativas próprias das mulheres, quando as mulheres rurais passaram a reivindicar o surgimento de coletivos, comissões e coordenações específicas para mulheres dentro das estruturas sindicais e dos movimentos mistos. Na luta por esses espaços de participação, as mulheres buscavam conquistar reconhecimento efetivo das questões de gênero dentro das organizações de trabalhadores rurais, para tanto elas ampliaram suas estratégias e formas organizativas tanto nos movimentos mistos como nos movimentos autônomos.

Em 1986, com a finalidade de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST. Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam, limitando-se à resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. (AGUIAR, 2016, p. 275)

Nos anos 2000, o movimento de mulheres rurais ocuparam as ruas e outros espaços públicos reivindicando o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas (AGUIAR, 2016). O reconhecimento das mulheres rurais como produtoras também demanda do Estado a efetivação de políticas diferenciadas, de acordo com as demandas específicas desse público. Os anos 2000 e 2010 foram marcados por várias mobilizações de mulheres rurais, incluindo grandes atos como as Marchas das Margaridas e as Jornadas de lutas das mulheres em

comemoração ao 8 de março, dia internacional da mulher. Aguiar (2016) afirma ainda que a partir de 2012 os movimentos sociais têm apresentado pautas com bastante peso da participação e atuação das mulheres rurais.

Em estudo realizado por Gonçalves (2009) tem-se uma recuperação dos espaços e formas de organização das mulheres do MST. Essa autora aponta que a criação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, em 1996, seguido da criação do Coletivo Nacional de Gênero em 1998 e finalmente do Setor Nacional de Gênero em 2003. Para além de simples alterações na nomenclatura, parecem acompanhar as transformações provocadas pelas mais diversas experiências vividas pelas mulheres (e também por homens) nas diferentes esferas do Movimento (como será abordado se forma mais detalhada no capítulo 2). Gonçalves (2009) comenta que o setor de gênero é o pilar das diferentes formas de organização das mulheres no interior do MST. O setor de gênero é produto das mulheres e foi o ponto de partida para as reflexões acerca da politização e ação das mulheres no Movimento. Esse setor faz parte da organizativa nacional do movimento e é fonte de reflexão e debates constantes nas instâncias regionais do MST⁴. No site oficial do MST tem uma aba específica para “gênero”, onde se encontra seguinte descrição:

Desde a criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história. A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto – organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. Com isso, o Setor de Gênero tem a tarefa de estimular tal debate nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST. (MST, 2016).

Furlin (2013) comenta que ao longo de sua trajetória o MST foi percebendo que apenas o acesso à terra não garantiria a mudança e inserção social almejada. A partir dessa constatação o movimento se organiza em setores, que articulados, buscariam outras conquistas sociais.

Assim, gênero passou a ser um setor de reflexão na organização, com a mesma importância de outros setores. A perspectiva de gênero passou a ser assumida como um tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do Movimento. Dessa forma, a proposta começou a ser uma das lutas do MST, cuja finalidade se

⁴ A estrutura organizativa do MST conta com uma coordenação nacional e uma direção nacional e a cada cinco anos, nos Congressos Nacionais ocorrem debates para definir uma linha de atuação comum para o movimento. Anualmente ocorrem os encontros estaduais e regionais onde se discute a estruturação dos setores. Entre os principais setores está o setor de gênero, que surgiu de acordo com as necessidades, debates e enfrentamentos em torno dessa questão. (GONÇALVES, 2009).

voltava para a construção de novas relações sociais entre homens e mulheres (FURLIN, 2013, p. 273).

De acordo com periodização apresentada por Gonçalves (2009), em 1995 acontece o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reuniu mulheres de diversas organizações rurais para discutir a incorporação de direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas. Esse encontro influenciou o MST a ponto de que na edição do Jornal Sem Terra de novembro de 1995 está publicado que gênero e classe se entrelaçam e que a combinação dessas lutas é fundamental para a construção de um novo projeto de sociedade. Em 1996, ocorre o Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST e após o encontro o Coletivo Nacional de Mulheres publica sua primeira cartilha, intitulada “A questão da mulher no MST”. A cartilha salienta que embora as mulheres lutem, não se sentem representadas e chama atenção para a distância entre teoria e prática do movimento que secundariza o trabalho com as mulheres.

Gonçalves (2009) também atenta para o fato de que, aos poucos o que se chamava de “questão das mulheres” foi sendo chamado de “questões de gênero”, como uma categoria mais abrangente. É recorrente que se faça analogia e a simples substituição do termo “mulheres” pelo termo “gênero”. A utilização do termo “gênero” é também uma forma de associar esse termo aos estudos sociológicos e assim conferir mais legitimidade aos estudos feministas dos anos de 1980 (SCOTT, 1989). Mas Scott (1989) ressalta ainda que, mais que um substituto do termo “mulheres”, a utilização da palavra “gênero” também sugere que qualquer informação sobre as mulheres também é uma informação sobre ou para os homens, pois um implica o estudo do outro. Em 1998 a “questão de gênero” foi assumida na Cartilha intitulada: “Compreender e construir novas relações de Gênero”, a organização dessa cartilha é atribuída ao Coletivo Nacional de Gênero.

No ano 2000, o então Coletivo Nacional de Gênero lança a cartilha “Mulher sem terra” que fornece elementos para reflexão sobre a realidade além de incentivar a organização das mulheres para a construção de uma vida digna. Só em 2003 surge a primeira cartilha elaborada pelo Setor de Gênero (criado em 2002), com o título “Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder”. Nessa cartilha a ênfase está no “construir”, e com um caráter mais teórico aborda relações de gênero, feminismo, luta de classe (GONÇALVES, 2009).

Esse recorrido teórico, complementado com análises da realidade das mulheres trabalhadoras rurais que compõem o MST, traz algumas reflexões que instigam essa tese. As mulheres do MST, por se engajarem em um movimento social misto, precisam disputar cotidianamente seu espaço, reconhecimento e legitimidade dentro movimento, pois este não é

isento das relações de opressão de gênero presentes na sociedade como um todo. A existência da organização das mulheres é uma constatação de que as pautas relacionadas à questão de gênero não estavam sendo devidamente tratadas pelos movimentos mistos.

A partir dos anos de 1960, os estudos sobre os movimentos sociais foram se multiplicando, e atualmente os movimentos sociais são objeto reconhecido de análise sociológica (CHAZEL, 1995). A definição de *movimento social* é um problema delicado de ser discutido. Nesse sentido, Chazel (1995) sugere que, na tentativa de definir e/ou analisar movimento social é importante evitar sua reificação, bem como evitar hipostasiá-lo ao conferir-lhe uma vontade coletiva. Outro ponto fundamental na análise de um movimento social é que esta deve ser realizada em termos de *processo*.

Alexander (1998), após realizar uma análise sobre as abordagens clássicas dos movimentos sociais, demonstra que era necessário uma abordagem que priorizasse as práticas interpretativas e o meio cultural, mostrando como esses fatores se inter-relacionam com os fatores institucionais e históricos. A partir desse debate iniciam-se os estudos dos novos movimentos sociais que leva em conta a subjetividade dos atores e também os aspectos históricos e institucionais. Sobre os novos movimentos sociais, Alexander (1998) destaca que foi Melucci quem fez as análises mais categóricas dessa abordagem, ao explicitar que houve uma mudança nas formas de dominação e, portanto, os movimentos sociais precisavam “mudar de forma” para serem instrumentos eficazes contra a dominação. “O modo de produção mudou, novos tipos de privações surgiram, e os novos movimentos sociais são o resultado lógico disso tudo” (ALEXANDER, 1998. p. 9). Entretanto, a ênfase na subjetividade não implica em abandonar a visão instrumental e materialista que é necessária para manter os movimentos.

De acordo com Alonso (2009), a teoria dos novos movimentos sociais que começou a ser difundida por Touraine, passando ainda por Habermas, ganha mais força e visibilidade a partir dos estudos de Melucci e suas perspectivas de identidade coletiva e ação coletiva. A ação coletiva sendo tratada como um efeito de crises estruturais ou como expressão de crenças e orientações compartilhadas impediu, de acordo com Melucci (1989), que a ação coletiva fosse considerada como um sistema de relações. Nesse sentido, esse autor aponta que

os anos de 1970 foram importantes para uma reavaliação das teorias sobre movimentos sociais que haviam até então, permitindo um melhor entendimento destes.

A partir do acompanhamento das teorias dos anos de 1970, Melucci (1989) afirma que os movimentos sociais devem ser analisados como *sistemas de ação*. “Os movimentos são sistemas de ação num campo sistêmico de possibilidades e limites” (MELUCCI, 1989 p. 52). Assim, é importante observar o modo como os atores constituem suas ações, como se dá a organização dentro dos movimentos para fazer conexões entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas, analisando *como e porquê* os movimentos surgem e se mantêm.

Melucci (1989) reforça que estudar os movimentos sociais estritamente relacionando-os com sistemas políticos é uma perspectiva limitada. De acordo com esse autor, nas sociedades complexas, os conflitos sociais já não são apenas políticos, pois afetam o sistema como um todo. Melucci (1989) aponta que os movimentos sociais dos anos de 1980 não se concentram estritamente numa ação política, mas sim nas necessidades de autorrealização, contestando o sistema na sua lógica cultural e na vida cotidiana.

O termo “movimentos sociais” é de difícil conceituação, devido às diversas interpretações e abordagens que tratam do tema. Melucci (1989) critica a abordagem dos movimentos sociais baseada na suposição de que os fenômenos empíricos da ação coletiva são um objeto de análise unificado e significativo em si próprio e que pode dar explicações sobre a orientação de um movimento pressupõe que, todo movimento atuaria como um “personagem” com uma unidade de consciência e ação, desconsiderando a fragmentação e a pluralidade de um movimento social empírico. Outra abordagem criticada por Melucci (2001) é a que considera os movimentos como efeito de uma situação histórica sem considerar os componentes da ação coletiva e como esta ação se constitui. Contrapondo essas abordagens, Melucci (2001) argumenta que os movimentos sociais são fenômenos heterogêneos e fragmentados que dispendem de muita energia e recursos na tentativa de manter certa unidade. Sobre a ação coletiva, Melucci (1989 p. 56) enfatiza que, “uma ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são constituídas e mantidas, como as funções de lideranças são garantidas”. Pois, na prática, um “movimento social” é um sistema com pluralidade de orientações e significados. De acordo com Melucci (2001), só uma teoria da ação, que considere a autonomia do agir social coletivo, é que pode fundar a análise dos movimentos sociais como objeto dotado de sentido.

Para Melucci (1989), movimento social é uma forma de ação coletiva baseada na **solidariedade** (quando os atores partilham uma identidade coletiva), desenvolvendo um

conflito (atores opostos lutando pelo mesmo recurso) e **rompendo os limites do sistema** (levando a ação para além dos limites tolerados pelo sistema o que podem ser absorvidos por este em sua normalidade institucional).

Melucci (1989) coloca que os movimentos contemporâneos apresentam mudanças significativas, pois os conflitos sociais já não se restringem ao tradicional sistema econômico-industrial, se estendem às áreas culturais e visam mudar a vida dos sujeitos aqui e agora. De acordo com o autor, os conflitos sociais contemporâneos “afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989 p.58). Os atores nesses novos conflitos sociais são mais temporários, e não lutam estritamente por questões materiais, mas sim por projetos culturais e simbólicos que poderiam mudar (melhorar) a vida das pessoas, como é o caso do movimento feminista que se baseia em questões subjetivas e imateriais buscando melhorar a vida das mulheres em uma condição de igualdade social em relação aos homens.

Nesse sentido, Melucci (1989) é enfático ao afirmar que a teoria de mobilização de recursos não é capaz de explicar o significado destas formas contemporâneas de ação desses movimentos sociais que seriam posteriormente denominados por este mesmo autor como “novos movimentos sociais” (NMS). Para Melucci (1989), os movimentos contemporâneos buscam viver mudança que almejam no mundo, praticando no presente a mudança pela qual estão lutando. Assim o próprio movimento é “um novo meio”.

Outro autor que contribui para revitalizar a teoria de movimentos sociais é o historiador inglês Edward Thompson. Ao se contrapor às abordagens estruturalistas no marxismo que não reconhecem o agente histórico, faz uso da noção de “experiência” para compreender a formação da classe operária inglesa. Para Thompson (1987), classe é um fenômeno histórico que ocorre nas relações humanas e suas experiências, é uma “relação”, não uma “coisa”. A classe só pode ser entendida, de acordo com Thompson (1987), se a enxergarmos como uma formação social e cultural que surge através de processos de determinado período histórico. Conforme Thompson (1987, p. 10):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.

A noção de experiência apresentada por Thompson se mostra útil para analisar a formação de consciências coletivas e de movimentos sociais, e também pode nos ajudar a entender a formação do sujeito político “mulher rural”. Thompson (1981) destaca que a experiência surge a partir das vivências concretas dos indivíduos, categorias e classes sociais na história, pois homens e mulheres são seres racionais que refletem sobre o que acontecem a eles e ao mundo. Para o autor, o ser social não se reproduziria nem por um dia sem o pensamento, por isso não podemos considerar nenhuma forma social independente de seus conceitos e expectativas.

Thompson (1981) coloca que algumas mudanças que ocorrem no ser social dão origem à “experiência modificada” que é determinante porque tensiona a consciência social existente, propondo novas questões e proporcionando o desenvolvimento de exercícios intelectuais mais complexos e elaborados, não se restringindo à experiência “espontânea”. A partir disso, “velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença” (THOMPSON, 1981). Assim, podemos extrapolar essa noção teórica para o caso das mulheres no MST, por exemplo, que participam de um processo de engajamento no movimento social de luta pela reforma agrária, mas que a partir da sua vivência e da experiência que vai sendo continuamente modificada, acabam por atentar para questões não necessariamente relacionadas com a conquista da terra, como é o caso das questões de gênero, e então essa problemática pode se tornar, para essas mulheres prioridade.

Thompson (1981) aponta que não é correto negligenciar o diálogo entre o ser social e a consciência social que se processa em ambas as direções.

Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido – as pessoas podem, dentro de limites, *viver* as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceituais dominantes.” (THOMPSON, 1981, pag 17)

O que não cabe no pensamento estruturalista criticado por Thomson (1981) é o fato de que o ser humano toma consciência de si, do outro e do mundo, e a partir de então se percebe enquanto ser social, histórico e temporal que pode comandar as próprias ações, deixando de ser “massa” para tornar-se um ser com identidade. Daí Thompson critica também a incompreensão da categoria “classe social” que segundo ele terminou por ser reduzida a uma categoria estatística onde os homens seriam os vetores e não os autores.

Para Thompson a noção de classe não se separa da consciência de classe, o autor critica historiadores marxistas que partilham da visão de que as classes surgem quando

homens e mulheres nas relações produtivas identificam os diferentes interesses e então passam a lutar e pensar em termos de classe, sendo o processo de formação de classe um processo que se dá em condições que são “dadas”. Ao contrário desse pensamento, Thompson (1981 p. 121) coloca que “a luta de classes é o processo (ou parte dele) e as classes em luta são o corpo (ou parte dele)”, assim a história é o seu próprio motor.

Para esse autor todos os momentos do ser são também momentos do vir-a-ser, visto que as seções não são estáticas, mas ao contrário, interligam-se. “Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro” (THOMPSON, 1981. Pg 58). Nesse sentido, o autor comenta que uma explicação histórica não teria a finalidade de explicar como a história deveria ter se processado, mas sim porque a história se processou como tal.

No estruturalismo, “o movimento só pode ocorrer *dentro do campo fechado* do sistema ou estrutura” o que quer dizer que por mais complexos e mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, esse movimento está restrito aos limites e determinações da estrutura. Assim, para tratar da “história como processo, como acontecer inacabado e indeterminado” onde as categorias se definem em seus contextos próprios, são continuamente redefinidas na história e cuja estrutura não é pré-determinada, devemos negar o pressuposto do estruturalismo (THOMPSON, 1981).

Retomando a noção de experiência, Thompson (1981) reforça que “a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social”, ou seja, é a experiência, em geral a experiência de classe, que vai determinando a cultura, os valores e o pensamento. Pensando em uma perspectiva marxista, a experiência é o meio pelo qual o modo de produção pressiona outras atividades, e é pela prática que essa produção se mantém (THOMPSON, 1981).

Os homens e mulheres também experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.” (THOMPSON, 1981. Pg 182)

Assim podemos inferir que é a experiência, ou a experimentação de situações e relações que produzem a consciência de classe, ou no caso das mulheres rurais, que produzem a consciência de classe e gênero. Nessa perspectiva, a noção de experiência trazida por Thompson (1981) é, além de uma lente teórica, um caminho metodológico que pode nos ajudar a compreender a construção das mulheres como sujeitos políticos no interior do MST.

Buscamos a partir desse aporte teórico, entender como a experiência de luta pela terra e sobre a terra deu base às mulheres para sua consciência da necessidade de organização própria e autônoma.

Em um diálogo crítico com Thompson, Scott (1998) argumenta que não se pode correr o risco de essencializar ou homogeneizar a classe, pois, de acordo com ela, criar identidades fixas acaba por naturalizar a formação do sujeito. Scott (1998) destaca que a experiência é um fenômeno discursivo e por isso é importante compreender os processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais as identidades são afirmadas e não pensar o sujeito a partir de sua experiência como algo fixo.

Em um cenário de construção e escolha de valores, alguns termos são construídos culturalmente e podem representar imposições de determinados valores que constituem esse termo, é o caso do termo “gênero”. Em sua conhecida reflexão teórica sobre a categoria gênero, Scott (1989) argumenta que o uso dessa categoria implicou em uma ampla gama de posições teóricas e de referências descritivas às relações entre os sexos. O desafio para os estudos feministas e para que esses estudos repercutam de forma a visibilizar a participação das mulheres na história é, de acordo com Scott (1989), conseguir afirmar o “gênero” como uma categoria analítica.

O termo “gênero” rejeita explicações biológicas e indica “construções culturais”, que seriam as criações sociais dos papéis adequados aos homens e às mulheres. Por essa perspectiva, gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1989). A partir da palavra “gênero” é possível distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a mulheres e homens.

Uma questão limitante do termo “gênero” é que, apesar dele afirmar que as relações entre os sexos são sociais, não dá nenhuma explicação sobre como essas relações são construídas, como elas funcionam ou como se transformam. Assim, em seu uso descritivo “gênero” é um termo associado aos estudos de questões relativas às mulheres, e mesmo se constituindo enquanto campo de pesquisa ele não tem força para questionar e modificar paradigmas históricos (SCOTT, 1989).

De acordo com Scott (1989), historiadores(as) feministas construíram diversas abordagens para análise do gênero que podem ser resumidas em três posições teóricas: a primeira é um esforço feminista em explicar o patriarcado. A segunda se refere à tradição marxista, e a terceira se inspira nas escolas de psicanálise para explicar a identidade de gênero.

A vertente teórica que tenta explicar o patriarcado dá ênfase na subordinação das mulheres e explicam isso pela necessidade do macho em dominar as mulheres. Seguindo as chamadas “teorias do patriarcado”, a reprodução e a sexualidade eram as chaves do patriarcado, a mulher como um objeto (reificado). Entretanto, apesar de chamar atenção para a desigualdade entre gêneros, as teóricas do patriarcado não explicam a relação entre a desigualdade de gênero e as demais desigualdades. Outro ponto limitante dessa análise é que ela se baseia nas diferenças físicas, que são universais e imutáveis (SCOTT, 1989).

As feministas marxistas apresentam uma abordagem mais histórica, tentando encontrar uma explicação material para o gênero. Essa análise implica em considerar que capitalismo e patriarcado são dois sistemas separados que interagem. As feministas marxistas encontram dificuldades teóricas, visto que no interior do marxismo o conceito de gênero foi, em grande parte, tratado como subproduto de estruturas econômicas, sem um estatuto de análise próprio (SCOTT, 1989).

As escolas psicanalíticas focam nos processos de criação da identidade do sujeito, especialmente nas primeiras etapas de desenvolvimento da criança, para, dessa forma, tentar explicar como se forma a identidade de gênero.

Segundo Scott (1989), as preocupações teóricas com o termo “gênero” como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos só apareceram no final do século XX. O embate teórico em torno do “gênero” foi evoluindo e no espaço aberto por esse debate as feministas encontraram uma via teórica própria e ainda conseguiram encontrar aliados cientistas e políticos. Nesse espaço é que está a importância de articular a palavra “gênero” enquanto categoria de análise (SCOTT, 1989).

A definição de gênero de Scott (1989) tem duas partes, na primeira “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, na segunda “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Scott (1989) esclarece que as relações sociais mudam de acordo com as mudanças nas relações de poder, entretanto essa mudança não obedece um sentido único.

Ainda de acordo com a definição de Scott (1989), o gênero, sendo elemento constitutivo das relações sociais estabelecidas com base nas diferenças entre o sexo, implica em quatro elementos constitutivos. O primeiro se refere aos símbolos culturais que evocam representações como “símbolo da mulher”. O segundo são os conceitos normativos que evidenciam interpretações dos símbolos de forma categórica, afirmando o que sentido do masculino e do feminino. O Terceiro elemento é a noção de fixidade, de que é permanente e

eterno a representação binária dos gêneros. O quarto elemento, por sua vez, é a identidade subjetiva, na qual o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si.

Existe, de acordo com Scott (1989) uma ligação explícita entre gênero e poder que constitui uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade, pois as estruturas hierárquicas se baseiam na generalizada compreensão da relação entre o feminino e o masculino. Scott (1989) conclui que os avanços nos estudos de gênero enquanto categoria de análise e o questionamento das relações de poder tendem a escrever uma nova história e novas reflexões para as estratégias políticas feministas, a partir de qual o gênero precisa ser redefinido e reestruturado conjuntamente com a visão de igualdade política e social, incluindo, além do sexo, os aspectos de classe e raça.

Em seu artigo sobre as diferenças no feminismo, Brah (2006) chama atenção para a importância de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica da diferenciação social. De acordo com a autora, “os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional” (p.341). O nosso gênero é constituído num campo de relações globais de poder, e dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos apenas como “mulheres”, mas somos diferenciadas por diversas categorias, tais como “mulheres camponesas”, “mulheres trabalhadoras”, “mulheres negras”, etc. Em outras palavras, mulher não é uma categoria unitária e homogênea, as diferenças existem de acordo com as diferentes condições sociais. Mais do que apontar as diferenciações, Brah (2006) questiona como as diferentes categorias são hierarquizadas em circunstâncias econômicas, políticas e sociais causando opressões a determinados grupos.

Brah (2006) argumenta que a ênfase na política de identidade acaba diferenciando as especificidades em hierarquias de opressão ao invés de construir uma política de solidariedade a partir das interconexões dessas opressões.

Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada. (Brah, 2006, p.348).

De acordo com Brah (2006) as estruturas de classe, raça e gênero não podem ser tratadas como variáveis independentes, porque cada uma dessas opressões é constituída pela outra e é parte constitutiva dela. Assim, o mais útil seria compreender como essas relações se articulam, não como a simples “junção” ou soma das opressões, mas como estas se constroem

num contexto histórico determinado. As diferenças vão sendo construídas historicamente e acabam por gerar opressões, para Brah (2006, p. 358):

A questão-chave, então, não diz respeito à “diferença” em si, mas a quem define a diferença, como diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da “diferença” e se a “diferença” diferencia lateral ou hierarquicamente. Precisamos de maior clareza conceitual na análise da diferença.

Nesse sentido, Brah (2006) sugere quatro maneiras de conceitualizar a diferença, que são: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. Destes, trataremos aqui sobre os que mais parecem nos ajudar a entender o “processo de diferenciação” das mulheres camponesas: a diferença como experiência e a diferença como identidade.

A diferença como experiência se fundamenta em um conceito chave para o feminismo: a Experiência. Assim, Brah (2006) aponta que um dos principais insights do feminismo é a ideia de que a experiência é uma construção cultural e a forma como os movimentos de mulheres conseguem dar uma voz coletiva às experiências pessoais das mulheres. Não existe um sujeito constituído a quem “as experiências acontecem”, ao contrário, são as experiências que constituem os sujeitos. O “eu” e o “nós”, constituídos pela experiência, são categorias mutáveis por práticas culturais e políticas cotidianas.

Ao falar sobre a diferença como identidade, Brah (2006) argumenta que as questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. De acordo com a autora:

Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade. As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. (Brah, 2006, p. 471)

As identidades coletivas, por sua vez, são resultado de um processo de significação onde experiências comuns de um eixo específico de diferenciação (Ex: classe, origem, religião) são constituídas de significados particulares. Mas isso não quer dizer que as identidades coletivas são a soma das experiências individuais, pois, ao mesmo tempo que uma identidade coletiva carrega traços de determinada identidade particular, apaga o traço de

outras. Assim, as relações de poder, que são parte da heterogeneidade, permanecem. (Brah, 2006)

Sobre as relações de poder, Brah (2006) pontua que nenhuma relação de poder é impossível de ser rompida, e que o poder é constituído performativamente através de práticas econômicas, políticas e culturais. O sujeito, dominado ou dominante, é efeito de discursos, instituições e práticas, mas também experimenta a si mesmo. Assim, o conceito de diferença tem a ver com a variedade de maneiras como os discursos da diferença são construídos, reproduzidos e ressignificados. Conforme Brah (2006), algumas construções da diferença são fixas e imutáveis, outras construções apresentam a diferença como relacional e variável. Ou seja, nem sempre a diferença vai demarcar hierarquia ou opressão, portanto é importante entender quando a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão e também quando ela resulta em diversidade, igualitarismo e democracia. De qualquer forma, pensando nas relações de opressão, “parece imperativo que não compartimentalizemos opressões, mas em lugar disso formulemos estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam.” (Brah, 2006, p. 376).

O sociólogo Pierre Bourdieu traz uma importante contribuição para pensarmos sobre a subordinação social da mulher como algo estrutural. É essa estrutural subordinação que cria empecilhos para que as mulheres consigam se impor e se estabelecer na política, no caso, como liderança política no MST. Sobre a construção social dos corpos, Bourdieu (2009, p.13) comenta que “os atributos e atos sexuais se vêm sobrecarregados de determinações antropológicas e cosmológicas”. A partir do sexo biológico e da construção social dos corpos se estabelece uma divisão entre os sexos.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cuja as partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social todo o estado incorporado nos corpus e nos habitus dos agentes funcionando como sistema de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2002, p.17)

A forma como o mundo social constrói o corpo e a divisão sexual estabelecida nessa construção aplica-se em todas as coisas no mundo, especialmente na divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2009). Sobre a divisão social do trabalho e sobre o que é atribuído à mulher, Bourdieu (2009, p.34) pontua que:

As regularidades da ordem física, e da ordem social impõe e inculcam as medidas que exclui as mulheres das tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores, ensinando-lhes a postura correta do corpo, atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e

mesquinhas. Enfim em geral tirando partido no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais.

A objetividade das estruturas sociais e a divisão sexual do trabalho de produção e reprodução, onde os homens estão geralmente na melhor posição, é o que afirma e mantém a primazia universalmente concedida aos homens (BOURDIEU, 2009). O que Bourdieu tenta mostrar é que as estruturas de dominação são produto de histórico trabalho de reprodução, especialmente os homens, que lançam mão de suas armas de violência física e violência simbólica. Instituições como igrejas, famílias e escola também contribuem nessa construção.

A mesma assimetria existente entre sujeito e objeto e agente e instrumento que se instaura entre homem e mulher nas relações de produção e reprodução do capital e também nas trocas simbólicas. É nessa assimetria que se baseia o princípio da inferioridade e da exclusão da mulher e o amplia como sendo princípio universal.

Na divisão sexual do trabalho para manutenção do capital econômico e do capital social, cabe aos homens o trabalho que gera renda e também monopólio das atividades públicas e de representação. As mulheres são excluídas dos espaços públicos, especialmente aqueles onde se discute e define determinações sociais (Bourdieu, 2009). No mundo sexualmente hierarquizado, as mulheres são preparadas para aceitar naturais e inquestionáveis a ordem das coisas, ou a “ordem dos corpos”. Ainda sobre a restrição à presença e participação feminina em espaços públicos de representação, Bourdieu (2009, p.74) afirma que:

Quando elas participam de um debate público, elas têm que lutar, permanentemente, para ter acesso a palavra e para manter a atenção, e a diminuição que elas sofrem é ainda mais implacável por não se inspirar em má vontade explícita e se exercer com inocência total da consciência: cortam-lhes as palavras, orientam, com a maior boa-fé, a um homem a resposta a uma pergunta inteligente que elas acabam de fazer (como se, enquanto tal, ela não pudesse, por definição, vir de uma mulher).

Bourdieu (2009) não nega os avanços que as mulheres conseguiram realizar mesmo diante da estrutura social que lhes foi imputada, entretanto o autor chama atenção para o fato de que, à medida que as mulheres avançavam, os homens também o faziam, assim a distância se mantém. Outro ponto interessante que o sociólogo destaca sobre os avanços das mulheres em termos profissionais, por exemplo, é o fato de que, para obter sucesso profissional a mulher precisa lidar com o ônus de um menor sucesso na esfera doméstica e na economia de bens simbólicos em geral. As contribuições de Bourdieu sobre as desvantagens das mulheres no mundo do trabalho e na representação política, colocadas como sendo uma questão

estrutural, nos faz refletir sobre como essa dominação masculina pode se manter, inclusive, em movimentos sociais ditos “revolucionários”, como é o caso do MST, onde a nossa apreciação inicial já indica que também nesse Movimento as mulheres estão em posição de desvantagem com relação aos homens para disputar cargos de representação e inferir em decisões políticas.

A partir dessa problematização, e considerando que as prioridades constituídas pelo MST, a hierarquia de pautas, a conformação dos espaços de liderança e a própria organicidade do Movimento demonstraram que as preocupações das mulheres estavam em segundo plano, como temas que deveriam ser tratados na esfera privada, após a resolução do foco central do Movimento, e que, diante dessa realidade, as mulheres militantes do MST passaram a empreender alguns esforços na tentativa de se afirmar como sujeitos políticos dentro do Movimento, o problema de pesquisa a ser desvelado nessa tese pode ser apresentado nas seguintes questões: Como as mulheres sem terra tem se constituído como sujeitos políticos ao longo da trajetória do MST? Quais as experiências de organização política empreendidas pelas mulheres sem terra e assentadas? Quais seus espaços de organização no interior do Movimento e se/como as propostas das mulheres são encampadas pelo MST?

Para tanto, como **objetivo geral** pretende-se:

Compreender as formas de articulação das mulheres internamente no MST, as experiências que forjaram a formação da consciência e da necessidade de organização de mulheres no interior do movimento, em busca de reconhecimento e legitimidade política para o sujeito mulher.

Ao encontro do objetivo geral, os **objetivos específicos** são assim delimitados:

- Identificar e caracterizar as experiências de organização e inserção política das mulheres dentro do movimento, bem como a motivação para essa organização;
- Analisar como a questão de gênero e o feminismo emergem e são tratadas dentro do MST ao longo de sua trajetória;
- Verificar, a partir de análise documental, a importância que as pautas das mulheres tem significado para o movimento e se/como essas pautas tem refletido no projeto político do MST;
- Analisar a trajetória militante de lideranças femininas no MST, com foco nas experiências organizativas que estas vivenciaram;
- Entender e discutir se é possível a concomitância, entre a militância feminista e a militância pelo direito à terra;

Essa pesquisa, de cunho sociohistórico, foi realizada a partir de metodologia qualitativa, pois entende-se que a análise qualitativa consegue enfatizar “as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1999). De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, e nas Ciências Sociais ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Em um primeiro momento a pesquisa exigiu uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema das mulheres rurais e reforma agrária, além de um aprofundamento sobre questões teóricas e organizativas do MST. Simultaneamente, aprofundou-se nas categorias de análise teórica que sustentam a discussão dessa Tese.

O segundo momento da pesquisa caracteriza-se essencialmente por uma análise documental, com consulta aos dados e documentos do MST, bem como cartilhas e cadernos de formação, com o objetivo de verificar como foram oficialmente tratadas as pautas de gênero no Movimento. Os documentos foram acessados por meio digital, com consulta aos repositórios digitais (com destaque para a “Hemeroteca Luta Pela Terra”), e também por meio físico através de consultas aos arquivos das secretarias e bibliotecas do MST estadual, consultados pessoalmente pela pesquisadora em visita à Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS). Todo material documental foi analisado a partir da metodologia de análise documental, onde por meio de um encadeamento de ligações entre a problemática em questão e as diversas informações extraídas dos documentos, pode-se formular explicações e interpretações coerentes sobre a questão de pesquisa (CELLARD, 2008). Para leitura e análise dos documentos não foi utilizado nenhum software específico para análise ou tratamento de dados, apenas ferramentas do *office* para construir quadros e planilhas, que foram preenchidas manualmente pela pesquisadora e auxiliaram na visualização e categorização de trechos selecionados na leitura. A análise do material documental nos permitiu entender como a questão de gênero foi inserida nas pautas e na política do movimento, bem como identificar a participação das mulheres em cargos de liderança.

O terceiro momento caracteriza-se pela realização de entrevistas abertas com mulheres militantes do MST que assumiram cargos de liderança dentro do Movimento, a fim de discutir como se deu a trajetória militante dessas lideranças femininas em um contexto local e estadual, e como essa liderança é exercida. Antes das entrevistas individuais com as lideranças, realizou-se algumas entrevistas e acompanhamento de reuniões de grupos de

mulheres assentadas, de forma exploratória, o que foi fundamental para aproximação com as mulheres e elaboração de um roteiro para as entrevistas individuais. A partir das entrevistas individuais, através da análise dos casos concretos, podemos identificar por quais experiências organizativas as lideranças passaram e como essas experiências ajudaram na sua construção como liderança política. Dessas entrevistas conseguimos ainda informações sobre como a militância das mulheres interferiu na sua relação com a família e com o assentamento do qual fazem parte. A pesquisadora também participou de eventos protagonizados pelas mulheres do MST, como a Jornada das Mulheres no 8 de março, e visitou algumas vezes a sede da COCEARGS (em Porto Alegre), onde pode ter uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa. As mulheres entrevistadas foram selecionadas intencionalmente, a partir da pesquisa exploratória que permitiu identificar algumas mulheres em posição de liderança relevante e que tivessem certo acúmulo histórico no MST.

Esse percurso metodológico para coleta e análise de dados documentais e de campo combinado com leituras de bibliografias e discussão/reflexão teórica é o que constitui essa Tese, estruturada em 5 capítulos, sendo o primeiro capítulo esta Introdução.

O segundo capítulo da Tese apresenta uma discussão gerada a partir de uma análise sistemática das publicações do Jornal Sem Terra, sobre as experiências organizativas vividas pelas mulheres no MST. As notícias do Jornal Sem Terra são apresentadas e discutidas de acordo com as fases da experiência organizativa das mulheres, por fim, fazemos algumas considerações sobre as principais pautas levantadas pelas mulheres no MST em cada período.

No capítulo 3, apresentamos as trajetórias das lideranças femininas entrevistadas e buscamos identificar como as mulheres tem se inserido na estrutura orgânica e organicidade do MST. São discutidos temas relativos aos desafios enfrentados pelas mulheres para conseguirem ocupar cargos de direção e obter reconhecimento e legitimidade no conjunto do Movimento.

O quarto capítulo, por sua vez, é dedicado à discussão sobre a relação das mulheres do MST com o debate feminista. Uma reflexão sobre o campesinato e sobre como essa categoria poderia “comportar” o debate feminista. Discutimos nesse capítulo sobre a necessidade de articulação entre classe e gênero, para dar significado à luta das mulheres camponesas, e como as categorias de interseccionalidade e consubstancialidade podem ser úteis nesse sentido. Também explicamos como se dá a relação das mulheres do MST com movimentos autônomos de mulheres rurais e movimentos feministas mais amplos, o que auxilia no processo de aproximação dessas mulheres com o feminismo. Na última parte do capítulo,

apresentamos o *feminismo camponês popular*, categoria construída pelas mulheres camponesas com a qual as mulheres do MST se identificam.

Por fim, no capítulo destinado as considerações finais além da retomada do que foi discutido ao longo da tese, apresenta-se uma síntese dos principais argumentos construídos durante a pesquisa, relacionados ao modelo de participação política do MST e os esforços organizativos das mulheres na busca por participação política nesse Movimento e também à construção da identidade dessas mulheres como *Mulheres Camponesas e Feministas*. Sob a ótica da interseccionalidade e consubstancialidade, sinalizamos um possível campo de pesquisa para análise das relações de gênero nos movimentos sociais mistos, que pode, a partir dessas categorias, avançar em questões como a não hierarquização de pautas e sobreposição de sistemas de dominação nesses movimentos.

2. COMO E ONDE ESTÃO AS MULHERES NA LUTA PELA TERRA? FASES DA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DAS MULHERES NO MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SEM TERRA

O Jornal Sem Terra (JST) se consolida no final do ano 1984, a partir do Boletim Informativo do MST, e se torna a principal publicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Como instrumento político, de acordo com Cunha (2013) o JST tem objetivo de divulgar as lutas e a visão de mundo do Movimento, bem como auxiliar na construção do sentimento de pertencimento e identidade coletiva para os trabalhadores rurais. Construído por dirigentes políticos e jornalistas diversos o JST é considerado uma ferramenta de construção coletiva.

Neste capítulo buscamos elucidar qual o papel da mulher na luta pela terra e como o MST aborda e encara as questões de gênero. Para tanto, foram realizadas análises dos conteúdos das edições do Jornal Sem Terra, publicadas entre janeiro de 1985 e agosto de 2012⁵, que totalizaram 278 edições. Analisamos também cartilhas e cadernos de formação do MST que tratam da temática de gênero e feminismo, a fim de entender como a pauta das mulheres aparece nessas publicações. Das 278 edições do Jornal Sem Terra que foram analisadas nessa pesquisa, buscou-se notícias com títulos que incluíam as palavras-chaves “mulheres”, “camponesas”, “agricultoras”, “trabalhadoras rurais”, “gênero” e “feminismo”. Dessa seleção chegou-se a um total de 107 edições (38,5% das edições publicadas no período analisado) que apresentaram uma ou mais de uma notícia sobre as mulheres. Essas notícias foram lidas uma a uma e formam a principal base de informações que utilizamos para caracterizar as fases da experiência organizativa das mulheres no MST⁶.

A análise das notícias do Jornal Sem Terra, complementada por alguns Cadernos de Formação, Cartilhas e ainda com informações coletadas nas entrevistas com as lideranças femininas do Movimento foi possível realizar uma leitura geral sobre como a questão de gênero foi evoluindo para o conjunto do MST, bem como sobre quais foram as experiências organizativas empreendidas pelas mulheres que compõem esse movimento, identificando também as principais pautas levantadas por elas em determinados períodos. O percurso teórico-metodológico que nos ajudará a entender como as experiências organizativas forjaram

⁵ Iniciamos as análises do Jornal Sem Terra a partir do Primeiro Congresso Nacional do MST, e a partir daí analisamos cada uma das publicações disponíveis na “hemeroteca luta pela terra”: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>. Acesso em fevereiro de 2017. A análise encerra na edição de agosto 2012 porque é aí que se encerram as edições disponibilizadas nessa plataforma.

⁶ Todas as edições analisadas constam no apêndice “A” desta Tese.

a mulher sem terra como sujeito político é realizado aqui com base na noção de experiência indicada por Thompson complementada com a crítica elaborada por Scott sobre a importância de visibilizar e historicizar a experiência

Na tentativa de identificar as diferentes experiências organizativas empreendidas pelas mulheres no MST, além das notícias do Jornal Sem Terra, recorreremos, principalmente, aos trabalhos de Gonçalves (2009) e Deere (2004) que auxiliaram na periodização das experiências organizativas. Para facilitar o entendimento e a discussão, agrupamos as experiências, de acordo com o período em que aconteceram e as diferentes configurações organizativas, em “fases”. O cotejamento desses trabalhos com as notícias do JST nos levou à seguinte organização de períodos ou fases:

- Fase 1: As mulheres no Primeiro Congresso Nacional do MST e a criação da Comissão Nacional de Mulheres (1985 - 1989)
- Fase 2: Vazio organizativo? Onde estão as mulheres no MST? (1990 - 1995)
- Fase 3: Coletivo Nacional de Mulheres: A retomada de responsabilidade com as questões de gênero no MST (1995 – 1998)
- Fase 4: Criação do Coletivo Nacional de Gênero e a expansão do debate para os homens do MST (1999 – 2002)
- Fase 5: Um salto de importância para o debate: o Setor Nacional de Gênero (2003 – 2012)

É importante ressaltar que a delimitação das fases organizativas, bem como a discussão sobre cada fase foi realizada primordialmente a partir das edições do Jornal Sem Terra, e algumas cartilhas que tivemos acesso. Em cada fase tentamos sintetizar as principais pautas discutidas nas diferentes experiências organizativas, o que nos revela a evolução do tratamento dado à questão de gênero pelo MST, e também da organização e mobilização das mulheres que constituem esse movimento.

2.1 AS MULHERES NO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO MST E A CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES (1985 A 1989)

Conforme apresentado na introdução desta tese, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra se inicia no Sul do Brasil ainda no final da década de 1970 com a deflagração dos primeiros acampamentos, mas é no ano de 1984 que é marcado, no MST, como sendo o ano de fundação oficial do Movimento e em 1985 se realizou o Primeiro Congresso Nacional do MST. No ano seguinte ao Primeiro Congresso Nacional, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres que originou a Comissão Nacional de Mulheres,

primeira experiência de organização “oficial” das mulheres no MST. Essa comissão, criada em 1986, terá duração até 1989, quando se desfaz.

O Primeiro Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural foi realizado no final de novembro de 1986, e a edição de novembro/dezembro de 1986 do JST traz uma matéria sobre esse evento. De acordo com a notícia, participaram desse encontro 35 lideranças femininas de 16 estados, para trocar experiências e se unir na luta por direitos. A principal discussão foi em torno da participação das mulheres nos sindicatos, movimentos populares e partidos políticos. As lideranças presentes no encontro discutiram que existem problemas específicos das mulheres que os movimentos e sindicatos não assumem por não considerar prioritários, mas ponderam que as próprias mulheres se acomodam esperando que alguém lute por seus direitos ou as convoque para participar. Diante dessa discussão foi encaminhado um trabalho de conscientização e organização das mulheres no movimento e nos sindicatos, para que as mulheres lutem de igual para igual com os homens nas lutas gerais e também incidindo sobre seus problemas específicos. Ao final do encontro, que durou quatro dias, foi tirada uma comissão provisória, para garantir a continuidade da articulação das mulheres trabalhadoras rurais em nível nacional. Essa comissão teria o dever de articular para que as mulheres participem de cursos de formação política e tenham acesso a todas as informações sobre o Movimento Sem Terra e a CUT. Sobre esse contexto, Furlin (2013) assinala que, ainda nos primórdios da trajetória do MST foram as mulheres que, mobilizadas, tomaram a iniciativa discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento, assim, além do Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, do qual participaram mulheres rurais de sindicatos e movimentos sociais, as mulheres do MST organizaram em 1986 o I Encontro Nacional de Mulheres, onde criou-se uma comissão de mulheres para discutir seus problemas e articular no interior do Movimento para que este se sensibilizasse diante das suas reivindicações. Seria essa a primeira experiência organizativa formal das mulheres no interior do MST. De acordo com Deere (2004), a Comissão Nacional de Mulheres pressionou a criação de grupos de mulheres nos assentamentos e acampamentos, e também a criação de comissões estaduais de mulheres, que deveriam ser apoiadas pelas lideranças do Movimento.

A leitura das edições do Jornal Sem Terra publicadas nesse período nos permite uma análise preliminar sobre os temas que foram mais caros para as mulheres do MST nesta fase de sua experiência organizativa. Vale ressaltar que, parte das mulheres que estiveram presentes nesse primeiro Congresso já tinha certa experiência militante em outras organizações do campo, como sindicatos, Comissão Pastoral da Terra, e CEBs. De acordo

com Esmeraldo (2013), após a importante participação das mulheres no 1º Congresso do MST, em 1985, mulheres que já integravam assessorias da Comissão Pastoral da Terra e participaram do Congresso, passam a fazer parte do MST e se responsabilizam pela veiculação da “Página da Mulher” no Jornal Sem Terra.

Em um primeiro momento, temos a reivindicação pela participação feminina nas instâncias políticas do Movimento, que inicia com a mobilização das mulheres no Primeiro Congresso Nacional do MST e se mantém perpassando todas as fases organizativas. A luta das mulheres pela sindicalização é outra pauta importante, pois inclui o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e ainda a luta por direitos sociais e trabalhistas, como acesso à saúde, aposentadoria e licença maternidade. Algumas notícias se referem ainda à violência no campo, relacionada à perseguição e criminalização do Movimento.

Após a formação da Comissão Nacional de Mulheres, que aconteceu em 1986, as notícias assumem um viés mais formativo com relação ao “papel da mulher”. Iniciando com a publicação de um caderno de formação sobre a mulher nas diferentes sociedades, seguido por uma série de estudos sobre o papel da mulher. Além dos textos formativos, algumas publicações da Comissão Nacional de Mulheres reforçam a importância da participação da mulher na luta pela terra e também nos espaços políticos fora do Movimento, incentivando inclusive a participação das mulheres nas eleições municipais e estaduais. As últimas notícias desse período demonstram que ganha força o discurso de que a organização de mulheres dentro do MST pode dividir o Movimento, ao mesmo tempo em que se justifica a necessidade de criação de movimentos autônomos de mulheres, é justamente esse discurso que baseia a desarticulação da Comissão Nacional de Mulheres levando à sua extinção em 1989. Cada um desses temas será melhor discutido nessa seção, tomando por base as publicações do JST.

Com relação à reivindicação pela participação feminina nas instâncias políticas do MST, as páginas do Jornal Sem Terra revelam que, desde o primeiro Congresso Nacional do MST, as mulheres se mobilizaram para reivindicar participação nas instâncias organizativas do Movimento. A primeira publicação dessa página se deu na edição de fevereiro de 1985. Corroborando com o escrito por Esmeraldo (2013), entre as edições do Jornal Sem Terra analisadas nessa pesquisa, a primeira publicação diretamente relacionada às mulheres está na edição de fevereiro de 1985, e relata o empenho e a organização das mulheres no 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. De acordo com a notícia intitulada “*Ao lado dos homens, sem medo da luta*”, as mulheres que estavam em número superior a 300, correspondendo à 20% do total de participantes, conseguiram participar dos grupos de trabalho do Congresso e ainda reuniram-se separadamente para discussão dos problemas específicos, conseguiram

estabelecer que 30% da composição da Executiva Nacional do Movimento fosse do mulheres. O título da notícia chama a atenção pelo fato de destacar que as mulheres estão dispostas a encampar a luta do Movimento, da mesma forma que os homens, isso é demonstrado ainda na notícia quando se fala no documento construído pelas mulheres e aprovado na plenária final para ser anexado ao Documento Final do Congresso. Este documento está baseado em dois eixos, o eixo da participação que orienta a formação de grupos de mulheres municipais, espaço nos trabalhos de base e a participação ativa das mulheres nos movimentos, bem como a conquista de espaço político na sociedade assumindo a luta “de igual para igual” com os homens. E o eixo da articulação, voltado para divulgação da luta da mulher sem terra e à exigência da participação e de direitos iguais aos homens na coordenação nacional do movimento. Nesta mesma edição (fevereiro/1985), sob o argumento de que “as mulheres foram um acontecimento à parte” no 1º Congresso do MST, é apresentada uma entrevista com cinco lideranças femininas que estavam no congresso. Na entrevista, essas mulheres relatam a experiência na luta pela terra, destacamos aqui um trecho da fala de uma das entrevistadas, publicado nessa edição do JST:

Sem a participação da mulher, o homem pouco avança na luta. Talvez agora, depois desse congresso, as mulheres participem mais ativamente, porque aqui estão quase 400 companheiras de todo Brasil participando dos trabalhos, discutindo e se fazendo ouvir. As mulheres têm condições de fazer as mesmas coisas que o homem. A mulher tem que conquistar o seu espaço. E não apenas ganhar espaço, sem fazer força. Chegamos aqui no congresso e constatamos que não havia nenhuma mulher na mesa. Achamos que era injusto. Discutimos bastante e acabamos com duas mulheres na mesa e na Coordenação Nacional do Movimento. É assim que deve ser feito. Porque nós, mulheres, acreditamos que qualquer vitória no campo, seja conquista de um pedaço de terra, seja a reforma agrária, só será alcançada quando a mulher e o homem estiverem juntos na luta, em igualdade de condições.

Esse discurso reforça a importância das mulheres se mobilizarem para conquistar espaços importantes no Movimento e na luta pela terra, como por exemplo, conseguir ocupar espaço na mesa do Congresso (que inicialmente era composta só por homens) e na Coordenação Nacional do Movimento, espaços estes que não seriam cedidos, mas que foram conquistados pelas mulheres presentes no Congresso. A fala anterior também demonstra que as mulheres que estavam presentes nesse primeiro congresso já tinham alguma apropriação do debate de gênero. Esmeraldo (2013) comenta que as mulheres participaram de forma ativa, afirmativa e organizada do 1º Congresso Nacional do MST, reivindicando participação. Nesse congresso, a participação das mulheres se faz perceber de forma relevante pelo conjunto do movimento e, como já comentado, Esmeraldo (2013) ressalta que as mulheres que participaram já eram, em grande parte, militantes das CEBs, CPT, e oposições sindicais. Essa

informação é importante para explicar a capacidade de articulação e mobilização das mulheres na luta por participação política no Congresso, pois, seguindo a noção de experiência explorada por Thompson (1981, p.16), de que “a experiência é o vivido, são os acontecimentos, e as ações e ao mesmo tempo o sentido a elas atribuído”, as experiências políticas anteriores das mulheres que participaram desse Primeiro Congresso Nacional do MST contribuíram para que elas buscassem ocupar espaços e “fazer-se” enquanto sujeitos políticos dentro do movimento. Furlin (2013) também comenta sobre o I Congresso Nacional do MST, destacando que desde aí se percebia certa preocupação das lideranças em relação à participação feminina, e que mesmo sendo apenas 20% de participantes mulheres no 1º Congresso, se estabeleceu que dali em diante pelo menos 30% dos participantes do congresso deveriam ser mulheres. Entretanto, em uma notícia publicada na edição de fevereiro de 1988, revela-se que houve uma baixa participação das mulheres no IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde a participação feminina não chegou a 20% do total de participantes. Nessa notícia, lideranças femininas falam ao Jornal Sem Terra que isso ocorre devido à falta de organização das mulheres e falta de preparação das mulheres para conquistar e se fazer presente nos espaços de decisão. No entanto, a literatura nos indica que a baixa participação das mulheres nesses espaços não é somente culpa da falta de organização – ou de vontade – delas, Paulilo (2004) chama atenção para o fato de que, nos movimentos que enfatizam as questões de classe, como é o caso do MST, o modelo de participação política privilegia a participação masculina:

O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas. (PAULILO, 2004. p.239).

Demonstrando a influência das oposições sindicais e a articulação das mulheres do MST com as mulheres sindicalistas, vimos que importância da sindicalização das mulheres foi tratada nas edições março/maio de 1985, dezembro de 1985 e março 1986. De acordo com as notícias, era comum que presidentes de sindicatos tentassem impedir ou dificultar a sindicalização das mulheres. Assim, para garantir e exercer esse direito as mulheres se mobilizavam em protestos, caminhadas e ocupações de sindicatos até que conseguissem a sindicalização. Apesar de não haver nenhum impedimento legal para a filiação das mulheres nos sindicatos rurais, era comum as diretorias se colocarem contra e tentar impedir que as mulheres se sindicalizassem (CARNEIRO, 1994). Para tentar sanar esse problema, após muita

luta das mulheres, não só do MST, mas também das mulheres que atuavam na Contag, o IV Congresso da Contag em dezembro de 1985, aprovou um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento da mensalidade que não prejudicasse a renda familiar. Conforme apontado por Esmeraldo (2013), as regras instituídas nos documentos e nas práticas sociais são carregadas do senso comum, originados por tradições, valores e comportamentos que legitimam o homem na profissão de trabalhador rural e privam a mulher do acesso à terra, à capacitação e ao reconhecimento do seu trabalho. Infelizmente, segundo a autora, a prática e o discurso político no movimento sindical não contraria o que está posto. Os sindicatos continuam a defender o gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural, criando condições para que o homem acumule capital político e social para se manter como representante legítimo da classe trabalhadora rural (ESMERALDO, 2013). Dado esse cenário, como assinalado pelos textos do *Jornal Sem Terra*, é importante que as mulheres não excluam a luta política do espaço sindical, pois é no sindicato que devem buscar o reconhecimento formal de seu ofício, sendo essa a entidade capaz atribuir uma categorização profissional ao trabalho da mulher rural, possibilitando assim o acesso à direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Como assinala Esmeraldo (2013, p. 246):

Lutar para entrar no sindicato rompendo a unidade e as relações de forças historicamente constituídas para e com o masculino significa criar novas relações de forças não mais restritas às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tencionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino.

Sobre a luta pela sindicalização é importante ressaltar que nos anos 1980 o MST, a CUT rural, a CPT e outras instituição sindicais eram muito próximas, dialogavam, cooperavam e trabalhavam juntos na conquista de terras e nas eleições sindicais de chapas progressistas contra outros setores sindicais considerados conservadores. A luta pela terra se unia à luta pelo fortalecimento dos sindicatos entre os setores populares. O diálogo entre as mulheres dos sindicatos rurais e do MST foi o que originou a formação de movimentos autônomos, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS, composto por mulheres de ambos os movimentos. Bordalo (2011) ao estudar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, infere que a demanda das mulheres por maior participação política desmascara conflitos internos que estavam subordinados às orientações e estratégias relacionadas à “luta de classes”. A questão de gênero dentro do MST, por exemplo, estaria subordinada às lutas gerais, e a superação da desigualdade de gênero seria consequência da

superação da luta de classes. Segundo Bordalo (2011), foi essa hierarquização das lutas nos movimentos mistos que fez com que as demandas das mulheres fossem percebidas como questões específicas, fortalecendo assim a consolidação de redes e movimentos específicos de mulheres.

Uma notícia na edição de junho de 1986 relata que as Trabalhadoras Sem Terra se reuniram para levar suas reivindicações para o Congresso da CUT. Entre as pautas levadas pelas mulheres sem terra estão aposentadoria, reconhecimento da profissão, direito à assistência médica e também a discussão sobre a participação política das mulheres nos sindicatos. Sobre as reivindicações femininas, Esmeraldo (2013) comenta que “elas, ao problematizarem o seu lugar nas relações de produção e o valor do trabalho feminino, produzem um sentido público para seu trabalho, politizam o mundo privado e levam a luta de gênero para a luta sindical” (ESMERALDO, 2013, p. 238). Ao questionar a hegemonia do homem no campo político, as mulheres buscam também se afirmar como sujeitos políticos e deixar de serem vistas como subordinadas na relação familiar, as mulheres reivindicam direitos de cidadania junto ao Estado, exigindo acesso a políticas previdenciárias como licença-maternidade e auxílio-doença (ESMERALDO, 2013). A mesma autora coloca ainda que as mulheres rurais constroem reivindicações específicas, como a luta por direito à sindicalização e por direitos previdenciários, para que possam se integrar e participar efetivamente do segmento de classe trabalhadora no MST.

Como se pode perceber, a luta por sindicalização acontece de forma conjunta à luta por reconhecimento profissional e por direitos sociais, como uma importante vitória no contexto dessas lutas, a edição de abril de 1986 do Jornal Sem Terra noticia que no dia 26 de março de 1986 o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário publicou uma portaria que dá o direito à mulher trabalhadora rural de constar como titular de posse em projetos de assentamento. Assim, as mulheres solteiras e viúvas poderiam sair da condição de dependentes de irmãos ou pais. Apesar dessa ser uma vitória significativa, as mulheres reivindicavam ainda o acesso ao FUNRURAL⁷ de forma independente e os direitos previdenciários, além do reconhecimento como trabalhadoras rurais, e não “do lar”. Até a Constituição de 1988, o homem rural tinha direito a apenas meio salário de aposentadoria, e as mulheres rurais não possuíam esse direito, nesse contexto, os movimentos do campo lutavam pela aposentadoria integral para homens e pela inclusão das mulheres nos benefícios

⁷ O fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado em 1963, a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, quando se deu, finalmente, a inclusão efetiva do trabalhador rural na legislação previdenciária. Os sindicatos teriam um papel fundamental na execução do FUNRURAL. (PICOLOTTO, 2011).

previdenciários. Essa luta por direitos sociais, de acordo com o retratado por Picolotto (2011), foi um dos impulsionadores da organização das mulheres agricultoras no Sul do País, em torno de pautas específicas⁸.

O tema da participação da mulher na luta pela terra e no sindicalismo voltou a ser tratada na edição fevereiro/março de 1987 do JST, em uma notícia intitulada “Mulheres fortalecem o Movimento”, que apresenta uma entrevista com algumas lideranças femininas participantes do 3º Encontro Nacional de Avaliação do Movimento dos Sem Terra. Na entrevista, ao debater sobre a participação da mulher na luta pela terra e a participação destas nos movimentos e sindicatos, as mulheres entrevistadas relatam a importância da “força da mulher” na luta pela terra, nos acampamentos e ocupações, e relatam também a dificuldade de romper com a ideia de que a mulher é mais fraca e tem que ficar em casa. A entrevista também chama atenção para a questão da violência contra mulher, e as entrevistadas colocaram mais ênfase na violência psicológica e moral que sofrem por ser mulher do que na violência física.

A publicação “mulheres na luta” da edição de outubro/novembro de 1985 é uma divulgação do livro “Sangue na terra: a luta das mulheres”, que fala sobre como as mulheres trabalhadoras rurais reagem à violência no campo, assumindo, por vezes, a liderança do movimento após a morte de seus maridos. Mais que divulgar o livro, a notícia em questão divulga muitas mulheres que resistem na luta pela terra⁹, destacando sua posição de liderança e a lição de que a mulher não pode ficar “de braços cruzados”. Carneiro (1994) aponta que foi a partir da década de 1980 as mulheres que participavam dos movimentos sociais no campo começaram a se reunir e promover encontros para discutir temas que lhes eram específicos. Antes dessa data as mulheres já participavam, mas sua participação se dava, geralmente, através de seus respectivos maridos, e nesses casos, o protagonismo da mulher só ocorreria com a morte de seu cônjuge¹⁰, conforme coloca Carneiro (1994, p. 12):

⁸ A Constituição de 1988 é um marco importante na luta das mulheres, pois a mobilização das mulheres em geral em torno da Constituinte é considerada um dos maiores movimentos femininos da história do país. Como resultado desse movimento a Constituição de 1988 demarca o princípio da isonomia (igualdade entre homens e mulheres perante a lei) e avança em pautas como previdência social, seguridade social, direitos sociais, direitos trabalhistas e direito à propriedade para mulheres. Entretanto, esses direitos não eram imediatamente aplicados em benefício das mulheres, assim, a mobilização por cada pauta seguia nos anos seguintes até que fossem conquistadas.

⁹ Sobre a mulher como símbolo de resistência e luta, a edição de maio/1987 apresenta a história de Roseli Nunes, que foi assassinada enquanto participava de uma manifestação contra a política agrícola do Rio Grande do Sul, em março de 1987. Conforme a notícia, Roseli Nunes sempre esteve à frente das manifestações do Movimento dos Sem Terra e se tornou símbolo de luta e resistência pelo direito à terra.

¹⁰ Como exemplo podemos citar a líder sindical Elizabeth Teixeira que assumiu a liderança sindical após o assassinato do seu marido, tornando-se uma das mais importantes lideranças para as Ligas Camponesas.

A liderança se firma com a morte do marido, fato que a conduz a substituí-lo, assumindo, então, o compromisso com a luta, numa demonstração de capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai).

Com o título “Teimosia de Mulher” é apresentada na edição de novembro/dezembro de 1986 uma entrevista com Luci Terezinha Choinaski, mulher agricultora e filha de sem terra, eleita deputada estadual em Santa Catarina pelo Partido dos Trabalhadores, com o apoio do Movimento de Mulheres de Santa Catarina e do Movimento Sem Terra. Na entrevista, Luci destaca a importância da participação das mulheres na reforma agrária, colocando-a como fundamental para o sucesso da luta pela terra. O título “teimosia de mulher” faz referência a uma fala de Luci Choinaski, que disse que as mulheres quando “teimam” com alguma coisa lutam por ela até vencer.

As edições do JST de 1986 e 1987 trazem as articulações das mulheres rurais com movimentos internacionais e de outras regiões do país. A publicação “Mulheres na luta”, encontrada na edição de agosto de 1986 do Jornal Sem Terra, relata que em julho de 1986, uma comitiva de mulheres sem terra foram ao Chile, participar do Primeiro Encontro Nacional da Mulher Rural daquele país. No encontro as mulheres do MST puderam relatar suas experiências e conhecer a experiência organizativa das mulheres da Comissão Nacional Campesina. Os temas discutidos nesse encontro envolviam a relação da mulher com a família, com o trabalho, a política, a organização e a mobilização. Na edição de junho/1987 consta a notícia sobre o “Primeiro encontro de mulheres trabalhadoras rurais do nordeste”, que aconteceu de 4 a 7 e maio de 1987, onde se discutiu sobre a importância da organização para o avanço da luta da classe trabalhadora e das mulheres, em particular.

No mesmo ano de 1987, a organização das mulheres rurais sofreu um recuo. No Primeiro Encontro Regional de Mulheres da Roça ocorrido em agosto de 1987, cerca de 3.500 mulheres reuniram-se em Constantina, no Rio Grande do Sul, conforme relatado na edição de setembro/1987 do JST. Trabalhadores e sindicalistas homens também participaram do encontro, todos enaltecendo a luta das mulheres. Ao final foi lido o documento com as reivindicações das mulheres, que incluía a reforma agrária proposta pelo MST, organização das mulheres nos sindicatos, aposentadoria aos 50 anos com salário mínimo e assistência médica gratuita e de qualidade. No discurso final, a coordenadora nacional da organização das mulheres falou para suas companheiras que “para vencer as dificuldades devemos juntar nossas forças às dos homens, não criando movimentos paralelos, mas uma força única”. Podemos notar com esse discurso que começa a ganhar força, mesmo entre as mulheres, o

debate de que a organização de mulheres dentro do movimento poderia “dividir as forças” de forma a prejudicar o objetivo central do MST. É esse tipo de debate que começa a enfraquecer a Comissão Nacional de Mulheres até o ponto que essa organização se extingue no interior do MST e inicia o processo de emergência dos movimentos autônomos de mulheres, especialmente os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais. As próximas notícias sobre as mulheres, até o fim desse período, são bem variadas e fragmentadas, o que reflete a falta de organização política das mulheres, ou pelo menos a falta de centralidade e organização das pautas de interesse específico das mulheres dentro do MST.

Inicialmente, a Comissão de Mulheres do MST ocupou um espaço no Jornal Sem Terra, onde divulgava os trabalhos realizados inserindo também temas para reflexão e formação sobre questões que envolvem a mulher rural, conforme apontado por Furlin (2013) esses temas foram posteriormente compilados no Caderno de Formação nº 15, intitulado “A Mulher nas Diferentes Sociedades”. Esse Caderno, publicado em 1988 é uma publicação relevante no que tange à formação e reflexão sobre a condição da mulher na sociedade. O Caderno apresenta um caráter estritamente formativo, ao descrever a posição imposta às mulheres nas diferentes sociedades. O objetivo desse Caderno de Formação é “despertar sua atenção para questões que interessam à mulher e a toda classe trabalhadora” (MST, 1988, p.3). A orientação é que esse material servisse de discussão para o conjunto do Movimento.

Seguindo a orientação de que a Comissão de Mulheres deveria também contribuir com a formação e a reflexão, uma série de estudos formativos se inicia a partir da edição de agosto/1987 com o título: “A Formação econômica da sociedade e o papel desempenhado pela mulher em cada uma dessas etapas”. O objetivo colocado pela notícia, assinada pela Comissão Nacional de Mulheres, é que o estudo seja discutido por todas as companheiras e que essas mulheres possam colaborar, opinando e escrevendo ao Jornal. Outro texto com viés formativo é publicado na edição de janeiro de 1988 em uma seção intitulada “a mulher na sociedade capitalista”. Essa seção fala sobre como a mulher entrou no mercado de trabalho capitalista, sendo obrigada a competir com os homens pelo trabalho na indústria e para isso precisaram vender sua força de trabalho mais barata. O fato dos homens trabalhadores enxergarem às mulheres como concorrentes no mercado de trabalho dificultou para que esses homens se aliassem às causas femininas. Além do trabalho precário e dos baixos salários as mulheres ainda precisavam resolver problemas como com quem deixar os filhos. O texto ressalta que, diante de tanta discriminação as mulheres vão, aos poucos, tomando consciência de si mesma e lutando por seus direitos, entendendo que a libertação da mulher está vinculada com a libertação da sociedade e que é preciso conquistar seu espaço.

Essas notícias demonstram que a Comissão Nacional de Mulheres esteve empenhada na tarefa de formação e conscientização acerca das questões de gênero, especialmente vinculando a opressão das mulheres com o mundo do trabalho e o desenvolvimento da agricultura capitalista.

A edição de outubro de 1987 traz uma notícia que relata a presença das mulheres na grande caravana dos trabalhadores rurais à Brasília. De acordo com a notícia, as mulheres se juntaram aos companheiros para denunciar a política agrícola que não beneficiava os pequenos agricultores. As mulheres tinham grito de ordem próprio que incluía frases como “Mulher no sindicato é melhor que lavar prato” e “Mulher organizada, jamais será pisada”.

A reportagem “Mulheres rurais unidas na luta”, da edição Março/1988 trata do dia internacional da mulher e relata mobilizações das mulheres rurais em todo país com reivindicações básicas que seriam: desapropriação dos latifúndios, direitos iguais para trabalhadores urbanos e rurais, saúde e educação gratuitas, fim da discriminação contra a mulher, repúdio às leis anti-populares da constituinte e direito de escolher o presidente da república.

Sob o título “Conquistando espaços” a edição de junho/1988 publica uma notícia que fala sobre como as mulheres tem se destacado em três assentamentos do Rio Grande do Sul na área de educação popular, com uma proposta educacional vinculada à realidade rural. Nessa mesma edição, com o título “Organizar e participar”, encontra-se uma notícia relatando que nas ocupações, as mulheres desempenham papel fundamental junto aos seus companheiros e a partir daí muitas mulheres descobrem sua capacidade e a importância da sua participação. Essa notícia fala sobre assentadas de Sumaré, que perceberam a necessidade de se organizar enquanto mulheres para resolver problemas que as impediam de participar ativamente do movimento. Nesse caso, foi formado grupo de mulheres do assentamento que discutiu o problema e tentou solucionar na prática, pois essas mulheres entenderam que é preciso solucionar alguns problemas concretos (como creche para seus filhos) para que elas se integrem politicamente no movimento e sindicatos.

O tema referente à participação da mulher na política se mostra relevante a partir de uma sequência de notícias, que inicia na edição de setembro de 1988, onde é publicada uma entrevista com as deputadas Luci Choinaski, de Santa Catarina, e Luiza Erundina, de São Paulo. As deputadas comentam sobre a necessidade que mulheres e homem lutem juntos contra o sistema opressor, sem dividir a luta. Elas falam ainda sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam para conseguir conciliar uma vida política com a vida em família. Dando sequência ao tema, a edição de outubro/1988, com foco nas eleições municipais, traz uma

notícia sobre as mulheres do MST que disputaram eleições municipais pelo Partido dos Trabalhadores. Nessa notícia, além de falar sobre as propostas do partido, as mulheres comentam que é preciso participar da política partidária, pois é através dela que se chega no poder para tomar decisões. Já em uma seção da edição de novembro de 1988 é feito um balanço da importância que foi a candidatura das mulheres nas eleições, pois estas venceram o preconceito de que as mulheres só poderiam administrar a própria casa. A partir desse balanço, com um título “participar é decidir!” a notícia faz um chamado para que as mulheres não fiquem à margem da luta e participem das avaliações das atividades do MST nos encontros estaduais e ajudem a traçar os rumos do movimento para os próximos anos.

“8 de março, história de lutas e conquistas” é o título da reportagem da edição jan/fev/1989 sobre a história do 8 de março e a situação das mulheres urbanas e rurais. A reportagem destaca a necessidade da luta das mulheres por seus direitos e convocar as mulheres rurais para no dia 8 de março se somar às mobilizações onde as principais bandeiras de luta são: Desapropriação de todos os latifúndios; direitos iguais para trabalhadoras rurais e urbanas; saúde e educação gratuitas; fim de todo tipo de violência e discriminação; regulamentação das leis conquistadas na constituição; derrubada da exploração capitalista. Percebe-se que, entre as pautas do 8 de março nenhuma diz respeito às demandas que podem ser consideradas como “específicas das mulheres rurais”, são pautas mais amplas sobre questões que atingem aos trabalhadores rurais como um todo. Essas bandeiras de luta parecem alinhadas com o argumento de que não se deve “dividir a luta” com pautas específicas.

É possível ler, na edição de agosto/1989 uma entrevista com quatro mulheres falando sobre a organização e luta das mulheres. Na entrevista, uma das coordenadoras do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do RS, comenta que as reivindicações da classe trabalhadora engloba as mulheres, mas a luta específica é pelo fim da discriminação e para que as mulheres cresçam junto com seus companheiros. Uma outra entrevistada, identificada como pequena agricultora de Santa Catarina, comenta que a luta das mulheres não é contra os homens, e sim contra o sistema que não possibilita a participação da mulher. O que observamos nessa notícia é a visibilidade dada às mulheres trabalhadoras rurais que não necessariamente são vinculadas ao MST e a tentativa de justificar a criação de movimentos autônomos de mulheres, no caso, o MMTR-RS.

Apesar de existir uma orientação (desde o Encontro de Mulheres ocorrido em Constantina, relatado anteriormente) de que as lutas das mulheres não deveriam ser específicas para não correr o risco de fragilizar o Movimento, as últimas notícias publicadas no JST nesse período demonstram que existe um debate sobre esse tema, ainda que

explicitado de forma sutil. Percebe-se, especialmente nas entrevistas publicadas no jornal que a orientação geral não foi aceita de forma tão pacífica e que as mulheres estavam tentando chamar atenção para a necessidade de auto-organização.

De acordo com Deere (2004), a partir de 1989, a Comissão Nacional de Mulheres do MST parou de funcionar, principalmente pelo discurso de que a organização de mulheres no MST poderia “dividir a luta” e tirar o foco da prioridade do Movimento, que é a luta pela terra. Diante disso, as mulheres do Movimento foram orientadas a, caso se interessassem em discutir questões de gênero, buscar se organizar em movimentos autônomos de mulheres rurais, como o MNMTR. Assim, a Comissão Nacional de Mulheres, única organização feminina dentro do MST em nível nacional durante esse período, se desfaz.

2.2 “VAZIO ORGANIZATIVO”? ONDE ESTÃO AS MULHERES NO MST? 1990 - 1995

A extinção da Comissão Nacional de Mulheres, em 1989, não foi seguida de nenhuma outra forma de organização oficial em nível nacional no MST, assim a organização das mulheres ficou restrita aos movimentos autônomos. Assim, o período de 1990 até 1995 é considerado por nós, nesse estudo, como a fase de “vazio organizativo” das mulheres no MST. Pois, ainda que, em alguns casos, as mulheres se mantivessem organizadas, em grupos e coletivos locais ou regionais, essas iniciativas não eram sustentadas nem apoiadas por uma organização nacional de mulheres no Movimento, visto que essa não mais existia. O que observamos, sobre essa fase de “vazio organizativo” das mulheres no MST, é, inicialmente, a continuidade de temas já tratados na fase anterior, como a importância da participação das mulheres nas eleições municipais e a luta das mulheres por direitos sociais. Além disso, temos nessa fase um texto do MMTR (publicado na edição de maio/junho de 1992) que expressa a necessidade de as mulheres se organizarem em movimentos autônomos, afirmando, inclusive que os movimentos mistos não conseguem cumprir o papel de construção de uma nova sociedade com relação às questões de gênero. Esse discurso, de certa forma, justifica o fato de que o melhor seria as mulheres se organizarem fora do MST.

As notícias finais desse período chamam atenção pelo fato de se voltarem para discutir sobre a baixa participação das mulheres nos processos de decisão do MST, e as dificuldades que as mulheres enfrentam para conseguir participar. Uma característica importante desse período é a fragmentação e dispersão de temas, além de uma diminuição nas publicações referentes às mulheres nesse período, o que demonstra que a falta de uma organização formal de mulheres no MST reflete nas edições do Jornal Sem Terra que passa a

publicar menos sobre temas referentes às mulheres, contabilizando um total de 19 notícias no período, sendo que no período anterior identificamos 35 notícias. Contudo, as notícias desse período, ainda que fragmentadas, revelam que algumas experiências organizativas no nível local e regional continuam sendo alimentadas, contribuindo para a formação de lideranças políticas femininas. Por fim, uma notícia sobre o Congresso do Movimento de Mulheres Agricultoras em 1994, sinaliza que o MST estava atentando para a organização de mulheres, e considerando a importância de alianças com os movimentos autônomos. Vamos analisar então, no decorrer desse tópico, como as pautas referentes às mulheres eram apresentadas nessa fase.

Sobre a importância da participação das mulheres na política, com o título “a coragem das trabalhadoras rurais”, a edição de julho/agosto de 1990 do Jornal Sem Terra traz uma entrevista com a deputada Luci Choinaski, onde a deputada reforça que a mulher precisa estar em cargos de direção política, entretanto ressalta as dificuldades em enfrentar a discriminação, pois a mulher precisa provar que é capaz de assumir esses cargos. A importância de ter uma mulher em cargos políticos decisivos no cenário nacional é bem exemplificada na notícia publicada pelo Jornal Sem Terra abril de 1994, que será posteriormente comentada, referente ao Projeto de Lei de autoria da Deputada Luci Choinaski que concede às trabalhadoras rurais o direito ao salário maternidade.

Na edição de janeiro/fevereiro de 1994 encontra-se uma entrevista com Itelvina Masioli, identificada como sendo a segunda mulher a fazer parte da direção nacional do MST. Itelvina comenta que “na luta específica pela terra, a mulher tem um papel fundamental, seja na resistência, na organização da produção, na permanência na terra conquistada e na militância como um todo”. A entrevistada ainda fala sobre as dificuldades colocadas para a participação da mulher, mas afirma que as mulheres estão mais conscientes do valor de sua contribuição e por isso tem participado mais ativamente. Chama atenção nessa notícia o fato de que, de acordo com o publicado no JST, em 1994 é a segunda vez que uma mulher assume cargo na direção nacional, ou seja, quase 10 anos após a formação oficial do Movimento apenas duas mulheres participaram da direção nacional. A primeira mulher¹¹ teria ocupado a direção nacional na ocasião do Primeiro Congresso do MST, como comentado na primeira fase organizativa apresentada nesta Tese. Entretanto, em cartilha mais recente publicada pelo Setor de Gênero do MST, se afirma que no Primeiro Congresso Nacional do Movimento duas

¹¹ Não encontramos registros com identificação completa das mulheres (e nem dos homens) que ocuparam a direção nacional do MST ao longo dos anos.

mulheres faziam parte da direção nacional, então a partir do cruzamento desses dados, podemos inferir que até 1994 se contabiliza três mulheres na direção nacional do MST.

“Sem a participação da mulher nossa luta vai pela metade” é o título de uma notícia da edição de maio de 1994 do Jornal Sem Terra. De acordo com a notícia, O MST, junto com a Emater realizou em Porto Alegre o “I seminário regional das mulheres assentadas e acampadas”, com o objetivo de incentivar as mulheres a participarem das decisões nos assentamentos e acampamentos. No encontro percebeu-se que as mulheres pouco participam dos processos de discussão e decisão da produção e que tem pouco conhecimento sobre seus direitos. Por fim, se concluiu que apesar de já ter se avançado um pouco é preciso dar muitos passos para que se amplie a voz das mulheres na luta pela terra e na transformação da sociedade.

O Jornal Sem Terra apresenta na edição de setembro/1994 uma entrevista a uma das coordenadoras do MMA de Santa Catarina sobre o I Congresso de Mulheres Agricultoras e sobre a comemoração de 10 anos do movimento. Entre os temas tratados no congresso estão a participação política da mulher na sociedade e a luta de gênero e classe. No congresso foi reafirmado a importância do trabalho de base com as mulheres e foi tirado como meta uma aliança mais próxima com o MST para concretização da luta pela reforma agrária. Nota-se aí que, apesar de ter se aberto mais espaço para os movimentos autônomos de mulheres, inicia-se um processo de articulação entre os movimentos autônomos e o MST, o que contribui para que o MST volte a se preocupar com as questões de gênero.

Demonstrando que as mulheres do MST persistem na pauta de luta por direitos sociais, a edição de março de 1992 do Jornal Sem Terra publica uma notícia intitulada “Mulheres na luta”, que relata como mulheres rurais se mobilizaram em Brasília para derrubar o veto de Collor às questões fundamentais de direitos da mulher. Mulheres de mais de 15 estados do Brasil com o apoio de algumas deputadas e deputados se reuniram com o ministro da previdência para apresentar a pauta que exigia aspectos como aposentadoria e salário maternidade para trabalhadoras rurais. Após essa reunião ficou garantido a liberação dos pagamentos de aposentadoria que haviam sido suspensos e extensão da lei de benefícios da previdência para as trabalhadoras rurais independente de seu estado civil, com aposentadoria para a trabalhadora rural aos 55 anos. Ainda sobre o tema da luta por direitos sociais, a edição de dezembro de 1993¹² traz uma notícia intitulada “mulheres agricultoras unidas pelos seus

¹² No decorrer do ano de 1993 não se verificou nenhuma postagem, além desta, sobre as mulheres, nem mesmo sobre o “8 de março”. A edição de Abril – 1993 fala sobre as jornadas de lutas de março e não cita nenhuma mobilização de mulheres.

direitos, que relata que em Santa Catarina cerca de 150 mulheres agricultoras de dois assentamentos de Calmon-SC se reuniram no “Encontro de Mulheres”. A notícia destaca que algumas mulheres caminharam por 10 km com crianças no colo, só pela necessidade de se organizar para ampliar sua participação e garantir seus direitos.

O tema do salário maternidade aparece novamente na edição de abril de 1994, que noticia essa importante conquista das mulheres trabalhadoras rurais. De acordo com o publicado, em 25 de março de 1994 o Presidente Itamar Franco sancionou o projeto de Lei de autoria da deputada Luci Choinaski, que concede às trabalhadoras rurais o direito ao salário maternidade, após quase cinco anos de luta. Conforme assinalado na notícia, essa conquista só foi possível graças ao empenho de diversos movimentos sociais do campo e da deputada Lucy Choinaski. Um importante momento da luta foi a caravana de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília, em 1992. Apesar de comemorar a conquista a notícia ressalta que é possível que burocracias sejam colocadas como empecilhos para que a trabalhadora rural usufrua desse direito.

Entretanto, para acessar aos direitos sociais, era necessário primordialmente que as mulheres trabalhadoras rurais possuíssem documentação pessoal, assim a edição de novembro de 1994 traz um box intitulado “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos” com a divulgação de uma cartilha organizada pelo Movimento de Mulheres do Paraná, que orienta as agricultoras a tirar seus documentos para poder acessar seus direitos. A pauta de documentação da mulher trabalhadora rural foi alvo de uma campanha do MST, visto a necessidade de que todas as trabalhadoras estivessem aptas a acessar os direitos sociais que iam sendo conquistados, entretanto essa não é uma iniciativa só do MST, mas sim um movimento nacional articulando com movimentos sociais e sindicatos.

A edição de maio de 1992 traz uma entrevista a três mulheres que participaram de ocupação no Ceará e da conquista do Assentamento. De acordo com a entrevista as mulheres foram maioria na ocupação e as entrevistadas relatam que as mulheres estão ganhando cada vez mais espaço e que a participação delas foi decisiva, pois sem a resistência das mulheres os homens não teriam conseguido.

“Mulher que luta organizada gera nova sociedade” é o título do texto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS, sobre a existência de um movimento autônomo de mulheres. Esse texto consta na edição de maio/junho de 1992 do Jornal Sem Terra. O texto inicia contextualizando a opressão que a mulher sofre e os “falsos valores” que sustentam a dominação masculina sobre a mulher, para então explicar a necessidade da auto organização das mulheres. De acordo com o texto o que o movimento de mulheres objetiva é rediscutir os

papéis sociais e as relações de exploração e dominação, e como essas relações se articulam com a organização política, econômica, social e cultura da sociedade. De acordo com o texto:

Não nos pretendemos como um movimento que venha dividir nossas forças (daqueles que querem transformações profundas na sociedade – rumo ao socialismo), e sim fortalecer e aprimorar a construção dessa nova sociedade, cumprindo um papel que os outros movimentos não cumprem e no nosso entendimento, nesse momento não conseguiram cumprir. (JORNAL SEM TERRA, maio/junho 1992)

A prática política das mulheres nos movimentos autônomos demonstra uma participação ativa e protagonista das mulheres nas lutas pelos seus direitos. Essa postura afirmativa e propositiva das mulheres rurais não é devidamente reconhecida no interior do MST nas décadas de 1980 e 1990, onde, embora esse movimento se constitua como movimento de homens e mulheres, apresenta na prática uma representação política hegemonicamente masculina, sendo a presença da mulher marcada por uma participação invisível e omitida (ESMERALDO, 2013). Nesse sentido, é importante observar que a conquista de representação e reconhecimento só é materializada a partir das lutas empreendidas pela auto-organização das mulheres.

2.3 COLETIVO NACIONAL DE MULHERES: A RETOMADA DE RESPONSABILIDADE COM AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MST (1995 – 1998)

No final de 1995, foi realizado um Encontro Nacional de Mulheres, em São Paulo, um encontro amplo do qual participaram diversas organizações de mulheres rurais com o objetivo de criar a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR. Participaram desse encontro várias mulheres líderes do MST, que conseguiram, a partir das discussões de gênero ocorridas nesse encontro, levar esse debate para dentro do MST novamente, e organizar em 1996 o 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, que originou o Coletivo Nacional de Mulheres do MST (DEERE, 2004). Com esse coletivo, a partir de 1996, o MST passa a ter mais uma vez uma organização oficial de mulheres, em nível nacional, o que, de acordo com Derre (2004), significa que o Movimento passa a também a assumir responsabilidade com as questões de gênero, não mais deixando essa pauta apenas para os movimentos autônomos de mulheres.

Essa fase de retomada do debate de gênero no interior do MST é intensa, marcada principalmente pela discussão sobre o papel da mulher na luta pela reforma agrária e sobre a

importância de combinar questões de classe e gênero para que o MST assuma de fato uma responsabilidade na construção de novas relações de gênero.

Após a criação do Coletivo Nacional de Mulheres, as notícias do JST são sobre a intensificação o debate de gênero nos movimentos camponeses, intensificação demonstrada nas diversas notícias com chamadas para encontros de mulheres rurais (nacionais e internacionais¹³) e notícias sobre a criação de organizações regionais de mulheres. Entre as notícias de eventos, encontramos a publicação sobre o II Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1998, que dá mais força para a discussão sobre a importância da organização e pressão interna das mulheres no MST. Os diversos encontros de mulheres realizados nessa fase são exemplo da experiência de estruturação das mulheres no interior do MST, e de como tem crescido no Movimento o debate sobre gênero.

“Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade” é esse o título de uma notícia publicada na edição de novembro de 1995 do Jornal Sem Terra. A notícia relata o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que aconteceu no Instituto Cajamar-SP, em outubro de 1995. Nesse encontro, trabalhadoras de diversas organizações do campo discutiram uma proposta de articulação nacional para enfrentar o projeto neoliberal do governo FHC e seus ataques aos direitos das trabalhadoras rurais, conquistados com muita luta. Durante os debates desse Encontro foi consenso que gênero e classe se entrelaçam e que a combinação dessas lutas é necessária para a construção de um projeto de sociedade democrático e popular. Essa conclusão contrapõe as práticas de opressão às mulheres que muitas organizações da classe trabalhadora reproduzem, especialmente em deixar as reivindicações das mulheres em segundo plano. As mulheres também reafirmaram seu compromisso com a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no campo, sob o viés da agroecologia. Foi definida ainda a realização de grandes mobilizações para que sejam mantidos os direitos já conquistados.

Seguindo a mesma linha da necessidade de articular as lutas de classe e gênero, na edição de março de 1996 encontramos uma entrevista com uma mulher da direção estadual do MST-RS. Na entrevista intitulada “o MST deve lutar também contra o machismo”, a dirigente fala sobre a questão da mulher na luta pela reforma agrária. Para ela a mulher trabalhadora rural é duplamente explorada, porque sofre enquanto classe e sofre pelo fato de ser mulher. Essa dirigente afirma que o desafio do MST é aceitar que as mulheres têm muito a contribuir

¹³ A edição de fevereiro de 1998 traz uma nota do Coletivo de Mulheres desafiando as companheiras a organizar uma brigada para participar do Encontro de Solidariedade entre Mulheres em Cuba, que seria realizado em abril de 1989.

para a luta, do ponto de vista político, é preciso que o movimento coloque em prática mecanismos que garantam participação efetiva das mulheres em todos os processos, pois sem a participação da mulher o MST perde.

Outra entrevista que trata sobre a situação das mulheres no Movimento é publicada na edição de dezembro de 1995, tendo como protagonista Maria Rodrigues, liderança feminina que compõe, na época, a direção estadual do MST-SP. Na entrevista ela afirma que “A trabalhadora rural sofre muito mais com as pressões do machismo, porque lá o companheiro costuma dizer que ele é o dono do lote e é o dono do resto, então ela é apenas parte da propriedade dele”. Maria Rodrigues ainda comenta sobre o fato de que as mulheres estão sempre presente na linha de frente das ocupações e também no trabalho pesado da produção, mas nas negociações elas sempre são deixadas de lado.

“Mulheres do MST discutem seus problemas na luta pela reforma agrária” é o título de uma publicação da edição junho/1996 do Jornal Sem Terra. A publicação relata que 43 mulheres militantes do MST se reuniram entre os dias 25 e 28 maio de 1996 para discutir a questão da mulher na luta pela Reforma agrária. No encontro as mulheres tiveram espaço de estudo e formação sobre as questões de gênero na sociedade e a partir daí foram levantados problemas que as mulheres enfrentam na luta pela terra e dentro do próprio MST. Na discussão as mulheres pontuaram que nos assentamentos e acampamentos se reproduz a opressão às mulheres e que isso se reflete na pouca representação feminina nas instâncias do MST. De acordo com a notícia, isso ocorre porque o trabalho com as mulheres é considerado secundário, e não se criam mecanismos para a participação das companheiras. Após o debate, as mulheres presentes no encontro definiram que iriam articular as mulheres através de lutas concretas, como a campanha para documentação e pelo título da terra em nome da mulher. As mulheres decidiram então desenvolver uma metodologia que levasse a questão da discriminação da mulher para dentro da organização, e discutir valorizando o companheirismo, as questões afetivas e psicológicas para criar novas relações em que os resultados sejam benéficos para homens e mulheres.

A edição de julho de 1996 traz uma publicação sobre a articulação nacional do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. De acordo com a publicação, a Articulação Nacional de Mulheres convoca todas as trabalhadoras rurais para mobilização nacional no dia 12 de agosto de 1996, data que marca treze anos do assassinato de Margarida Alves¹⁴. A

¹⁴ Líder sindical paraibana, primeira mulher a assumir o cargo de direção em um Sindicato de Trabalhadores Rurais. Margarida Alves foi assassinada na sua casa, na presença de seus filhos e marido, no dia 12 de agosto de 1983. Se tornou símbolo de luta e resistência para as mulheres do campo.

Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais¹⁵ foi oficializada em outubro de 1995 no Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais de Cajamar-SP. Essa articulação surgiu a partir da importância da luta conjunta e não isolada, e também da necessidade de trabalhar de uma forma diferente com as mulheres dos movimentos sociais do campo, que participavam da luta de forma silenciosa e com pouca participação nas instâncias de decisão dos movimentos. A notícia destaca que a luta das mulheres do campo começa dentro de casa quando elas precisam “convencer” marido e filhos da importância de participar, e segue dentro das entidades, onde elas precisam lutar por espaço e respeito e reconhecimento enquanto “sujeitos”. Outro ponto colocado pelas mulheres é que quando uma mulher assume cargo de liderança é exigido que ela pense e aja como homem, não sendo permitido um modo de agir diferente. As mulheres aproveitaram essa data para protestar contra a violência no campo e exigir justiça e punição para os mandantes e assassinos de Margarida Alves e Roseli Nunes.

“Mulheres latino-americanas se organizam no campo” é o título de um texto publicado na edição de outubro/novembro de 1996. Um texto curto do coletivo nacional de mulheres do MST falando sobre a intensificação do debate em torno da questão de gênero nos movimentos camponeses, inclusive ressaltando a intensa participação das mulheres na construção da Via Campesina. A Via Campesina é uma articulação internacional popular de organizações camponesas que surge em 1993 e se dispõe a enfrentar o capitalismo e defendem um projeto alternativo de desenvolvimento, baseado, sobretudo, na soberania alimentar. Dentro da Via Campesina se formou um grupo de articulação das mulheres do campo, esse grupo discutiu um documento para ser levado à Conferência Mundial de Alimentação, em Roma, incorporando as necessidades da mulher do campo. É interessante observar que nesse período em que se inicia a articulação do MST com a Via Campesina, se assume também o compromisso com a agroecologia que é uma das principais bandeiras dessa organização.

Um dos momentos de maior visibilidade do MST no país foi a Marcha Nacional do MST, que iniciou em fevereiro de 1997 e terminou no dia 17 de abril do mesmo ano. Durante dois meses militantes do MST marcharam de todos os estados do país até Brasília. A Marcha tinha objetivo de chamar atenção pública para a necessidade da reforma agrária e para os atos de violência cometidos contra os sem-terra, especialmente chamar atenção para o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido um ano antes (CHAVES, 2000). A edição de março de 1997 do JST traz uma notícia sobre as homenagens do 8 de março onde aponta que as Mulheres que

¹⁵Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais reuniu mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

participavam da Marcha Nacional do MST foram homenageadas na câmara municipal de Belo Horizonte. Esta mesma edição traz outra notícia relacionada às mulheres que ocuparam uma fazenda em Pernambuco, de acordo com a notícia, em Pernambuco as mulheres do MST encerraram no dia 8 de março o I Encontro de Mulheres da Reforma Agrária, onde participaram mais de 400 mulheres assentadas e acampadas. Também nesse dia foi realizada a ocupação da Fazenda São Francisco, antiga reivindicação do MST.

Sobre a participação da mulher na luta por reforma agrária, na edição de maio/junho de 1998 encontramos uma entrevista com uma mulher liderança da direção estadual do MST de Santa Catarina daquela época. Ela comenta que o papel da mulher na luta pela Reforma agrária é tão importante quanto o do homem e que não é só fisicamente que a mulher deve participar, mas sim enquanto liderança nas instâncias do MST. De acordo com ela, quando as mulheres participam o nível de organização do movimento melhora em todas as instâncias.

Além das notícias, cabe nessa fase analisar a cartilha “A questão da Mulher”, Cartilha com plano de trabalho e encaminhamentos do I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST que aconteceu entre 25 e 28 de maio de 1996. De acordo com a cartilha, nesse Encontro foi discutido sobre a histórica construção da dominação de gênero, e como essa dominação se manifesta internamente no MST. Furlin (2013) destaca que, na realização desse Encontro as mulheres do MST estavam mais articuladas e contavam com o apoio do Movimento para sua auto-organização. No Encontro as mulheres discutiram as causas da discriminação entre homens e mulheres, e buscaram entender como se construiu historicamente a dominação de gênero e como essa discriminação se disseminou e se manifestou na sociedade e no próprio Movimento. Foi a partir dessa discussão que o I Encontro Nacional de Mulheres do MST aprovou encaminhamentos práticos e a elaboração de um plano de trabalho, sistematizados na cartilha “A Questão da Mulher no MST” (FURLIN, 2013). Esse material de formação foi destinado a todos os membros do MST para servir como roteiro de estudo e reflexão nas bases do Movimento.

Em um tópico da cartilha, onde escrevem sobre os problemas relacionados com a luta pela terra, as mulheres afirma que nos assentamentos e acampamentos do MST se reproduz os mesmos problemas da sociedade, que as mulheres enfrentam discriminação e se veem impossibilitadas de participar. Quanto aos problemas relativos à participação das mulheres no MST, é apontado na cartilha que:

- As mulheres lutam mas não tem representatividade;
- Diferença entre teoria e prática do MST;
- Trabalho com/sobre/das mulheres é considerado secundário. (MST, 1996, p.3)

Como causas para esses problemas, além da discriminação histórica da sociedade, aponta-se falhas na organização do MST, tais como: falta de visibilidade para o problema (ou achar que não existe esse problema), falta de incentivo e de criação de mecanismos para a participação, e falta de formação mais igualitária dos membros do movimento (MST, 1996).

Entretanto, sobre esse debate, reconhece-se na cartilha que já houve avanços, especialmente no sentido de conscientização de que existe um problema de dominação de gênero no MST e a partir daí emerge a preocupação de como enfrentar e debater esse problema. Conforme apontado na cartilha, para debater a discriminação de gênero é preciso fazê-lo pelo viés político, enquadrando o gênero na luta de classes, e pelo viés científico, onde se destaca a qualidade do debate que as lideranças femininas iniciaram no movimento (MST, 1996).

O principal desafio colocado pelas mulheres na cartilha é “como construir novos valores e novas relações no cotidiano, vinculando a participação das mulheres”. Como meios para avançar nesse sentido, foram destacados na cartilha a importância do trabalho de base e da formação política e a necessidade de criar condições objetivas para a participação das mulheres. Entretanto, as cotas que estabelecem número mínimo (30%) de mulheres nos espaços políticos do Movimento é colocada como uma “ilusão” que não resolveria o problema (MST, 1996).

Na segunda parte da cartilha tem-se a exposição de documentos do MST que abordam a questão da mulher, o que mostra a evolução de como essa questão está sendo pensada e orientada na linha política do movimento. Entre esses documentos está as *Normas Gerais do MST*, de 1989, que explicita que se deve “estimular a participação das mulheres em todos os níveis” e lutar contra o machismo que impede a igualdade de condições e direitos. As normas gerais do MST também recomendam a criação e comissões e grupos de mulheres nos acampamentos e assentamentos, bem como uma equipe nacional de mulheres para pensar e propor políticas específicas e orientar o trabalho específico com mulheres, assim como elaborar materiais sobre o tema (MST, 1996).

O *Documento Básico*, de 1993, também é citado por apresentar em seu artigo 45 que a organização do MST deve considerar as questões específicas das mulheres e sua participação, **tratando como classe e não enquanto gênero**. Nesse mesmo documento, no artigo 152 sobre a produção, tem-se que é preciso garantir a participação das mulheres na cooperação agrícola e no trabalho produtivo, de forma a **combater o tradicionalismo do meio camponês** (MST, 1996, grifo nosso).

Outro documento citado na cartilha é o *Programa Agrário*, de 1995, que tem um tópico sobre “a situação da mulher no campo”. Neste documento é ressaltado que as mulheres do campo realizam dupla jornada de trabalho sem, muitas vezes, receber nada pelo trabalho realizado, além de serem impossibilitadas de participar das decisões da economia familiar. Destaca-se ainda que a prática do machismo no meio rural submete a mulher a uma condição inferior. Neste mesmo documento, consta entre os objetivos gerais do MST: “combater todas as formas de opressão e buscar a participação igualitária da mulher” (MST, 1996).

A terceira parte da cartilha é onde se explicita o plano de trabalho construído no Encontro Nacional de Mulheres do MST. Em geral os objetivos do plano de trabalho são construir novos valores, ter as questões de classe e gênero como princípio, e criar mecanismos que possibilite, massifique e qualifique a participação das mulheres em todos os níveis. Para tanto, foram pensadas algumas ações específicas a serem colocadas em prática nos acampamentos e assentamentos, nas instâncias do MST, e entre as mulheres militantes (MST, 1996).

Levando em conta a baixa presença das mulheres na organização, as ações pensadas para os acampamentos e assentamentos com vistas a tornar mais efetiva a participação feminina envolvem desde o processo de conscientização sobre a necessidade da participação das mulheres na luta pela terra, até a projeção de lideranças para as instâncias. Também é previsto no plano de ação a realização de encontros municipais e reuniões entre mulheres. É previsto ainda a garantia de participação das mulheres nas associações e cooperativas e a garantia da titularidade do lote. Para que a participação das mulheres seja possibilitada é necessário adequar o horário de reuniões de acordo com a disponibilidade delas (MST, 1996).

As ações previstas para as instâncias do MST são, em geral, no sentido que todos os setores discutam e estudem sobre a questão de gênero e a criação de mecanismos de participação. É necessário ainda que as instâncias assumam que existem problemas para a participação das mulheres e que se projete quadros femininos. Entre as mulheres militantes o previsto é o trabalho com a auto-estima e identidade, para que essas mulheres se fortaleçam e assumam uma postura a partir dos “novos valores” e assim possam reproduzi-los. Também seria tarefa das mulheres militantes criar fóruns de discussão e capacitação (MST, 1996).

A última parte da cartilha trata dos encaminhamentos práticos e políticos. Nesse sentido, quanto à organização e estruturação das mulheres dentro do MST foi constituído um “Coletivo Nacional” com função de encaminhar as decisões do encontro nacional e encaminhar a produção de materiais, bem como centralizar informações e representar o MST

ou indicar nomes. Além do nacional, cada estado terá um coletivo estadual. Foi encaminhado ainda que anualmente seria realizado o encontro nacional das mulheres militantes do MST. Com relação às publicações foi encaminhado a elaboração de um caderno de formação e de cartilhas específicas conforme a realidade de cada estado, assim como o envio de textos e relatos de experiência para serem publicados no Jornal Sem Terra. Sobre as lutas específicas das mulheres destaca-se a “Campanha Nacional de Documentação das Mulheres”, a “Campanha de cadastro e título da terra também em nome da mulher”, a “mobilização no dia 12 de agosto” (sobre violência contra a mulher) e o “8 de março”. (MST, 1996).

O II Encontro Nacional de Mulheres do MST aconteceu na última semana de outubro de 1997 e foi retratado em uma notícia da edição de janeiro de 1998 do JST. De acordo com a notícia o encontro animou as companheiras e serviu para consolidar a articulação das mulheres do MST. Os debates realizados no Encontro também ajudaram a aprofundar a discussão sobre gênero e poder. Conforme assinalado na notícia:

para as companheiras do MST, o poder não deve ser concedido às mulheres como um favor. Deve ser uma conquista. É preciso, então, criar condições e intensificar a formação, articulação e organização das mulheres, para que elas participem das instâncias, busquem se qualificar e passem a fazer parte dos processos de decisão da nossa organização.

A notícia destaca ainda que a organização das mulheres não deve ser algo isolado das demais ações do movimento, mas sim ser uma pressão constante no interior do MST para que se crie mais condições de participação da mulher nos processos de direção, organização e decisão em todos os aspectos da luta pela reforma agrária.

A organização e realização de encontros locais e regionais de mulheres são expressões da mobilização das mulheres por um maior protagonismo. A edição de julho de 1998 noticia a criação da primeira coordenação regional de mulheres do MST. No Maranhão, mulheres acampadas e assentadas se reuniram para criar uma coordenação regional com objetivo de discutir regularmente os problemas relacionados à mulher. Já o “I Encontro estadual de mulheres do MST/MT” realizado entre 9 e 12 de agosto de 1998, é o tema da notícia publicada na edição de setembro de 1998. A notícia aponta que esse Encontro teve como objetivo a troca de experiência entre mulheres e o debate de temas como saúde da mulher e sexualidade. Ao final do encontro as mulheres organizaram uma mobilização contra a violência e pela reforma agrária, no centro da capital do estado.

Essa fase, identificada aqui como sendo a fase da retomada da responsabilidade do debate de gênero pelo MST, foi marcada pelo fortalecimento da organização das mulheres

internamente o que refletiu na intensificação do debate de gênero para o conjunto do Movimento, chamando atenção para a importância da mulher na construção do Movimento e na luta pela reforma agrária.

2.4 CRIAÇÃO DO COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO E A EXPANSÃO DO DEBATE PARA OS HOMENS DO MST (1999 – 2002)

Com a intensificação do debate de gênero no MST, o então Coletivo Nacional de Mulheres, se transforma em Coletivo Nacional de Gênero, no ano de 1999, composto agora por homens e mulheres, a partir de um debate de que as questões de gênero precisam ser discutidas não só entre as mulheres, mas também com os homens que compõem o MST (DEERE, 2004). Essa é outra fase organizativa das mulheres no MST, em que a própria mudança de nome do coletivo, que deixou de ser “de mulheres” para ser “de gênero”, já indica que se almejava ampliar o debate de gênero não o restringindo às mulheres.

Nessa fase organizativa das mulheres no MST, temos uma ênfase, especialmente nas primeiras publicações desse período, na luta das mulheres do MST para que o Movimento entendesse a importância da participação política das mulheres, e sobre a necessidade de que o MST aprofunde o debate de gênero no conjunto do Movimento.

Outros temas significativos retratados nas páginas do JST desse período são relacionadas à importância da mulher trabalhadora rural nas lutas sociais, mostrando a mobilização não só de mulheres do MST, mas dessas em conjunto com demais mulheres rurais organizadas na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais para garantir direitos sociais e lutar contra transgênicos e agronegócio.

É interessante ressaltar que alguns fatos importantes nesse período não foram retratados pelos documentos analisados, como a entrada oficial do MST na Via Campesina, em 1999, e a formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2003, uma organização nacional de mulheres camponesas também ligadas à Via Campesina que tem origem a partir do antigo Movimento de Mulheres Agricultoras¹⁶. A aproximação do MST com a Via Campesina ao mesmo tempo em que o Movimento se afasta da CUT são fatores que influenciam no debate interno, inclusive com relação às questões de gênero, pois tem-se um direcionamento para questões relacionadas as particularidades da luta camponesa. Também nesse período as mulheres do MST passam a se mobilizar mais em torno da identidade de

¹⁶ Para mais detalhes sobre a formação do Movimento de Mulheres Camponesas ver: BETTO, 2016.

“Mulher Camponesa” e, com o MST assumindo o tema da Agroecologia, as mulheres também passam assumir o projeto de desenvolvimento agroecológico, intensificando esse debate no próximo período organizativo.

A primeira notícia do Coletivo Nacional de Gênero é intitulada “Mulheres na luta por uma nova sociedade”, em comemoração ao 8 de março, publicada na edição de março de 1999 do Jornal Sem Terra. A reportagem inicia homenageando grandes lutadoras que se tornaram símbolo da luta socialista e da luta pela terra, como Olga Benário, Rosa Luxemburgo, Roseli Nunes e Margarida Alves. Também é relatado um pouco da história do 8 de março no Brasil e no mundo. Por fim a notícia destaca a luta das mulheres do MST, colocando que depois de 15 anos de muita luta e discussão se avançou no entendimento da importância da participação da mulher no movimento. A notícia chama atenção para a dupla ou tripla jornada de trabalho que as mulheres enfrentam no campo, muitas vezes sem receber nada por isso e sem participar das decisões:

“Hoje, na base, estamos estimulando e organizando os coletivos e grupos de mulheres nos acampamentos, assentamentos. Em nível regional, estadual e nacional, estamos criando os coletivos de gênero que tem, entre outras, as tarefas de: aprofundar a questão de gênero no conjunto da organização, elaborar a parte teórica sobre a questão, propor atividades para o conjunto do MST e animar o debate interno.”

A edição de abril de 2000 traz um relato do I Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) que aconteceu entre os dias 13 e 17 de março, em Brasília. Esse acampamento reuniu cerca de 3000 mulheres de todo país, com o objetivo de lutar pela saúde e previdência pública, pelo maior investimento do governo federal na política agrícola e agrária e pela anistia da dívida de pequenos agricultores. As trabalhadoras estavam com uma carta aberta para ser entregue ao presidente da república e pauta de reivindicações aos ministros da saúde, da previdência e agricultura, entretanto foram recebidas na esplanada apenas por funcionários em uma mesa colocada do lado de fora para protocolar a entrega dos documentos. As discussões realizadas no acampamento e a mobilização das trabalhadoras as fortaleceu e trouxe mais reconhecimento para a importância da mulher trabalhadora rural nas lutas sociais.

Em maio de 2000 o Jornal Sem Terra publicou uma notícia sobre uma ocupação realizada apenas por mulheres, em Pernambuco. Cerca de 70 mulheres decidiram realizar uma ocupação exclusivamente feminina para homenagear uma companheira que foi assassinada e também para provar aos homens e governantes que a agricultora brasileira é forte e não tem

medo de ameaças. Com essa ação as mulheres demonstram serem destemidas e que tem a força necessária para estar na luta contra a concentração de terras e contra as opressões, como assinalado na notícia: “Precisamos libertar as terras das mãos dos opressores e libertar as mulheres camponesas da escravidão”.

Outra notícia relaciona a mobilização das mulheres é publicada na edição janeiro/2001 do Jornal Sem Terra, com o título “Elites não sabem enfrentar mulheres em luta”. De acordo com essa publicação, 450 mulheres e 78 crianças acamparam em frente a sede do Incra de São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro, com a mobilização as mulheres conseguiram uma audiência com o ministro do desenvolvimento agrário, onde garantiram cestas básicas para as famílias acampadas e a libertação imediata de militantes do MST que estavam presos desde 10 de novembro desse mesmo ano. Apesar dessas conquistas, as mulheres foram reprimidas com bombas e ameaças dos policiais, mas ressaltam que saíram vitoriosas e fortalecidas, cientes de que podem fazer muito pelo movimento, visto que as elites não conseguem enfrentar mulheres em luta.

Essa mesma edição (janeiro/2001) noticia que foi reconhecido que a mulher tem o direito de ter o título da terra em seu nome, se vive junto com um companheiro o título pode sair no nome de ambos, mesmo que não exista documentos que comprovem casamento. E no caso de mulheres maiores de idade, solteiras, viúvas ou divorciadas podem ter o título da terra apenas em seu nome. Esses direitos se estendem aos financiamentos do Pronaf e todos os créditos oferecidos pelo Incra nos assentamentos. Esses direitos já estavam reconhecidos na constituição de 1988.

Em março de 2001 o Jornal Sem Terra publica uma notícia intitulada “Mulheres trabalhadoras rurais na luta por um novo Brasil”. Segundo essa notícia, entre os dias 5 e 9 de março de 2001, um número aproximado de 24 mil mulheres participaram da Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras que promoveu ações em todos os estados do país. As mulheres protestaram contra o modelo agrícola e agrário e também fizeram reivindicações específicas, especialmente sobre saúde e previdência para as trabalhadoras rurais. Essa mobilização foi organizada pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Entre as pautas de reivindicação estão: o assentamento imediato de todas as famílias acampadas no país, a aprovação da lei que estabelece limite máximo de propriedade rural, revogação da Medida provisória que proíbe a ocupação de terras, extinção do Banco da Terra e do crédito fundiário, exigência da inclusão da mulher como titular do lote, veto aos transgênicos, fim das importações agrícolas, direitos humanos no campo, moradia, educação e saúde.

A edição de março de 2002 traz um relato das mobilizações realizadas pelas mulheres trabalhadoras rurais durante o 8 de março em alguns estados brasileiros. As manifestações eram, em geral, contra a violência no campo, exigindo libertação de companheiros presos, contra a política agrícola e agrária e contra os transgênicos. Além de reforçar a importância da participação da mulher na luta.

O Caderno de Formação nº 02, intitulado “Mulher Sem Terra” é uma publicação de responsabilidade do Coletivo Nacional de Gênero do MST e representa a construção coletiva de um processo de 15 anos de luta pelo fortalecimento da participação das mulheres no MST (MST, 19-)¹⁷. De acordo como o exposto no Caderno nº 02 (MST, 19-, p.3):

Discutir sobre a participação e a formação da mulher é de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela Reforma Agrária e para transformação da sociedade. Pois mulheres e homens podem e devem vencer os preconceitos que nos impedem que sejamos livres e iguais.

Ao contrário da Cartilha “A questão da mulher”, anteriormente comentada, que serviria como base para todos os membros do movimento, o Caderno de Formação nº 02 parece ser especificamente direcionado para as mulheres do MST, o que demonstra que, ao mesmo tempo em que se amplia o debate para o conjunto do Movimento (por meio da cartilha), existe um viés formativo com foco apenas nas mulheres. No caderno de formação em questão, consta a orientação para realização de oito encontros que serviriam para reflexão da condição da mulher na sociedade e no Movimento e também como aporte para fortalecimento da organização e mobilização das mesmas internamente (MST, 19-).

Pelo descrito percebe-se que nesse período houve uma tentativa de mobilização das mulheres do MST no sentido de reafirmar a importância da participação política das mulheres no Movimento, focando na formação e conscientização das mulheres. As notícias relatam as lutas e mobilizações das mulheres do MST de forma a demonstrar que a luta feminina é fundamental para o objetivo central do Movimento. No mesmo contexto houve também um empenho em ampliar o debate para os homens que compõem o Movimento. Ainda que não tenha sido destacada a incorporação do MST à Via Campesina, percebe-se que as notícias relacionadas as grandes lutas das mulheres já tendem a focar mais na questão agroecológica e a afirmar a identidade camponesa, demonstrando alinhamento com a Via Campesina que fica mais nítido na próxima fase organizativa.

¹⁷ Não encontramos o ano exato de publicação desse Caderno de Formação.

2.5 UM SALTO DE IMPORTÂNCIA PARA O DEBATE: O SETOR NACIONAL DE GÊNERO (2003 – 2012)

No IV Congresso Nacional do MST, no ano de 2000, foi aprovada a criação do Setor Nacional de Gênero do MST, entretanto, essa estrutura organizativa só passou a operar efetivamente a partir de 2003, com a dissolução do Coletivo Nacional de Gênero, conforme assinalado por Gonçalves (2009). De acordo com essa autora, a partir daí o Setor Nacional de Gênero do MST se constitui como o pilar das diferentes formas de organização de mulheres no MST. Com a instituição do Setor de Gênero, esse debate parece ganhar mais importância e visibilidade para o Movimento como um todo. Essa seria uma nova fase organizativa das mulheres no MST, onde estas teriam mais força e autonomia para estimular a formação e conscientização sobre o tema, fortalecendo as organizações internas de mulheres. Apesar da importância da criação do Setor de Gênero para a organização das mulheres no MST, o *Jornal Sem Terra* parece não atentar para isso, e a primeira publicação sobre mulheres, a partir de 2003, é só na edição de Março de 2004.

O que as publicações analisadas nesse período nos mostram é que a organização de mulheres no MST passa a estabelecer uma relação mais estreita com os movimentos feministas, que incluem movimentos urbanos, como por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres. Esse diálogo com movimentos feministas faz com que, comece a aparecer nas publicações sobre as mulheres sem terra, a palavra “feminismo” e adoção da identidade coletiva “camponesa”, influenciada, por sua vez, pelo ingresso do MST na Via Campesina e adoção dessa linguagem política pelo Movimento. Nesse sentido, percebe-se que no percurso da organização política das mulheres do MST as identidades coletivas se alteraram. Inicialmente estas mulheres se reivindicavam enquanto “mulheres trabalhadoras rurais” ou “mulheres sem terra”. Entretanto, a partir da entrada do MST na Via Campesina passou a ser construída a identidade de “mulheres camponesas”. Este é um trabalho de construção política interna, mas se relaciona diretamente com o novo posicionamento do MST, de certo distanciamento da CUT (onde a identidade de trabalhadora rural era usada de forma mais ampla), para ter maior relação com movimentos sociais de outros países. A afirmação da identidade camponesa demarca essa diferença. A observação de como se constrói a identidade coletiva assumida nesses diferentes movimentos - e em diferentes momentos - nos remete à Melucci (2001, p. 23) que aponta que a identidade coletiva é “produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores”, não só internamente, mas também pelas relações com concorrentes e aliados é que o ator coletivo se forma e se modifica ao longo do tempo.

Além disso, muitas notícias dessa fase organizativa retratam a mobilização e importância das mulheres do MST na luta pela transformação social, por um novo projeto de sociedade, temas como Agroecologia e biodiversidade ganham força nos debates e ações das mulheres camponesas (destaca-se aí a ação na empresa Aracruz¹⁸, como símbolo da luta contra as transacionais do campo). Nesse contexto, reforça-se em notícias que incluem a Marcha Mundial de Mulheres¹⁹, a necessidade de diálogo entre mulheres do campo e da cidade para que unidas possam ter mais força na luta de classes, isso demonstra também a busca de outras referências para pensar a questão da mulher rural, para além das orientações da Igreja.

As pautas em torno das quais as mulheres do MST se mobilizam com mais força nessa fase organizativa ficam clara em uma notícia publicada na edição março de 2004 do Jornal Sem Terra, que relata que no dia internacional da mulher as mulheres rurais foram às ruas para reivindicar um projeto popular para o Brasil, a proibição dos alimentos transgênicos, a geração de empregos, implantação da reforma agrária, saúde, moradia e educação e por uma sociedade que seja justa e igualitária para mulheres e homens. Nesta reportagem, após uma exposição sobre como se dá a dominação masculina e como a desvalorização da mulher se faz presente, inclusive nos movimentos de esquerda, aparece, pela primeira vez nas publicações do JST, a palavra “feminismo”, mencionada na fala de uma militante da Marcha Mundial de Mulheres: “Queremos desmistificar a palavra feminismo, que não é brigar com os homens e não gostar deles. Feminismo é lutar pela igualdade entre todas as pessoas. Essa igualdade é o elemento estruturados da sociedade que lutamos para construir”. Inferimos que é a partir dessa articulação com mulheres urbanas que o debate direto sobre feminismo vai sendo inserido no MST, como será detalhado nos Capítulos seguintes dessa Tese. A edição de fevereiro de 2005 apresenta um cartaz da MMM (Marcha Mundial de Mulheres) com a frase “Mulheres em movimento mudam o mundo!”. A apresentação desse cartaz no Jornal Sem Terra demonstra que está de fato havendo certo diálogo e articulação das mulheres do MST com a MMM.

¹⁸ Em uma ação mobilizada pelas mulheres camponesas no dia 8 de março de 2006, 1.800 mulheres da Via Campesina, organizadas, ocuparam o viveiro hortoflorestal da Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, que fica a cerca de duas horas de Porto Alegre-RS. Na ação, as mulheres destruíram estufas e bandejas de mudas de eucalipto como protesto contra a monocultura, denunciando seus malefícios sociais e ambientais. Nessa mesma semana (e nesse mesmo dia) ocorria em Porto Alegre um encontro da FAO sobre a Reforma Agrária, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário da época. Nesse contexto, a mobilização das mulheres da Via Campesina foi estratégica no sentido de chamar atenção da imprensa nacional e internacional e do público presente no evento da FAO.

¹⁹ A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) surge em 2000 e é uma organização de mulheres urbanas e rurais articuladas com os movimentos sociais, que visa construir uma perspectiva feminista no enfrentamento à pobreza e exploração e na construção de um novo projeto de sociedade.

Na sequência da mobilização das mulheres do campo e da cidade que inclui as mulheres do MST, o Jornal Sem Terra publica na edição de março/2005 a notícia intitulada “Mulheres do campo e da cidade ocupam ruas de todo país: mobilizações do 8 de março mostram o poder de articulação das mulheres”. A notícia relata que as mulheres ocuparam as ruas de todo país para reivindicar seus direitos. A mobilização mais massiva foi no estado de São Paulo, com mais de 30 mil mulheres participando do ato. Uma das coordenadoras da MMM afirma que “desde a década de 80 não vemos uma articulação entre campo e cidade tão forte entre as feministas”. Em Pernambuco, cerca de 3 mil camponesas foram para as ruas em um ato contra a violência e a impunidade no campo. As manifestantes entregaram no Palácio do Governo um documento exigindo políticas específicas para as mulheres do campo e protestaram por mudanças imediatas na política econômica do governo Lula. A notícia segue com relatos das manifestações das mulheres em diversos estados.

Mas o ato mobilizado pelas mulheres camponesas que mais repercutiu nacionalmente foi noticiado pelo Jornal Sem Terra em março de 2006. Nesse mês, duas mil mulheres da Via Campesina ocuparam o horto florestal da empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul e causaram uma repercussão nacional com esse ato contra os desertos verdes e as transnacionais da agricultura. Essa notícia demonstra o comentado anteriormente, que com a vinculação do MST à Via Campesina as mulheres do MST passam a assumir mais a identidade de “mulheres camponesas”, concomitante a isso começam a aparecer nas notícias como maior força temas como agroecologia, biodiversidade, luta contra os desertos verdes, que são temas articuladores do projeto de agricultura camponesa.

A edição de junho de 2004 divulga que “mulheres discutem conjuntura política e social”. Conforme publicado, mulheres rurais da América, África, Europa, Ásia, Caribe e Oriente Médio que participaram, no Brasil, da IV Conferência Internacional da Via Campesina, realizaram a II Assembleia Mundial de Mulheres do Campo. No evento foi possível discutir e trocar experiências. Apesar dessa ser uma notícia sem destaque e sem maiores informações no Jornal Sem Terra, identifica-se nesse acontecimento um relevante salto organizativo para as mulheres do MST, discutindo, trocando experiências e se articulando a nível internacional em torno de pautas políticas.

A edição de abril/2005 publica uma notícia intitulada “Derrubando mitos: mão de obra feminina não é cara”. O texto fala sobre a falsa ideia de que, por conta do salário maternidade e do cuidado com os filhos, a mão-de-obra feminina seria mais cara. De acordo com o texto esse argumento é usado para limitar as oportunidades de emprego para as mulheres e manter níveis de desigualdade salarial em relação aos homens. Essa ideia é desmentida com base em

estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho. Nesse mesmo sentido “Mulher negra: a mão de obra mais barata do mercado” é um texto publicado na edição de janeiro/2006, sobre as situações de exploração, humilhação e assédio pelas quais passam as mulheres negras no mercado de trabalho.

Em fevereiro de 2006 o Jornal Sem Terra publica um texto intitulado “A participação da mulher na transformação social”. O texto inicia com uma reflexão sobre a compreensão de que a sociedade se divide entre ricos e pobres. Essa compreensão é o que torna a luta das mulheres, uma luta considerada minoritária que seria resolvida após a sonhada igualdade social. Entretanto, o que o texto mostra é que as mulheres não são minoria, mas sim uma minoria descontente com a desigualdade de gênero e disposta a abraçar a causa socialista consciente de que não basta derrotar o capitalismo para acabar com a dominação sobre as mulheres. Assim, essas mulheres atentam para o fato de que as mulheres precisam ser sujeitas da construção de um projeto popular. Conforme explicitado no texto:

No caso da luta camponesa, a participação das mulheres é fundamental para se discutir agroecologia, soberania alimentar, diversidade de produção e resgate de sementes porque historicamente é o trabalho agrícola feminino que gera a maior parte dos alimentos da população do campo.

Apesar de reivindicarem o Projeto futuro, as mulheres destacam que é preciso garantir a participação feminina no presente. As organizações das classes trabalhadoras precisam aprender um novo jeito de fazer a luta de classe, respeitando as diferenças e desigualdades, e assim criando condições para a efetiva participação das mulheres. É preciso ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão política e econômica, bem como promover formação de lideranças femininas e combater internamente as desigualdades, como pontua o texto: “A luta pelo socialismo precisa incorporar o feminismo e nesse campo muitas cercas ainda precisam ser rompidas. A maioria dos homens e mulheres que dizem não gostar do feminismo nem sabem o que ele significa”.

Essa mesma edição relata que no dia internacional da mulher as mulheres mostraram nas ruas que a luta feminista é parte fundamental na construção de uma sociedade com solidariedade e justiça. Em Brasília, cerca de 500 trabalhadoras ligadas ao MST, ao Movimento de Trabalhadores Desempregados (MDT) e o Movimento Passe Livre (MPL) ocuparam uma fazenda após dois dias de atividades para exigir políticas públicas específicas que estimulem e viabilizem a participação das mulheres na produção. As trabalhadoras reivindicaram também o combate à violência doméstica e a Reforma Agrária baseada na

igualdade de gênero. Nessa notícia percebemos um estreitamento da relação das mulheres do MST com mulheres de outros movimentos, inclusive movimentos urbanos.

Em março/2007 o Jornal Sem Terra publica um texto intitulado “Mulheres do campo e da cidade unidas na construção do projeto popular”. Esse texto fala sobre a necessidade de construir bandeiras em comum entre as mulheres rurais e urbanas e sobre a importância da participação das mulheres na luta de classes. O texto chama atenção para o fato de que as mulheres pobres, sejam elas do campo ou a cidade, precisam lutar contra os mesmos inimigos: o machismo e o neoliberalismo, por isso é importante que as mulheres se unam como pertencentes de uma mesma classe social. A reportagem também fala sobre como as mulheres foram despertando para lutas que não são tratadas como “coisa de mulher”, como por exemplo a luta contra os transgênicos e as transnacionais. A entrevistada, militante da Marcha Mundial de Mulheres, afirma que essas lutas precisam ter um olhar feminista, pois a vida das mulheres também sofre influência disso:

Nós temos que construir um feminismo de classe. Não dá pra acreditar que a submissão e a exploração sofrida por uma mulher pobre, seja a mesma de uma mulher rica. Nós só vamos acabar com a desigualdade de gênero, se acabarmos com a de classe. Temos total clareza disso. Ter um feminismo classista é fundamental para acabar com a desigualdade entre homens e mulheres.

Percebe-se nesse discurso uma mudança na forma de enxergar a relação entre classe e gênero, visto que no início do MST e da mobilização das mulheres no Movimento nos anos 1980, a problematização trazida pelas mulheres era de que a luta de classes poderia invisibilizar as questões de gênero (a luta feminista), enquanto a partir dos anos 2000 o discurso é de que a luta feminista precisa assumir o viés classista. Esse debate parece necessário para que as mulheres camponesas – no caso as mulheres do MST - possam se identificar com o feminismo, visto que, uma das críticas ao movimento feminista é que a luta pelas pautas identitárias tenha afastado esse movimento das questões de classe que são fundamentais para as mulheres trabalhadoras. Assim, as mulheres do MST, que assumem tarefa de organizar e mobilizar as demais mulheres do Movimento, tendem a fazer o esforço de resgatar a relação entre classe e gênero no feminismo.

A edição de agosto/2005 noticia que aconteceu, em Goiás, o I Seminário Estadual de Gênero e Reforma Agrária que reuniu cerca de 80 mulheres Sem Terra para debater sobre a participação feminina na luta e os direitos das mulheres trabalhadoras. Foram estudados temas como organicidade e inserção da mulher na luta, previdência social, sexualidade e capitalismo e a importância da discussão sobre gênero. A edição de abril de 2006 noticia sobre o IV

Encontro Estadual de Mulheres Sem Terra, do MST do Paraná que aconteceu em março de 2006 e teve como temas principais a Biodiversidade, reforma agrária, a participação da mulher e a importância da pequena agricultura. De acordo com a notícia, a atividade contou com a presença de 1500 mulheres de todo estado. Conforme relatado na publicação, segundo Maria Nazaré dos Santos, do setor de gênero do MST, o objetivo da mobilização é sensibilizar as mulheres agricultoras para a necessidade de preservação da biodiversidade e fortalecer a participação das mesmas na luta pela reforma agrária. Outro tema discutido foi sobre a responsabilidade da mulher na manutenção da cultura camponesa. Também chamou-se atenção para a necessidade de se criar uma nova relação de gênero entre homens e mulheres. A edição de junho de 2006 apresenta um relato sobre o VI Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que aconteceu em Lima, no Peru. Essa mesma edição faz a divulgação de um livro que discute a divisão sexual do trabalho através do estudo de trabalhadoras do telemarketing.

Essa sequência de notícias sobre a realização e participação em encontros de mulheres demonstra que, além de promover eventos entre as mulheres do Movimento, as militantes do MST participaram de encontros de mulheres a nível regional, nacional e até internacional, promovidos por diversos grupos de mulheres. A troca de ideias e perspectivas possibilitada por esses encontros com mulheres de outros movimentos certamente agrega no processo reflexão sobre as questões de gênero entre as mulheres do MST, promovendo inclusive certo avanço na relação dessas mulheres com o termo “feminismo”.

“Lugar de mulher é na mobilização. Trabalhadoras unidas contra o imperialismo e na luta por mudanças” é o título da notícia publicada na edição de abril de 2007 sobre as mobilizações do 8 de março. A notícia destaca que esse é um momento em que as mulheres se mobilizam e conseguem provar seu papel de protagonista nas lutas sociais. As mulheres vão às ruas para protestar contra monocultura, empresas transnacionais e o modelo de agricultura para exportação. A notícia segue com relatos das manifestações das mulheres em diversos estados.

Em março de 2008 é publicado no Jornal Sem Terra um texto do Setor Nacional de Gênero que fala sobre como as lutas do 8 de março tem chamado atenção para o desafio de construção coletiva das mulheres na sua atuação política dentro dos movimentos sociais do campo e da cidade. De acordo com o texto: “esse processo de lutas é resultado do acúmulo orgânico e político da atuação das mulheres nas organizações sociais e sua clareza política do inimigo de classe na atual conjuntura que vivemos”. As mulheres do campo vão às ruas todos os anos para denunciar o modelo de desenvolvimento agrícola e agrário que explora e exclui

as trabalhadoras e trabalhadores rurais, gerando miséria. Essas mulheres lutam contra a opressão e desigualdade ao mesmo tempo que lutam por sua autonomia. O texto destaca ainda a importância da participação das mulheres como protagonistas nas lutas e na reafirmação da Reforma Agrária como garantia da soberania alimentar.

Nesta mesma edição (março/2008) é publicado um relato nas mobilizações que fizeram parte da Jornada Nacional de Lutas do 8 de março, realizada pelas mulheres trabalhadoras em todo país. As questões centrais dessa jornada foram a decisão do governo em liberar o milho transgênico da Monsanto e Bayer, os prejuízos ambientais e sociais da Vale na região de Minas Gerais e Maranhão, e os danos dos monocultivos de eucalipto, além de protestos contra a Syngenta.

“Mulheres da via campesina em luta: mulheres em luta contra o agronegócio, por reforma agrária e por soberania alimentar” é o título de uma publicação da edição de abril/2009 sobre as mobilizações das mulheres camponesas. De acordo com a publicação, as mulheres camponesas vão às ruas denunciar o agronegócio e também criticar o papel do Estado que tem dado optado em proteger as empresas privadas nesse momento de ofensiva da direita e ataque aos movimentos sociais. As trabalhadoras rurais também denunciaram a monocultura e ocuparam fazendas. Nessa mobilização foi realizada ainda uma ocupação no Ministério da Agricultura. “Deixamos o compromisso de seguir mobilizadas e não vamos nos curvar aos setores mais reacionários, às empresas transnacionais e ao capital financeiro. Enquanto a terra, a água e as sementes estiverem ameaçadas, estaremos de prontidão.” A edição de abril de 2011 apresenta um relato da Jornada das Mulheres em 2011, que mobilizou 13 estados do país contra o uso abusivo de agrotóxico. As mulheres também protestaram contra a violência contra as mulheres e cobraram resolução de problemas que afetam a vida das famílias camponesas. Essa mesma edição (abril 2010) relata que no 8 de março as mulheres da Via Campesina saem às ruas na Jornada de Lutas Contra o Agronegócio e Contra a Violência: Por reforma agrária e soberania alimentar. De acordo com a notícia, as camponesas questionam o modelo de desenvolvimento econômico e defendem alternativas mais viáveis, como agroecologia.

As notícias relatadas no parágrafo acima apontam que o inimigo em destaque é o agronegócio. As mulheres, identificadas como “camponesas”, assumem a luta contra o agronegócio e por soberania alimentar e é com essa pauta que vão às ruas e dão visibilidade para o Movimento ao qual pertencem.

A edição de março/2011 apresenta uma entrevista com Assentada integrante da Coordenação nacional do MST, onde ela afirma que “o enfrentamento ao modelo de produção

das grandes empresas é o foco da luta das mulheres”. A entrevistada também comenta sobre a importância do debate da violência contra a mulher: “Há um diagnóstico que hoje, nos acampamentos e assentamentos, muitas mulheres sofrem inúmeras violências. E temos que colocar com muita seriedade esse debate, porque a questão da violência contra a mulher é uma questão de classe.” Mas, segundo ela, debater violência contra a mulher não quer dizer que foi abandonada a linha política central que é o enfrentamento do capital no campo. Para a entrevistada, as lutas do 8 de março despertam a percepção e a necessidade das mulheres se organizarem e construir as lutas. “As mulheres tem buscado, a partir de uma análise da realidade e da questão agrária, o enfrentamento do modelo do capital no campo, que é um acúmulo dos 8 de março”. Ao ser questionada sobre os desafios do setor de gênero a entrevistada responde que é: “Consolidar, reforçar, dar um caráter organizativo para as lutas das mulheres do MST. Essa é uma tarefa, e um desafio: construir espaços de participação, envolver as companheiras na efetivação do conjunto das lutas”.

Em março de 2010 o Jornal sem Terra publica reportagem sobre o 8 de março, fala sobre a instituição da data, o surgimento da MMM e sobre a luta das mulheres sem terra. De acordo com a notícia, as mulheres sem terra demonstram sua força nas lutas da classe trabalhadora, por Reforma Agrária e pelo fim da discriminação, e o 8 de março é o dia em que as mulheres “assumem o comando”. A data é uma motivação para as mulheres colocarem em pauta temas políticos. O MST adotou essa data como um marco que inicia as lutas de cada ano, e também como um dia de debate do modelo agrícola. “As mulheres sofrem o impacto de um modelo de agricultura perverso e tomam consciência que precisam ir para o enfrentamento e mostra para a sociedade que há um projeto alternativo de agricultura camponesa.” As lutas que marcam essa data seguem a perspectiva de combate ao latifúndio e à hegemonia das transnacionais no campo.

A notícia da edição de março/2010 faz ainda uma retrospectiva (ou ainda uma autoanálise) da articulação e organização política das mulheres no MST:

O debate sobre a participação das mulheres existe desde a criação do Movimento. No I Congresso, a direção resolveu que 30% dos participantes deveriam ser mulheres. A discussão foi feita nos assentamentos, com a ajuda da Igreja, dos grupos de mulheres da Teologia da Libertação e dos sindicatos. As mulheres começaram a ocupar as instâncias nacionais e fazer reuniões específicas para discutir suas condições como militantes e responder o desafio de como motivar mais companheiras da base a participar. Em 1996 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST. O debate era como fazer avançar o fortalecimento das mulheres sem terra, tendo muito clara a auto-organização como mais uma iniciativa para enfrentar o capital. Em 1998, aconteceu o II Encontro Nacional, nesse momento fica clara a necessidade de convidar os homens para o debate, pois o movimento não avançaria se os companheiros não nos acompanhassem. Começou-se a discutir

gênero e poder. Ao longo do processo, as mulheres sem terra se deram conta de que teriam de entrar na estrutura orgânica do movimento e colocar a necessidade de ter pessoas responsáveis para fazer o debate. Em 2000, no IV Congresso Nacional, foi aprovado o Setor de Gênero.

A edição de maio/2007 publica um texto intitulado “Participando sem medo de ser mulher”, que também fala sobre como as mulheres foram conquistando espaço no movimento, desde o primeiro congresso, conforme relatado em edições anteriores do Jornal Sem Terra. Esse texto também pontua que para o 5º Congresso do MST (realizado em 2007) será preparada uma série de atividades com as crianças para que as mães possam participar das atividades do Congresso.

A edição de abril 2010 traz uma entrevista com a assentada Irene Manfio que produz de forma cooperativada e fala sobre a importância da participação das mulheres no setor de produção e nas cooperativas. A entrevistada destaca que as mulheres se identificam com o debate da agroecologia e que esse debate só vai avançar de fato quando as mulheres participarem e “tomarem para si” essa tarefa. Ainda, segundo Irene, com a produção em cooperação as mulheres tem mais chances de participar. Carneiro (1994) chama atenção para o fato de que a mulher só podia se associar nas cooperativas se fosse viúva ou solteira. Essa proibição impedia a mulher casada de receber remuneração de seu próprio trabalho, sendo o direito de cooperativar-se uma reivindicação estritamente relacionada à mudança da posição da mulher na hierarquia familiar, onde finalmente ela poderia ter autonomia para gerir seus próprios recursos. A problemática da participação da mulher na produção nos assentamentos é tratada por Ferrante et al (2013), onde os autores discutem que nos assentamentos as decisões sobre produção não passam pelas mulheres. Mesmo no caso de mulheres titulares, são poucas que, de fato, comandam o trabalho no lote (FERRANTE et al, 2013). Ferrante et al (2013) argumentam que a inserção das mulheres como protagonistas de práticas diferenciadas da agricultura convencional podem ser positivas para a construção de uma outra relação das mulheres com a política de assentamentos rurais e com o próprio movimento. De acordo com esses autores, o a inserção das mulheres em atividades de diversificação de renda é uma opção necessária para se discutir o futuro dos assentamentos em modelos alternativos ao agronegócio.

A edição de agosto de 2009 traz um texto da coordenadora da Sempre Viva Organização Feminista (SOF)²⁰ sobre o livro “o segundo sexo”, com apontamentos sobre as ondas do feminismo e atualidade desse debate em comemoração aos 80 anos da obra. Apesar

²⁰ A SOF é uma organização não governamental, que assessora organizações de mulheres e movimentos mistos a partir do feminismo.

do texto ser primordialmente teórico, é importante assinalar que ele representa uma entrada significativa do debate do feminismo no MST. “Compromisso de luta das mulheres sem terra” é um texto publicado na edição de fevereiro/2012 que fala sobre a luta das mulheres no 8 de março ao longo dos anos, e como as mulheres tem se construído politicamente em torno dessa data. “A luta das mulheres produziu um novo sujeito político no interior do MST: a militância feminista.” Nota-se nessa notícia que, além do reconhecimento do feminismo, existe o reconhecimento da mulher enquanto sujeito político: a “militante feminista”. A notícia também fala que é importante construir lutas que dialoguem com a sociedade, não apenas as mulheres, e o que mais tem conseguido apoio popular é a luta contra o agronegócio, transgênicos, e violência.

A edição de abril de 2012 relata que em março de 2012 as mulheres da via campesina se mobilizam por Reforma Agrária e cobraram da Presidenta Dilma o veto às alterações no código florestal. A jornada das mulheres também denunciou o capital estrangeiro e as transnacionais. Além da denúncia à violência do capital e ao patriarcado. Em agosto de 2012 o Jornal Sem Terra divulga edição onde consta o relato das mobilizações das mulheres na Cúpula dos Povos. Essa mobilização foi organizada pela Marcha Mundial de Mulheres, e não especificamente pelas mulheres da via campesina. As mulheres exigiram o fim da violência contra as mulheres, a legalização do aborto, condições justas de trabalho e salário, e o fim do modelo capitalista. A pauta da legalização do aborto é uma novidade entre as pautas das mulheres do MST e indica ainda certo distanciamento da influência da Igreja.

Conforme observado no relato das edições do Jornal Sem Terra, as mobilizações das mulheres camponesas se dão primordialmente contra o agronegócio, o modelo de desenvolvimento imposto, e a favor de alternativas sustentáveis de desenvolvimento da agricultura e da sociedade. Esse fato é também constatado por Aguiar (2016) sobre a ação das mulheres rurais na Marcha das Margaridas. A Marcha das Margaridas é um evento construído sob idealização e hegemonia das mulheres inseridas no sindicalismo rural, mas que se amplia e se articula com demais movimentos de mulheres. Como observa Aguiar (2016), para construir a marcha os movimentos e organizações de mulheres tem se articulado em redes onde interagem diversos atores, grupos e discursos. A finalidade dessa articulação que acaba gerando um movimento heterogêneo e múltiplo cuja finalidade é produzir visibilidade e impacto na esfera pública. Em rede, as mulheres do campo, da floresta e das águas que constroem a Marcha das Margaridas extrapolam as demandas locais e as especificidades de “mulher trabalhadora rural”, conectando suas especificidades à questões mais gerais. Sobre isso, Aguiar (2016) aponta que os diversos movimentos de mulheres que se integram à

Marcha das Margaridas ampliam suas bandeiras de lutas específicas traduzindo-as em significados maiores com foco em um novo modelo de desenvolvimento:

Ao afirmar sua fundamental importância para a construção de um projeto que se opõe ao modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, acaba por expressar uma luta que é anticapitalista e antipatriarcal como transversal na luta por mudanças sociais, recebendo, nesse sentido, a adesão de mulheres urbanas, que, por fim, se reconhecem, também, em torno das questões trazidas pelas mulheres do campo e da floresta, o que faz com que a Marcha, a cada ano, venha tendo uma participação mais significativa das “mulheres urbanas”. (AGUIAR, 2016, p.286)

A Marcha das Margaridas é um exemplo de que as reivindicações relacionadas a temas produtivos e vinculados a um projeto estratégico de desenvolvimento rural se somou às reivindicações históricas das mulheres rurais, como as questões previdenciárias e de direitos sociais. Essas “novas” lutas questionam a ação do agronegócio e reafirma a importância da agricultura familiar, além de questionar o papel da mulher na sociedade (AGUIAR, 2016). A construção dessa Marcha também reitera a necessidade de espaços próprios das mulheres em organizações e movimentos mistos.

Fraser (2007) após criticar o fato de o feminismo ter se afastado das questões de classe e da redistribuição de renda sinaliza que algumas correntes feministas estão se esforçando em construir uma nova síntese entre redistribuição e reconhecimento, mudando a escala política feminista. Conscientes da vulnerabilidade das mulheres às forças transnacionais e diante da produção transnacionalizada, muitas feministas vão além das economias nacionais, rompendo as barreiras territoriais para enfrentar a injustiça de gênero nas relações sociais transnacionais (FRASER, 2007), talvez seja esse o caminho que está sendo trilhado pelas mulheres camponesas ao empenhar esforços na luta contra o capital globalizado.

2.6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise das notícias publicadas no Jornal Sem Terra, especialmente àquelas que relatam as ações e mobilizações públicas das mulheres do MST, nos leva a inferir, concordando com Carneiro (1994) que a participação das mulheres no movimento de trabalhadores não era motivada por sua condição de mulher, mas sim contra a exploração ou expropriação de sua categoria social, ou seja, o que mobilizava as mulheres para a luta era o reconhecimento de pertencer a uma categoria social e política, uma identidade coletiva que incluía homens e mulheres. Nesse sentido, Carneiro (1994) reforça que, anterior à construção

das distinções sociais entre gêneros, formou-se a noção de igualdade entre homens e mulheres na luta contra a desigualdade social.

Ao realizar também um trabalho de análise de documentos do MST, Furlin (2013) considera que no MST, a luta pela reforma agrária tem evoluído e ultrapassado cada vez mais a conquista da terra, acrescentando a essa luta questões mais amplas como o compromisso com uma educação de qualidade, a preservação do meio ambiente e conquista da cidadania plena para homens e mulheres. De acordo com a autora, a incorporação dessas lutas implica para o movimento a busca por transformações societárias mais amplas. Conforme Furlin (2013, p. 277):

A incorporação do debate sobre gênero configura o MST como ator social na história brasileira e encarna uma novidade ao se apresentar como protagonista de novos valores, ou seja, do novo homem e da nova mulher, de um novo modelo de produção agrícola, de novas relações com o meio ambiente, bem como de um novo modelo organizativo que amplia a participação dos membros dentro do movimento. Tudo isso marca o compromisso do MST com a transformação social no sentido mais amplo e revela que a sua luta pela reforma agrária vai muito além da luta pela conquista da terra. Esta constatação não implica desconhecer as contradições e os limites desta autopercepção do Movimento como agente de mudança social.

É importante destacar que o processo de incorporação das questões de gênero pelo MST é uma conquista da organização de mulheres, e não uma iniciativa espontânea do Movimento. Furlin (2013) também coloca a influência de fatores externos que pressionaram o MST para que este abrisse espaços de participação para mulheres, esses fatores externos incluem desde os convites para a representação da organização de mulheres assentadas eventos internacionais, até a exigência das agências financiadoras pela transversalidade de gênero nas ações do MST. O debate acadêmico e a organização e pressão interna das mulheres são também fatores significativos para a incorporação da perspectiva de gênero pelo MST.

O esforço empreendido nas análises das publicações nos permite fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento e evolução das questões de gênero no interior do MST: 1) As mulheres que iniciaram o processo de organização das mulheres dentro do MST já eram militantes das CEBs, CPT e Centrais Sindicais; 2) Os eventos, encontros e congressos se constituíam como espaços de formação e também de estímulo para a participação das mulheres, daí a importância de incentivar e possibilitar que as mulheres possam se fazer presente nesses eventos; 3) As mulheres inicialmente se mobilizaram por direitos considerados básicos para a cidadania, como o direito à documentação, ao reconhecimento profissional e à direitos trabalhistas e previdenciários; 4) A luta das mulheres do MST não se

reduzia às chamadas “questões de mulher”, pelo contrário, as jornadas de luta das mulheres camponesas, realizadas em geral em torno da data do 8 de março, representavam um enfrentamento e uma resistência das mulheres camponesas ao agronegócio e um compromisso com a luta por reforma agrária; 5) São raras as notícias que relacionam a organização das mulheres do MST com a palavra “feminismo”. O termo feminismo só começa a parecer em publicações que falam sobre a articulação das mulheres do campo com as mulheres da cidade, especialmente publicações que envolvem a Marcha Mundial de Mulheres, o que indica que não existe uma identificação direta das militantes do MST com o feminismo. A relação das mulheres do MST com o feminismo será melhor discutida em capítulos seguintes desta tese.

3 “SEM MEDO DE SER MULHER”: EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE LIDERANÇA DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto movimento social que tem como foco central a luta por reforma agrária e parte da problemática que da opressão entre classes, pouco importância deu, nas primeiras décadas de existência, para outras opressões, como a de gênero. As ações políticas do MST (como as ocupações de terra) envolvem homens, mulheres, crianças e idosos e apresentam especificidades em relação a outros movimentos sociais com os quais mantém relação (ESMERALDO, 2013). O diferencial do MST com relação às demais organizações políticas (sindicato, partido político, por exemplo), é que o MST envolve toda a família nas suas lutas e manifestações políticas, sem separar a militância política da relação e condição conjugal. Isso, somado ao discurso de libertação econômica, social e política para a família trabalhadora rural faz com que o MST atraia e acolha mulheres fragilizadas pelo sistema econômico e político, submetidas a migrações com os maridos e filhos em busca de terra e trabalho e dignidade para as famílias. Entretanto, mesmo seguindo essa perspectiva, as questões referentes à opressão de gênero tendem a ser reproduzidas dentro do MST. Esmeraldo (2013) ressalta que a ação política das mulheres sem terra é invisibilizada por sua condição conjugal, por conta da hegemonia de elementos discursivos e ideológicos estruturantes do Movimento, fundamentado em uma visão produtiva e economicista da luta de classes, que por sua vez, se ancora centralmente na figura masculina como o provedor da família e como porta-voz do Movimento.

É visível a participação das mulheres na linha de frente dos confrontos políticos do MST, como nos atos públicos, nas marchas e acampamentos, onde, em geral, a presença de mulheres e crianças é destacada e valorizada. Sobre isso, Charles Tilly, um estudioso dos movimentos sociais, argumenta que a presença destacada de idosos, crianças e, nesse caso, de mulheres com seus filhos na linha de frente das mobilizações dá maior valor para o movimento e mostra grande comprometimento e sacrifício dessas pessoas. De acordo com Tilly (2010), esse tipo de configuração de um ato público é uma das características do “repertório” dos movimentos sociais, denominado *VUNC*, que significa respectivamente: valor, unidade, número e comprometimento. O “valor” diz respeito basicamente às questões como comportamento, vestimentas, e presença de mulheres com crianças; Unidade tem a ver com as marchas organizadas, palavras de ordem, canções e bandeiras; Número é referente à quantidade de participantes ou quantidade assinaturas em abaixo assinado, por exemplo; E por fim o “comprometimento” está relacionado ao sacrifício, resistência, enfrentamento do mau

tempo, participação de pessoas com deficiência e idosos (TILLY, 2010). Esse repertório, ou VUNC, é colocado em prática pelos movimentos sociais na tentativa de dar maior credibilidade pública aos atos.

Entretanto, apesar das mulheres estarem presentes na linha de frente dos atos públicos (seguindo o VUNC), na organização dos acampamentos e posteriormente dos assentamentos é raro enxergar a participação ativa das mulheres, bem como existem poucas mulheres em posições de liderança nos acampamentos, assentamentos e no próprio movimento (DEERE, 2004).

Assim, cabe questionar se as mulheres têm ocupado espaços de direção política, quais estes espaços e de que forma se fazem presentes nos espaços de poder e decisão no interior do MST. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é identificar que espaços as mulheres têm ocupado nas instâncias políticas do MST, em cargos de liderança e direção na estrutura orgânica e organicidade do Movimento e explicar qual a trajetória percorrida e a experiência vivenciada por algumas dessas mulheres até ocuparem os cargos em que se encontram. O termo *estrutura orgânica*, corresponde à forma organizativa e estruturas do Movimento e de seus espaços. Por sua vez, o termo *organicidade* para o MST está se referindo ao processo que permite a relação de cada parte com o todo e também diz respeito ao método de trabalho desse movimento social.

Partindo da ideia de que a experiência surge diante das vivências concretas dos indivíduos (THOMPSON, 1981), e também que a experiência, com sua natureza discursiva, deve ser o que se pretende explicar (SCOTT, 1998), a principal fonte de dados para a discussão proposta nesse capítulo são as entrevistas abertas realizadas com mulheres que ocupam cargos de liderança no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul, aqui denominadas como Rosa, Alexandra, Dandara, Clara, Margarida e Simone²¹. A partir da fala dessas mulheres sobre suas vivências e experiências, buscamos identificar como a experiência enquanto mulher sem terra as forjou enquanto sujeitos políticos que ocupam e participam dos espaços de decisão e de poder no Movimento que compõem. Cabe delimitar que nesse trabalho estamos denominando como “liderança” as mulheres que não só apresentam engajamento e participação orgânica no Movimento, mas que assumiram ou assumem cargos de direção em diferentes instâncias do MST.

²¹ Para preservar a identidade das mulheres entrevistadas os nomes adotados nesse trabalho são fictícios e fazem referência a nomes de mulheres históricas que são inspirações e referências no contexto feminista: Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Dandara, Clara Zetkin, Margarida Alves e Simone de Beauvoir.

3.1 O ESPAÇO QUE AS MULHERES OCUPAM NA ESTRUTURA ORGÂNICA E ORGANICIDADE DO MOVIMENTO E O PROCESSO DE CONQUISTA DESSES ESPAÇOS

O MST parece ter atentado para a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento somente após as mulheres militantes organizarem-se no interior desse movimento (Honório, 2005). De acordo com Gonçalves (2009), a própria dinâmica da luta pela terra levou as mulheres a organizar ações que provocaram questionamentos sobre a estrutura de poder expressa tanto na estrutura orgânica quanto na organicidade do movimento. Furlin (2013) assinala que, ainda nos primórdios da trajetória do MST foram as mulheres que, mobilizadas, tomaram a iniciativa discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento.

Nos primeiros acampamentos organizados pelo MST também se fazia discussão sobre as questões de gênero, através da coordenação de mulheres, como comenta a entrevistada Margarida que foi acampada na Fazenda Annoni²², primeiro grande acampamento organizado pelo MST após sua fundação:

Na Annoni nós já tivemos uma coordenação das mulheres, já fazia esse debate defendendo as mulheres, porque sempre as mulheres é as que são mais culpadas pelos problemas de gênero, aí nós logo fizemos esse debate. Tinha uma expulsão de uma mulher, e isso me marcou muito, ela era uma mãe de 5 filhos e deu um problema lá com ela e queriam expulsar ela, aí nós dissemos: “então expulsa o homem também”.

No trabalho de construção de novas relações de gênero no MST, o acampamento é talvez o local onde as relações de gênero são mais igualitárias. A própria dinâmica estrutural do acampamento confunde o que seria o espaço público e o espaço privado, o que favorece para que as mulheres não se restrinjam ao espaço privado. Durante o acampamento as mulheres participam ativamente das reuniões, opinando e argumentando, e as demais tarefas são distribuídas entre homens e mulheres sem necessariamente seguir os tradicionais “papéis de gênero”. Por esses motivos, Honório (2005) afirma que nos acampamentos do MST acontecem verdadeiras rupturas com relação aos papéis de gênero.

²² A Fazenda Annoni foi ocupada em 29 de outubro de 1985 por mais de 7 mil trabalhadores rurais sem-terra, ela é considerada símbolo de resistência do MST porque foi a primeira ocupação realizada por famílias organizadas enquanto Movimento, que já vinham se estruturando desde o acampamento Encruzilhada Natalino, também na região Norte do estado do RS. Importante destacar ainda que as origens do MST remontam às primeiras ocupações de terra realizadas no Rio Grande do Sul no final da década de 1970, especialmente as ocupações da granja Brilhante e da fazenda Macali em 1978 e 1979, posteriormente, na mesma região em 1980, ocorreu a formação de outro importante acampamento denominado Encruzilhada Natalino. Ver, a esse respeito, Brumer (2009).

Diante do questionamento sobre a participação feminina nas instâncias de direção do MST, a resposta era sempre no sentido de indicar que não havia restrição à participação das mulheres, bastava que elas conquistassem e ocupassem o espaço, como nos conta a interlocutora Clara, que participa do Movimento desde a sua fundação:

Sempre foi uma luta terrível porque quando se discutia na direção, e aí eu nunca esqueço do companheiro que era da direção na época que dizia que eles não iam ceder espaço para as mulheres, que se as mulheres queriam espaço as mulheres tinham que conquistar o espaço. Ele dizia isso várias vezes, em reuniões quando a gente fazia as discussões ele dizia “você quer espaço, tudo bem, nós não tamo proibindo de você ter o espaço, mas você tem que conquistar esse espaço”. Então a luta foi muito difícil. (Clara)

O lugar de subordinação ocupado pelas mulheres trabalhadoras sem terra começou a ser questionado por elas mesmas, já no primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985 (FURLIN, 2013), o questionamento feito pelas mulheres era: afinal, qual o papel da mulher na luta pela terra? Essas mulheres iniciam no Primeiro Congresso Nacional do MST uma articulação interna e formam grupos de mulheres e coletivos no Movimento. Como resultado da articulação encampada pelas mulheres presentes no referido Congresso, foi conquistada a cota de 30% de participação das mulheres nas instâncias de direção do MST e em todas as atividades promovidas pelo Movimento. Entretanto, como apontado na cartilha elaborada pelo Setor de Gênero, essa conquista não foi tão efetiva para que as mulheres fossem inseridas nas instâncias do Movimento:

O 1º Congresso Nacional do MST conta com 30% de participação de mulheres, mas nem de longe isso reflete na composição das instâncias e demais espaços organizativos, a primeira Direção Nacional, por exemplo, contava apenas com duas mulheres dentre 20 militantes. E apesar de neste Congresso ter sido realizada a 1ª Assembleia de Mulheres onde se deliberou pela formação de coletivos de mulheres na base, ainda se passam quase 15 anos até que se constitua um Setor de Gênero dentro do Movimento. (MST, 2017. P. 16)

Além da organização e mobilização interna das mulheres no MST existiu uma influência externa que pressionou o Movimento a inserir as mulheres em espaços de representação política, como assinala Derre (2018), a Via Campesina adotou a política de paridade de gênero e o MST, como um dos principais movimentos vinculados a ela, foi influenciado a fazer o esforço de ir no mesmo sentido.

Em estudo realizado por Gonçalves (2009) tem-se uma recuperação dos espaços e formas de organização das mulheres do MST. Essa autora aponta a criação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, em 1996, seguido da criação do Coletivo Nacional de Gênero em 1998 e finalmente do Setor Nacional de Gênero em 2003. Para além de simples alterações

na nomenclatura, essa evolução nas formas de organização das mulheres no MST parece acompanhar as transformações provocadas pelas mais diversas experiências vividas pelas mulheres (e também por homens) nas diferentes esferas do Movimento.

Para analisar como as mulheres vêm se inserindo nas instâncias de direção do Movimento é importante entender como o Movimento se organiza enquanto estrutura orgânica e organicidade. De acordo com Caldart (2004, p. 256-257):

[..] a expressão organicidade indica no Movimento o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer, de forma ágil e sincronizada, o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e descendentes capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões.

O MST trabalha continuamente para melhorar seu modelo organizativo a fim de um melhor funcionamento de sua estrutura interna. Bernat (2012) aponta que a partir de 2000, no IV Congresso Nacional do MST, o Movimento inicia a implementação de uma nova organicidade para ampliar a participação ativa das famílias nas tomadas de decisões, de acordo com o autor, essa nova organicidade busca quebrar com a ideia de democracia representativa, construindo elos entre a base e as direções e também desmistificando o papel de dirigente, que passa a atuar mais como um coordenador do que como um “chefe”. O esquema da organicidade do MST pode ser explicado da seguinte forma:

A cada 10 famílias formar um núcleo de base, com um coordenador e uma coordenadora, a cada 50 famílias, ou a cada 5 núcleos, 1 militante na direção regional e a cada 500 famílias 1 dirigente estadual. (MST, 2002, p.8)

Bernat (2012) esquematiza a organicidade do MST da seguinte forma: Núcleo de Base, formado por dez famílias; Brigada de 50, formada por cinco núcleos de base ou cinquenta famílias; Brigada, formada por dez brigadas de 50, ou 500 famílias; Direção da Brigada; Coordenação da Brigada; Direção Estadual; Coordenação Estadual; Setores.

O Núcleo de Base (NB) é a primeira instância política do Movimento Sem Terra, formado por dez famílias incluindo homens e mulheres e coordenado por dois militantes, sendo obrigatoriamente um homem e uma mulher. Em publicação do próprio Movimento (MST, 2001) é explicado que a opção política de se ter uma mulher junto com homem na coordenação é fundamental para qualificar as ações e para conseguir ter uma visão do todo do assentamento, pois o “olhar” masculino limita a visão do todo. Cada Brigada de 50 tem um

dirigente que também faz parte da coordenação e da direção da Brigada e ainda pode compor a coordenação estadual do Movimento. Também é da brigada de 50 que se tira um representante para cada um dos setores do MST que são: Educação, Saúde, Frente de Massas, Gênero, Produção, Cooperação e Meio Ambiente (Bernat, 2012).

Percebe-se que o que Bernat (2012) chama de “nova organicidade” do MST representa uma evolução não só do ponto de vista de maior diálogo e articulação entre a base e as lideranças, mas também uma tentativa de reduzir a discrepância de gênero que costumava se apresentar nos espaços de direção do Movimento. A cota de 30% de participação feminina conquistada pelas mulheres no primeiro Congresso Nacional do MST (em 1985) é rediscutida até que em 2000 acaba se institucionalizando como uma norma, uma linha política do Movimento, de que em cada instância seja respeitada a paridade de gênero. Dessa forma, não se fala mais em 30, mas em 50% de mulheres na direção do MST²³. Sobre isso, Rosa, uma das interlocutoras dessa pesquisa afirma: *“uma das coisas que foi bem importante pra nós, uma foi isso de garantir a participação dos 50% de mulheres nas instâncias, essa foi uma pauta interna, esse foi um ponto fundamental”*. Ainda sobre a conquista da paridade de gênero as falas seguintes, retiradas das entrevistas com as lideranças, ressaltam como a organicidade do Movimento foi transformada para tentar atender a reivindicação das mulheres por participação política:

Aquilo que era cota no início, virou norma. Hoje direção, coordenação dos núcleos de base é um homem e uma mulher. A organicidade do movimento se transformou... direção estadual hoje é um homem e uma mulher em cada região. Direção nacional: um homem e uma mulher de cada estado. O que era antes 24 pessoas, hoje são 48. Porque são 24 estados em que o movimento tá organizado e tem um homem e uma mulher em cada direção, antes era só uma pessoa. (Alexandra)

A gente conseguiu botar uma mulher na direção nacional representando o estado, não apenas um homem. Então é importante ter um homem e uma mulher, sempre um homem e uma mulher, duas pessoas em todas as direções estaduais e regionais. Ter uma mulher em todos os setores do movimento. Eu sou a única mulher do setor de produção, mas tem. Isso lá em 2000 foi fundamental para conseguir, foi um empurrão naquele primeiro momento, tinham pessoas que achavam importante, tinham pessoas que achavam que aquilo não era importante. Não era o essencial, mas se abriu o espaço da visibilidade política da capacidade das mulheres, agora tem um monte de mulheres discutindo e contribuindo em tudo, o movimento nem se enxerga mais como seria tirar todas as mulheres e ficar só os homens, não saberia muito o que fazer, perderia toda a essência. (Rosa)

²³ De acordo com a cartilha do Setor de Gênero, a paridade nas instâncias passa a vigorar somente em 2005, quando se delibera que a Direção Nacional seja composta por duas pessoas de cada estado, um homem e uma mulher, ampliando a representação das mulheres nessa instância, que acabou sendo replicada em grande parte dos estados. (MST, 2017)

As cotas para mulheres e a paridade de gênero se configuram como medidas emergenciais de redistribuição de poder, como apontado por Nancy Fraser (2007) a noção tridimensional de justiça social é fundamentada no reconhecimento, na redistribuição e paridade de participação (representação das mulheres, no caso). Para essa autora, só o reconhecimento não basta para superar as condições desiguais enfrentadas pelas mulheres para garantir direitos e participação, é preciso, portanto, que o reconhecimento seja acompanhado de medidas de redistribuição do poder, para que grupos subrepresentados (como as mulheres), possam ter acesso e participar efetivamente dos espaços decisórios.

A questão é que, sem uma efetiva mudança cultural no que tange às relações de gênero, mesmo que se instituem normas que determinem a participação feminina, esta precisa ser constantemente promovida, incentivada e possibilitada, para que não se rescinda em uma escassez de mulheres nos espaços de decisão. Em sua entrevista, Dandara nos aponta que o MST já apresenta alguma dificuldade em manter a paridade de gênero:

Eu tenho a minha crítica, eu não sei te dizer data certa, mas já teve bem melhor nisso [da paridade de gênero nas direções]. Hoje na pirâmide a participação das mulheres desceu bastante. Quem é que tem de mulher hoje? Porque antes [quando se instituiu a paridade] era ali um homem e uma mulher, agora não, agora já tá caindo de novo... o porque disso cair eu não sei te dizer, mas sei que já caiu de novo. Uma vez a gente tinha bem mais mulheres nas instâncias, agora tá meio raro as mulheres de novo. Na minha visão eu enxergo assim, faz umas duas direções que eu tenho visto que diminuiu as mulheres. (Dandara)

Importa frisar que desde o estabelecimento da cota de 30% de participação feminina até os dias atuais a participação das mulheres no MST foi conquistada e garantida pela articulação e organização das próprias mulheres que na maior parte do tempo mantiveram algum tipo de organização própria no interior do Movimento. A entrevistada Alexandra relembra como se dava a articulação interna das mulheres para conquista de seus direitos:

Então, o coletivo de mulheres eram as mulheres que se encontravam na direção nacional, por exemplo, porque a maioria ali era homem. Mas daí essas mulheres das instâncias se reuniam e se reuniam à parte, nós se reunia nos quartos. Lá em Jundiá, meu Deus do céu... A gente fazia reunião da direção, da coordenação nacional, as mulheres que iam se reunir lá. A “L.” que era secretária, ela que chamava as mulheres e era coisas simples, coisas básicas que também a gente não se dava conta, na época, da importância de nós se articular. O que era importante era que tinha que ter as mulheres, nós tinha que tá lá, mas tinha muita resistência por parte das mulheres mesmo. Aí desse coletivo, dessa comissão de mulheres da direção, depois se formou o coletivo porque daí abrangia mais estados em um coletivo. E esse coletivo passou a se reunir e dar mais visibilidade, então nós discutia os pontos nesse coletivo e trazia na instância e aí a gente pautava. Pautava pontos que as mulheres se articulavam antes e levavam os pontos pra dentro a instância. Eu nunca esqueço a questão das cotas. Na época nós discutimos cotas assim: “olha isso aqui não é retroceder, isso aqui é importante pra gente avançar na consciência”. Pra nós

pautar o tema da cota foi um ano de reuniões paralelas, e onde se fazia? Quando tinha reunião da direção!

Como visto, dentro do MST as mulheres buscavam se organizar em grupos, comissões e coletivos, e finalmente conseguiram a consolidação de um setor específico: o Setor de Gênero. Gonçalves (2009) comenta que o setor de gênero é o pilar das diferentes formas de organização das mulheres no interior do MST. O setor de gênero é produto das mulheres e foi um marco importante para as reflexões acerca da politização e ação das mulheres no Movimento. Esse setor faz parte da organizativa nacional do movimento e é fonte de reflexão e debates constantes nas instâncias regionais do MST. Furlin (2013) destaca que a partir da constituição do Setor de Gênero a perspectiva de gênero ganha mais importância dentro do movimento e passa a ser assumida como tema de reflexão transversal em todos os setores e atividades do MST, buscando construir novas relações sociais entre os homens e mulheres que o compõem.

É evidente que nesse processo de auto-organização para reflexão e mobilização política interna houveram avanços significativos relacionados à participação das mulheres enquanto sujeitos políticos no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como destacado pela interlocutora Margarida:

Nós mulheres tivemos um avanço muito grande, as mulheres tão organizadas na produção, as mulheres fazem feira, as mulheres sabem fazer projeto, as mulheres sabem administrar. Então nós temos no movimento esses avanços políticos que fazem a gente ver que valeu a pena. Mas cada vez nós temos que lutar mais e se empoderar mais do saber, e esse saber só vem através da luta. (Margarida)

Entretanto, a exemplo de como funciona a sociedade em geral, ainda se identificam resistências quanto à participação política das mulheres nas instâncias do MST, especialmente no que se refere à decisões produtivas, como destacam nossas entrevistadas:

Ainda tem limites né, que até hoje nós sentimos. Nas nossas ferramentas de gestão, nas nossas agroindústrias, nossas cooperativas, está sim rescindindo numa predominância masculina e quem dirige as linhas de produção no estado são 100% homens. (Alexandra)

Tem uma região que era pra escolher entre um ou outro para vir pra instância [o homem ou a mulher] né, e aí teve uma campanha pra vir o homem e não vir ela... e no fim venceu ele. Fizeram campanha pra vir o homem, porque o homem é mais fácil de lidar entre os machos né? (Isabel)

Nesse sentido, Paulilo (2004) chama atenção para o fato de que nos movimentos que enfatizam as questões de classe, o modelo de participação política privilegia a participação masculina:

O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. (PAULILO, 2004. p.239)

Algumas das interlocutoras dessa pesquisa comprovam o apontado por Paulilo (2004), argumentando que alguns espaços de discussões e atividades do Movimento acontecem em dias ou horários que inviabilizam a participação feminina, como pode ser visto no seguinte relato:

Por exemplo, quando marcam reunião do assentamento, marcam reunião no sábado de manhã... quem é das mulheres que foi pra reunião? Nenhuma. Porque durante a semana inteira todo mundo trabalha, aí no sábado de manhã marcaram uma reunião, capaz que as mulheres foram na reunião, sendo que só tem o sábado pra organizar as coisas em casa e tem que fazer almoço, e a gente já sabe que a reunião nunca termina cedo. Se fosse sábado de tarde certamente mais mulheres iam pra reunião. Depois ainda dizem que nós não queremos participar. (Clara)

Nesse relato é interessante destacar duas coisas: primeiro a permanência da divisão sexual das tarefas domésticas, visto que cabe ainda às mulheres a preocupação com a organização da casa, preparo das refeições, cuidado com os filhos, etc. Segundo, o apontado por Paulilo (2004) sobre a cobrança para que as mulheres assumam um comportamento tido como “masculino”, como relatado pela entrevistada Clara, esse é um dos entraves para a participação das mulheres nas instâncias de direção, um dos fatores que faz com que algumas mulheres desistam de assumir os cargos políticos do Movimento:

Na direção interna da Anonni, nós tivemos a Lucy que era a primeira mulher que entrou junto na executiva do movimento mas ela mesmo colocava isso, e por isso a gente começou a discussão de gênero no sentido assim, porque ela era muito cobrada que a mulher tinha que ser que nem o homem, não tinha a história de tu chegar em casa e ter alguma coisa pra fazer, tu tinha que chegar em casa e tirar a roupa suja da sacola, lavar ligeiro e pegar outra roupa e sair de novo, como os homens faziam, não podia se preocupar com nada de casa. (Clara)

O interesse do MST em construir uma política de equidade de gênero parte, de acordo com Debiasi (2017), de dois eixos de ações: um interno, resultado da organização interna das mulheres, que conforme já mencionado se fizeram presente nos espaços questionando, ocupando e criando novos espaços dentro desse movimento social; e um eixo externo,

motivado por questões externas resultado da vinculação do MST com movimentos sociais internacionais, como a Via Campesina, e também por intercâmbios e diálogos mais recentes com movimentos feministas, cuja influência é percebida na adoção de novas políticas e ações no âmbito da questão de gênero.

3.2 TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MST

Tornar visível a experiência de determinado grupo (mulheres, negros, homossexuais) expõe que há mecanismos repressivos, mas não os explica, assim como não determina sua lógica e seu funcionamento, sabe-se que a diferença existe, mas não se compreende como ela é constituída (SCOTT, 1998). Essa mesma autora destaca que é a experiência que constitui o sujeito, e não o sujeito que possui a experiência como um dado, diante disso, a experiência é o que se procura explicar e consequentemente historicizar, e não é ela o fundamento, a origem ou evidência do conhecimento. Ao historicizar a experiência, historiciza-se também as identidades que ela produz buscando explicá-las e não as encarando como óbvias e incontestáveis. De acordo com a perspectiva colocada por Scott (1998), escrever a história deve ir além de construir sujeitos com uma identidade essencializada ao descrever suas experiências para fundamentar isso, pois isso acabaria por criar identidades fixas e ao invés de analisar o processo ideológico da construção do sujeito, acaba por naturalizá-lo. Nesse sentido encontramos também possibilidade de diálogo com Melucci (2001), que afirma que a construção do ator coletivo, ou das identidades coletivas é um processo interativo e compartilhado e não um dado ou uma essência. A orientação dada por Scott (1998) é de que se tente compreender os processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais identidades são afirmadas e não pensar o sujeito a partir de sua experiência como algo fixo e determinado, pois esta não é algo dado pronto e acabado. Nesse sentido encontramos consonância em Thompson (1981, p.189), que assinala que “as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer agora, manipula a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação”.

Scott (1998) ressalta que os sujeitos são construídos discursivamente, e o discurso é compartilhado coletivamente, de forma que a experiência é tanto coletiva como individual. Portanto, se a experiência é a história do sujeito e a linguagem é o campo onde a história se constitui, ambas não podem ser separadas, deve-se insistir na natureza discursiva da experiência para pensar nos processos de construção do sujeito e produção de identidade.

Seguindo essa perspectiva e entendendo que os sujeitos são constituídos pela sua experiência (e que esta é externada de forma discursiva), vamos apresentar, mesmo que de maneira sucinta, a história de cada uma das dirigentes entrevistadas para essa pesquisa de acordo com o que as próprias interlocutoras destacaram em suas falas.

Dandara é de origem urbana, natural do município de Cruz Alta (RS), e é parte de uma família de cinco filhos, que ela descreve como sendo “uma família pobre e negra” da qual ela é a única que se interessou pelas questões sociais “de esquerda” e feminista. Há 27 anos, Dandara começou a se aproximar efetivamente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra por intermédio da Igreja Católica, a qual fazia parte e também nessa época ela cursava faculdade de economia. Segundo ela, o Bispo da Diocese que frequentava levava os jovens da Igreja para conhecer os assentamentos e realizar trabalho voluntário, especialmente com as crianças e idosos doentes. A partir dessa aproximação, Dandara afirma que nunca mais se afastou do MST e foi se tornando cada vez mais orgânica no Movimento, até que casou com uma importante liderança masculina do MST e se tornou assentada, mas faz questão de destacar que não foi pelo casamento que a militância dela iniciou:

Muitos dizem que eu entrei no Movimento Sem Terra por causa do meu esposo, e aí quem me conhecia antes me defende e diz “não, a Dandara já era do Movimento” porque mesmo que eu ainda morasse na cidade eu tava sempre em articulação com o Movimento e ajudando em tudo. Todo mundo diz que foi por causa do espermatozoide que eu entrei no movimento né, mas não foi por causa do espermatozoide. [...] Eu trabalhei no governo Olívio e depois que eu saí do governo Olívio falei que não queria mais trabalhar em governo, não era o que eu queria, mas nesse ínterim eu casei com um Sem Terra, faz 20 anos e já vai fazer 21. E quando eu casei com um Sem Terra foi que eu comecei a participar mais organicamente, porque daí eu fui morar num assentamento e participar mais organicamente, aí saí do governo Olívio e fui trabalhar na organização do Movimento, e eu já vim direto trabalhar com as mulheres que foi sempre um assunto que me interessou. (Dandara)

Rosa se identifica como “suburbana”, natural de Gravataí (RS), explica que entrou para o MST em uma fase que o Movimento estava em transição e o perfil do público que ia para os acampamentos não era apenas de “colonos”²⁴ (como ocorria nos primeiros tempos), mas também pessoas das periferias das cidades, famílias que já eram vítimas do êxodo rural em décadas anteriores. Ela afirma que conheceu e começou a se aproximar do Movimento Sem Terra em 1994, enquanto cursava o curso técnico em agropecuária, muito por influência de alguns colegas de curso, que eram filhos de assentados da reforma agrária e moravam no

²⁴ A categoria social “colonos” se refere à pequenos proprietários de terra descendentes de imigrantes europeus (PICOLOTTO, 2011). Entretanto esse termo é, por vezes, utilizado pelo senso comum para se referir aos agricultores familiares em geral.

assentamento. Rosa destaca que sempre teve vontade de trabalhar com a agricultura e tinha uma afinidade especial com a agricultura ecológica. Foi a partir daí que ela iniciou o trabalho junto ao MST:

eu tinha uma professora na escola que dava aula e era da cooperativa, aí eu vim fazer meu estágio aqui e aqui eu conheci os assentamentos, porque os assentamentos já tinham uma vontade de entrar pra feira ecológica, então o meu período de estágio e logo eu fui contratada pela cooperativa pra permanecer, foi de trabalhar com os assentamentos pra inclusão deles da produção orgânica, e dali eu conheci o que era o movimento sem terra e entrei pro movimento sem terra, ajudei a organizar os primeiros acampamentos, até porque eu conhecia toda periferia de porto alegre, então eu já ajudava eles a organizar. (Rosa)

Como explica Rosa, o primeiro envolvimento que ela teve com o MST foi profissional, no trabalho com a produção orgânica, mas já em 1998 ela decidiu junto com seu companheiro participar de uma ocupação de terras, onde ficou acampada por 3 anos e meio até conseguirem a terra. Assim, desde 2001, ela é assentada e tem como principal atividade produtiva a produção de sementes e mudas orgânicas.

A terceira entrevistada da pesquisa, Alexandra, é natural de São Domingos do Sul (RS), filha de agricultores e se denomina “colona”:

Minha origem é isso, agricultura. Meus pais sempre foram sem terra, o meu pai até hoje diz que o cadastro dele foi na época do Brizola [início da década de 1960] e ele nunca conseguiu a terra e sempre arrendou, em São Domingos do Sul, é um município todo de minifúndios de migração italiana que foram ali se estabelecendo e quem pode comprar sua terrinha comprou e no caso do meu pai e muitos outros não conseguiram e aí sempre arrendou terra. Mas sempre vivemos da agricultura e o que temos veio da agricultura. (Alexandra)

Alexandra destaca que seus pais sempre priorizaram seus estudos e por isso, com 14 anos de idade ela saiu do interior onde vivia para morar em um convento, almejando melhores condições de estudo e formação, e foi a partir daí, em Passo Fundo que ela começou a se aproximar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que movimentava aquela região na época com a ocupação da fazenda Annoni (meados dos anos de 1980). Ela e outros colegas passaram a frequentar o acampamento para realizar trabalho voluntário, levando doações de roupas, alimentos e medicamentos para as famílias acampadas, e assim foi criando vínculo com o Movimento e a causa pela qual lutavam:

Pra mim aquilo foi determinante [o trabalho voluntário] porque foi um embrião, de ver uma realidade e ver como tu te insere nela. E lá tu via muita mulher e mulher liderança, porque quem é que predominava? Tinha o movimento e todas lideranças vieram da igreja, vieram da pastoral, e aí eu me identificava porque eu tava num

ambiente de igreja. Toda vez que a gente ia lá a gente não queria voltar, queria ficar lá, mas ali foi o embrião... (Alexandra)

A partir de então, Alexandra manteve um vínculo com o Movimento, mas como alguém externo, que ajudava como voluntária sempre que era solicitada. Dessa forma, quando já residia em Porto Alegre, onde cursava faculdade de Direito, ela foi contatada por um dos Freis²⁵ que apoiavam o Movimento, para prestar assistência a militantes do MST em um conflito conhecido como “Conflito da Praça da Matriz”²⁶ que aconteceu na cidade e ela prontamente se colocou à disposição do Movimento naquele momento:

Foi a partir dali que eu me tornei mais conhecida por quem dirigia o Movimento e nesse meio tempo, nos meses seguintes, foi constituída a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, em 1992, e eles precisavam de uma secretária, e ligaram pra mim pra ver se eu topava trabalhar no movimento. E aí eu vim, fui a primeira secretária aqui, lá na recepção. A minha inserção orgânica no MST foi exatamente nesse período. Eu entrei por essa proposta de trabalho, na secretaria da COCEARGS, eu e uma equipe pequena, e seis meses depois saiu um acampamento enorme lá em Caró, e aí nesse meio tempo eu e o meu companheiro já estávamos meio que juntos, namorando, aí me convidaram pra ir pro acampamento e eu disse que queria porque olhando pra frente a cidade não é o que a gente coloca como perspectiva, então falei “eu vou pro movimento”. Aí eu disse pro meu companheiro lá na rodoviária, quando eu tava indo pra um seminário de sistema de produção em Palmeira das Missões eu disse pra ele: “Eu vou, não sei se tu quer ir” e aí ele disse que se eu tava decidindo ele tinha que ir. E aí fomos os dois acampar. Quando eu cheguei no acampamento disseram que precisavam de mim de volta na secretaria do Movimento, aí ele ficou acampado e eu voltei. E ali começou a minha relação orgânica com o MST até hoje. (Alexandra)

Margarida, outra entrevistada dessa pesquisa, é filha de agricultores e natural de Palmeira das Missões, RS. Casou com um agricultor e juntos, ela e o marido trabalhavam como “meeiros” em lotes de vizinhos e moravam no lote do sogro. Católicos, foram orientados nas atividades da Igreja, por meio da Pastoral da Terra, a lutar pela terra, e assim vincularam-se ao Movimento, participando da primeira ocupação, na Fazenda Anonni onde ela já iniciou os trabalhos na organização das mulheres, como ela explica: “*a pastoral da terra nos indicava que tinha o direito de nós lutar por terra pra nós, então a gente decidiu acampar e fomos pra Fazenda Anonni em 1985, e desde lá em comecei a atuar na coordenação das mulheres*”. De acordo com Margarida, no início ela resistiu em participar do

²⁵ De acordo com a entrevistada Alexandra, na época os Freis da Igreja Católica eram um dos principais apoiadores do MST, auxiliavam na mobilização e organização para a luta, inclusive o local onde se centralizava os militantes do Movimento para reunião e organização dos atos públicos (a “sede” do Movimento) era no alojamento dos Freis.

²⁶ No dia 8 de agosto de 1990, cerca de 400 militantes do MST desembarcaram na Praça Matriz de Porto Alegre – RS para montar um acampamento de protesto pela reforma agrária, horas depois inicia-se ali um grande conflito entre Sem Terras e Polícia Militar, que resultou em vários militantes feridos e um PM morto. Esse fato ficou marcado e conhecido como “Conflito da Praça da Matriz” (LERRER, 2003).

Movimento, pois achava que não poderia abandonar a casa que tinha recém construído com seu marido no lote do seu sogro para morar “embaixo da lona preta”. Assim ela acabou voltando para a casa até que o marido a convenceu a acampar, dessa vez para fazer parte da organização das mulheres que se formava no acampamento. Isso fez com que ela se sentisse importante para o Movimento, e a motivou a permanecer no acampamento e se engajar na luta, conforme relato da mesma:

Ele [o marido] brigava comigo dizendo que eu tinha que ficar [no acampamento], mas quem tinha coordenação na cabeça era ele, não eu. Ai eu fui pra casa, depois de uma semana ele foi me buscar e disse que não ia ficar sozinho. E aí eu já fui pra coordenação das mulheres e comecei a querer gostar, comecei a ajudar. No início eu fazia muito pouco, sempre encolhida, porque eu tinha medo de falar. Hoje não tenho mais medo de falar, mesmo sabendo que eu falo errado eu não fico calada, meu português é esse. (Margarida)

Depois de 3 anos e 7 meses acampada com o marido e três filhos, Margarida e sua família foram assentadas na região metropolitana de Porto Alegre. Desde o acampamento, ela se manteve mobilizada, participando de atos públicos e ocupando espaços de direção, atualmente faz parte da direção estadual do Movimento: *“Eu sempre tive na coordenação do acampamento e do assentamento também, e hoje tô na direção estadual do Movimento. Eu sempre fui mais da direção estadual que coordena a região, que nós fazemos parte em duas pessoas, eu e mais um companheiro homem”*. Margarida destaca ainda que não conseguiu estudar e terminar o ensino fundamental, mas que aprendeu muito *“na vida e na prática da luta”*.

Natural de Ronda Alta, região noroeste do Rio Grande Sul, Clara é filha de agricultores familiares e, conforme relato, precisou buscar alternativas fora da propriedade do pai: *“Nós era em 7 irmãos e morava no interior, o meu pai tinha só 12 hectares de terra então nunca ia dar pra 7 filhos viver disso e se manter, então cada um tinha que achar sua saída”*. Nessa busca por uma estratégia de reprodução social, Clara aos 17 anos decidiu morar na cidade, para estudar, mas como seus pais não podiam viabilizar sua permanência na cidade uma alternativa viável era morar e trabalhar na Paróquia. Durante o tempo que trabalhou na paróquia, Clara teve a oportunidade de cursar a faculdade de Pedagogia e simultaneamente se vinculava cada vez mais ao trabalho na pastoral da terra, com foco na luta pela educação no campo, foi através dessa luta que ela se aproximou do Movimento, naquele momento intimamente ligado à Igreja.

Então eu fiquei na paróquia nove anos e daí depois quando foi a ocupação da Anonni eu vim junto, porque lá na casa do meu pai nós tava em 3 que viriam junto pra ocupação, mas como eles tinha ainda certo medo e resistência em ir porque era uma comunidade de origem italiana e alemã que avaliavam que acampamento era coisa de vagabundo sem vergonha, aí na época eu lembro que eu dizia “não, eu vou junto com vocês e vou ficar lá”. Porque a paróquia me liberava, aí eu fiquei 2 meses permanente no acampamento, fui mais pra dar força pros meus irmão vir acampar também. Daí nesse período eu conheci o meu companheiro, com quem depois eu casei em 88, e daí sim eu vim morar já na Anonni, já na comunidade. (Clara)

Como relatado por Clara, através de sua vinculação com a Pastoral da Terra, ela foi para o acampamento da Fazenda Anonni com o objetivo de incentivar seus irmãos a se engajarem na luta e não em benefício próprio ou com intenções de permanecer. Após três meses ela voltou para a cidade onde continuou seu trabalho na Pastoral e como profissional na área de pedagogia, retornando à Fazenda Anonni já depois de casada quando ela e seu marido foram assentados na primeira área desapropriada da Anonni. Foi a partir daí que ela passou a se inserir e atuar de forma mais orgânica no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, acompanhando seu marido que era uma das lideranças do Movimento.

Quando eu tava casada aqui, o meu companheiro era da coordenação nacional, aí nós fomos morar lá pra São Paulo, fiquei pra lá uns três anos, aí eu trabalhava na secretaria nacional, ajudava nos serviços gerais e na organização dos materiais do trabalho de formação, já fui um pouco me envolvendo nisso. E aí quando voltei pro estado eu entrei pro setor de formação. Eu voltei na época que nasceu o meu filho mais velho que já faz 28 anos, e nessa época eu trabalhei por anos no setor de formação, ficava aqui no assentamento mesmo. Às vezes eu ainda saía, mas só até que nasceu meu outro filho, porque daí quando ele nasceu eu já fiquei mais interna no assentamento, na cooperativa [Cooptar²⁷]. (Clara).

Como relatado, Clara passou a trabalhar de forma orgânica no MST quando casou e foi morar no assentamento. Entretanto, mesmo não sendo “orgânica” é importante destacar que ela nunca se ausentou da luta pela terra, pois sempre manteve vínculo com a Pastoral da Terra, auxiliando especialmente nas questões referentes à educação nos acampamentos e assentamentos. Casada com uma importante liderança masculina do Movimento, um dos fatores que limitou a dedicação e participação de Clara na militância a nível nacional no MST, foi a maternidade. Ainda assim ela sempre se colocou à frente enquanto liderança do assentamento e da cooperativa a qual faz parte (a Cooptar).

Outra entrevista da nossa pesquisa, aqui denominada como Simone, é natural do município de Ronda Alta e também filha de pequenos agricultores. Simone conta que a sua

²⁷ A Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Cooptar), fundada em 1990 no Assentamento 16 de março, um dos assentamentos que compõe a área desapropriada da antiga Fazenda Anonni. Atualmente 14 famílias trabalham nas atividades produtivas desenvolvidas na COOPTAR, que envolvem as esferas da agricultura, pecuária e agroindústria.

família era pequena, composta apenas por ela e mais uma irmã, e que o seu pai incentivava que as duas focassem nos estudos.

O Pai sempre quis que a gente estudasse, e naquela época estudar era raro né. A gente seguiu os estudos, mas nunca a gente se desligou da terra, da agricultura. Éramos pequenos agricultores, pouca terra. Depois minha irmã foi para área da saúde, e eu me formei professora. Mas aí casei com filho de pequeno agricultor que vinha também de uma família com pouca terra mas bastante filhos. Aí nós viemos morar com o meu pai, onde a gente ficou de 1975 quando casamos até 1981, a gente ficou morando na casa do pai e trabalhando junto com o pai na lavoura, porque não tinha outra terra.

Simone relata que sua família sempre frequentou a igreja católica e que após o casamento, ainda enquanto morava nas terras do seu pai, ela e seu marido frequentavam juntos os encontros organizados pelas Comunidades Eclesiais de Base e foi a partir daí que ela começou a participar das ocupações de terra, em um processo anterior à consolidação do MST:

Já em 77 e 78 nós começamos a participar das CEBs, no município de Ronda Alta junto com o padre Arnildo Fritz. Aí já vivenciamos o conflito na área indígena de Nonai e Planalto onde os indígenas expulsaram os colonos sem terra daquela região, e todos aqueles conflitos que depois em 79 aconteceu a ocupação da Macali e da Brilhante. Quando aconteceu a ocupação na Macali nós estávamos no Primeiro Encontro Estadual das CEBs no município de São Gabriel, então nós começamos pela igreja a nos organizar em grupos mais de esquerda. Aí em 1981 a gente acampou na Encruzilhada Natalino, em 1983 fomos assentados.

Desde a primeira ocupação Simone buscou participar ativamente das mobilizações e mesmo depois de assentada continuou na luta, com foco especial na questão da educação que é a sua área de formação. Simone se tornou uma das protagonistas na construção da educação libertadora proposta pelo Movimento Sem Terra em consonância com o Instituto Paulo Freire²⁸. Mas concomitante à luta pela educação nos acampamentos e assentamentos (que também era um dos principais interesses das mulheres do MST naquela época), Simone participava da organização das mulheres:

Eu sempre fui ligada à educação, mas também participei na organização das mulheres desse tempo, nós tínhamos muita dificuldade porque era sempre os últimos pontos de pauta e aí não sobrava tempo pra debater.

Toda sua história de luta foi construída junto com a família, pois o marido também era militante e os três filhos segundo ela “nasceram e cresceram na luta”. Enquanto liderança

²⁸ O Instituto Paulo Freire é uma instituição que assume como missão “educar para transformar”, seguindo os princípios do legado Freiriano, buscando promover uma educação emancipadora, com vistas à transformação social.

Simone conta que nos últimos seis anos ocupou cargos na executiva e também na direção estadual do MST, sempre vinculada ao setor de educação. Hoje ela é Coordenadora do Instituto Educar, uma escola de ensino técnico e superior administrada pelo MST.

Pela apresentação das entrevistadas, percebe-se que cada uma tem uma origem e uma história diferente e se aproximaram do MST de maneiras distintas, por diferentes motivações. Essas mulheres, cada uma a seu modo, foram se estabelecendo enquanto referências no MST. Dandara explica que desde o início de sua vinculação com o MST tinha o intuito de trabalhar com as mulheres, pois já se identificava com a pauta feminista: *“a minha mãe diz que desde a barriga eu já era feminista”*. Durante a sua militância se dedicou especialmente ao Setor de Saúde, do qual foi coordenadora, e ao Setor de Gênero que atualmente coordena em nível estadual. Seguindo uma trajetória diferente, Alexandra iniciou suas atividades no Movimento pela área administrativa, trabalhando na secretaria do MST estadual e posteriormente na Secretaria Nacional, em São Paulo e no escritório nacional em Brasília. Além da parte administrativa Alexandra circulou por vários setores do MST, conforme ela coloca:

Trabalhei no setor de projetos e finanças aí depois eu fui para a área de projetos só internacionais, aí 8 ou 7 anos coordenando projetos em São Paulo, e na sequência 5 a 6 anos no setor de produção, mais com esse olhar para a agroindústria que nós organizamos no movimento. E a partir de dezembro pra cá o setor de gênero.

Rosa, por sua vez, se vinculou ao Movimento já com o trabalho técnico na produção orgânica, e enquanto militante também trabalhava na mobilização de pessoas da periferia para a formação de acampamentos. Ela se estabeleceu como liderança no Assentamento ao qual reside e também já coordenou o Setor de Gênero. Atualmente Rosa está na coordenação do Setor de Produção, sendo a única mulher a integrar este setor.

Margarida se apresenta como uma mulher “sem estudo”, mas que se formou na luta. Companheira de luta de Roseli Nunes²⁹, com quem dividia a coordenação de mulheres do acampamento da Fazenda Anonni, ela destaca a importância de se fazer presente nos espaços e nos atos públicos, bem como a convivência com outras mulheres que se consolidam como exemplo e referência. Se faz presente nas instâncias do Movimento como liderança no assentamento em que vive e também na Direção Estadual.

A trajetória de Clara nos mostra como uma jovem rural que saiu do campo aos 17 anos em busca de um futuro, conseguiu concretizar uma formação profissional na cidade e ainda

²⁹ Roseli Nunes foi uma militante do MST assassinada em março de 1987 enquanto participava de uma manifestação contra a política agrícola do Rio Grande do Sul. Até hoje Roseli Nunes é considerada um símbolo de resistência e coragem na luta, especialmente para as mulheres do MST.

enxergou no MST uma oportunidade de constituir família e se reproduzir socialmente no meio rural. A experiência de Clara no trabalho com a Pastoral da Terra, bem como sua formação acadêmica, foram pontos importantes para que ela ocupasse cargos na Secretaria Nacional do Movimento e posteriormente no Setor de Formação do mesmo. Sua história demonstra ainda uma das principais dificuldades enfrentada pelas mulheres que desafiam ocupar cargos políticos no Movimento: a conciliação entre militância e maternidade. Nesse sentido, Clara é uma das mulheres que idealizou e concretizou no MST o espaço da Ciranda Infantil, que será melhor abordado em momento posterior desse mesmo capítulo.

3.3 “A GENTE BRIGOU POR ISSO E HOJE A GENTE TEM RESPEITO”³⁰: RECONHECIMENTO E LEGITIMIDADE DAS MULHERES NO MST

O processo de autoafirmação das mulheres como sujeitos de direitos sociais e políticos vai na contramão da histórica submissão feminina. Siliprandi (2009) ressalta que os homens (marido, filhos, técnicos, lideranças) sofrem um processo de estranhamento ao perceber as mulheres rompendo a lógica patriarcal e indo além do espaço privado ao qual foram habitualmente relegadas. Segundo essa autora, o estranhamento e a resistência dos homens à decisão das mulheres de atuarem politicamente forçam-nas a utilizarem diversas estratégias de autoafirmação. Como um canal de fortalecimento e empoderamento das mulheres, movimentos sociais como o feminista, se constroem a partir de identidades e interesses comuns, onde as mulheres se sentem a vontade para se mobilizar contra uma situação opressiva (SILIPRANDI, 2009). Nesse processo de estranhamento da mulher enquanto sujeito político, é comum que os homens tentem ignorar ou desconsiderar a opinião das mulheres nos espaços. Corroborando com o indicado pela bibliografia, as entrevistadas dessa pesquisa afirmam que no início da organização das mulheres, a maioria dos homens do MST não acreditavam na capacidade das mulheres de argumentar, discutir e apontar algum direcionamento político para o Movimento. Elas explicam que, durante as reuniões ou assembleias, mesmo que o discurso fosse de “equidade” as falas das mulheres, na grande maioria das vezes, eram desrespeitadas e ignoradas na hora de tomar alguma decisão sobre a organização do Movimento. Sobre isso, Alexandra comenta:

A reação dos homens era desde os que tinham mais sensibilidade até os mais patrolão né, que queriam passar nós na patrolada. Aí nós se preparava, treinava o

³⁰ Fala de uma das entrevistadas dessa pesquisa, Margarida, afirmando que depois de muita luta elas conseguiram respeito dos companheiros dentro do Movimento.

que ia falar. Era duro assim... porque nós queria sempre ganhar né, e independente da palavra que se falava se gaguejasse, Huum... Deus me livre! Já diziam: “Não sabe falar”!

O discurso de que a fala das mulheres era considerada como menos importante do que a fala dos homens é unanimidade entre as mulheres, elas comentam, inclusive, que sentiam ter suas ideias “roubadas” por companheiros que defendiam de forma mais incisiva e ganhava os créditos por isso. Entretanto, todas também reconhecem que esse cenário foi se modificando, através da luta diária das mulheres, e que hoje se sentem mais respeitadas:

No início era difícil, lá em 88 que a gente já era assentada há mais de um ano, nós ia pra reunião muitas vezes a gente falava e parecia que a fala da gente, a proposta não valia... Eu me senti mal muitas vezes e fiquei insistindo, por isso digo que tem que insistir, não é virar o cocho. Quando tu acha que não tá sendo respeitada tu não tem que romper, tem que continuar insistindo. Porque a proposta era minha, mas o companheiro falava e enfeitava mais a proposta aí passava a proposta do fulano lá, não da fulana. Porque a questão do homem sempre era mais forte. Hoje eu posso dizer que não é mais assim, porque nós conseguimos esse espaço através da nossa organização, do nosso trabalho e do que nós mostramos que somos capazes de fazer. (Margarida)

O fato da autoridade e reconhecimento estar centrado na fala masculina nos remete à noção de *capital simbólico* e *poder simbólico* de Bourdieu. De acordo com o sociólogo, quem possui o capital simbólico tem o poder simbólico de impor às outras pessoas a sua visão. Esse poder depende da “autoridade social adquirida nas lutas anteriores” e se constitui como sendo o “poder de fazer as coisas com palavras” (Bourdieu, 1990, p. 166). Como historicamente foram os homens que apareciam como lideranças nos espaços públicos e políticos, é geralmente a eles que se atribui a autoridade social e se confia a tarefa de ser porta-voz de determinado movimento, como é o caso do MST. Importante ainda ressaltar que o capital simbólico não se constitui apenas nas palavras, mas também na maneira de se vestir, agir e se comportar. Em cartilha mais recente do Setor de Gênero é identificado qual a posição social das mulheres nos anos iniciais do MST:

Combinavam a intensa jornada do trabalho doméstico com a dor, o amor e a tarefa de linha de frente na contenção dos conflitos. Algumas poucas participavam das reuniões, tomavam a palavra, com a calça e a blusa larga, que nem sempre eram de suas escolhas, mas uma espécie de senha, necessária para serem ouvidas e respeitadas como militantes e não assediadas e desejadas como objeto sexual. (MST, 2017. P. 08)

Na fala da entrevistada Margarida, reproduzida anteriormente, ela fala sobre a importância da “insistência”, e de não “virar o cocho” (expressão usada para representar

desistência ou rebeldia, rompimento) quando se trata das mulheres terem a voz reconhecida e legitimada nos espaços de decisão do Movimento. Mobilizadas as mulheres resistem e se fazem presentes nos espaços demonstrando que também são sujeitos políticos e precisam ser reconhecidas como tal. Esse comportamento se configura como uma resistência, e uma não aceitação de que só as vozes masculinas são válidas, o que de certa forma enfraquece a força do poder simbólico exercido pelas lideranças masculinas e contribui para uma mudança na figura da “autoridade social”, pois como indica Bourdieu (1996, p.95):

A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede.

Apesar das dificuldades para se afirmarem nos espaços políticos do Movimento, as mulheres resistiam e persistiam na auto-organização interna, sempre se preparando para os espaços mistos onde as relações de gênero e poder ficavam acirradas. Nesses espaços as mulheres precisavam colocar suas pautas e enfatizar a importância de sua participação para as ações do Movimento como um todo. É consenso entre as mulheres entrevistadas que o conjunto do MST passou a respeitar mais e considerar a força da militância feminina de outra forma após a ação desenvolvida pelas mulheres da Via Campesina (com protagonismo das mulheres sem terra) na empresa Aracruz Celulose, em 2006. Como relatam:

Na questão, principalmente, de firmar as mulheres enquanto lideranças aptas como qualquer homem, foi muito a partir de 2006, quando teve aquele primeiro 08 de março, onde **as mulheres fizeram lutas sozinhas**, fizeram uma luta forte num período que o movimento tava muito adormecido com relação a isso. [...] [o ato na Aracruz] mostrou a força e a capacidade de organização e resistência, e aí hoje na verdade, as mulheres tem uma tendência de fazer lutas bem mais fortes e de terem mais resistência nas lutas do que os homens, na verdade sempre foi assim, só que nunca ficou visível e declarado, aí **no momento que fizeram luta apenas as mulheres**, desencadeou um processo dentro do movimento, que foi esse de valorizar o 8 de março como um dia de luta dentro do calendário, de refletir essa questão da violência, que começa com as reflexões das nossas violências internas da organização mesmo, mas também pra essa violência maior do capital. E as mulheres acabaram recolocando o MST de novo enquanto movimento de luta e resistência permanente, até o olhar internacional. (Rosa)

No MST nós hoje temos uma militância feminina que determinou os rumos do movimento. A Jornada de 2006 ali da Aracruz celulose ela foi determinante, ela colocou a luta de classes e a luta do campo em outro patamar, em outro nível, e isso não é pouca coisa. E hoje parece que aquele momento ele se faz necessário hoje, pra gente se reposicionar frente a essa disputa de projeto e é de classe mesmo, é de projeto. (Alexandra)

O fato de as mulheres “sozinhas” como destacam as entrevistadas, pensarem, articularem e executarem uma ação política que deu visibilidade internacional para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é um fato marcante para a participação política das mulheres no MST ser mais incentivada e respeitada pelo conjunto do Movimento. Uma ação desse nível demonstraria que as mulheres estão de fato preparadas para a luta pela terra e por um novo projeto de sociedade. Sobre isso as entrevistadas afirmam que além da resistência e “teimosia” que seriam “próprias das mulheres”, é fundamental que as mulheres passem por um processo contínuo de formação: *“Atrás disso tu tem que ter formação! Tem que se formar! Porque quem é que se destacou? Quem leu, quem se forma, quem estuda”* (Dandara). Nesse mesmo sentido, Alexandra também ressalta a importância da formação e de se fazer presente nos espaços:

Agora tem um fator que ele não é só pra nós, é pra todo mundo, que é “a informação é poder”. E pra tu ter a informação tu tem que tá no espaço, tu tem que ficar junto, tu tem que acompanhar. Então nós mulheres do MST a gente se deu conta disso, que quanto mais a gente participa, quanto mais está nos espaços você tem a informação. Então o que era gaguejar, hoje tu não gagueja porque tu tem a informação, tu tá num conjunto em todas as áreas... É na relação com a sociedade, em todas as áreas e os ambientes que o MST se relaciona e convive estão as mulheres, então nós temos mais poder porque temos mais informação e isso nos empodera e nos dá segurança. [...] Quanto mais você está presente no processo, mais segurança você tem, mais informação que te dá o poder pra passar adiante e dirigir o processo. E ao longo da história nós mulheres estivemos muito ausentes. Talvez não nos damos conta de que essa formação nossa era fundamental pra gente se empoderar mais, do ponto de vista do poder da palavra, da fluência.

Além de enfatizar a importância de acompanhar e participar dos espaços políticos do Movimento, Alexandra chama atenção, ao citar “essa formação nossa era fundamental”, para um período histórico posterior a década de 1990, em que o Movimento atentou para a importância da formação acadêmica dos militantes e então as mulheres tiveram a oportunidade de cursar o ensino superior.

Tem um fator muito importante que houve na década de 90 em que o movimento decidiu que o estudo era o grande valor e aí trabalhava-se os diversos valores né, e aí todo mundo estudando. Dizia-se que “militante, revolucionário é aquele que pega um livro e lê e estuda, termina o segundo grau, entra em faculdade, vai pro mestrado, pro doutorado”... e foi ali que o movimento se espalhou em todo país e deu esse avanço na constituição do programa que é o PRONERA, as políticas públicas, as escolas de agroecologia, o Iterra... e aí as mulheres foram estudar! E o primeiro curso foi na Unijuí, curso de “Pedagogia da Terra”! Ali foi o despontar das mulheres... quem foi estudar? 99% foram mulheres! E cada vez mais e mais e o curso de pedagogia era o que mais vinha por causa das escolas, era uma demanda real e as mulheres foram estudar. Enquanto os homens dirigiam o movimento em sua maioria, as mulheres ocuparam o espaço do conhecimento, o latifúndio do conhecimento. Esse período histórico que nos foi dado, as mulheres saíram de

dentro de casa e foram estudar e isso nos credenciou do ponto de vista que nós começamos a estudar e fomos se empoderando no verbo, no conteúdo. Então aqueles homens que estavam liderando na instância tinham mais dificuldade de fazer uma leitura da realidade, interpretar, ler um livro com rapidez, fazer a síntese, ter intervenção... as mulheres começaram a intervir nas instâncias com qualidade, com mais segurança. (Alexandra)

É interessante observar na fala citada acima que, as mulheres foram estudar justamente porque, em sua maioria, não tinham tarefas políticas importantes no Movimento, entretanto, a formação acadêmica serviu para preparar essas mulheres para ocupar os espaços que antes lhes era negado. Com a formação acadêmica as mulheres se sentiam mais preparadas para intervir nos espaços, o status de “formada” ajudou para que muitas perdessem o medo de “falar errado” em público. Dessa forma as mulheres foram se fazendo mais presente, suas falas qualificadas iam ganhando respeito entre os companheiros e elas se sentiam mais seguras para ocupar cargos de direção.

A formação militante não se restringe à formação acadêmica, mas está diretamente relacionada à participação ativa nas lutas encampadas pelo movimento e nos espaços de formação proporcionados nos acampamentos e assentamentos, o que o MST chama de “formação de base”. Margarida, que não chegou a concluir o ensino fundamental conta da importância das mulheres estarem nas lutas para se construir enquanto sujeito político e “perder o medo” de falar.

As mulheres eram muito importante nessa luta [nos atos públicos que aconteciam na cidade], tinha que tá junto. Sempre as mulheres são mais reprimidas, tem aquele medo de falar, e isso a gente foi aprendendo e fomos se destacando, nós mulheres, foi na luta, na prática, fazendo a prática da luta. (Margarida)

Nesse sentido, é importante que as mulheres sigam o repertório já estabelecido no Movimento de participar da linha de frente dos atos públicos, pois, ainda que não se reconheçam enquanto sujeitos políticos internamente nas decisões do MST, esse processo faz com que elas seja vistas e funciona ainda como um pontapé inicial para que iniciem sua formação militante.

Na peleia, na hora de ir pra luta muitas vezes ainda se reforça isso das mulheres ir na frente com as crianças, mas também as mulheres estão se despontando e nas reuniões estão conseguindo esse espaço. Eu vejo por exemplo no nosso grupo da direção do movimento nós temos as companheiras que batem boca de taco a taco com os homens, não tem essa distinção porque as mulheres tem a mesma firmeza em dizer por onde é o caminho e isso foi da própria organização das mulheres como gênero, mas tem muito ainda a ser melhorado. (Clara)

O fato das mulheres saírem do espaço privado (de suas casas) e estarem nas ruas, em atos públicos, lutando por uma causa e convivendo com outras mulheres na vivência da luta já caracteriza um rompimento com a lógica patriarcal e é a partir daí que elas iniciam a formação militante, participando de cursos de formação, reuniões entre as mulheres, experimentando um mundo que é tradicionalmente restrito aos homens. Esse trabalho de incentivo à participação das mulheres e o processo de formação dessas é um contínuo, como ressalta Margarida:

As mulheres ainda são muito patriarçadas, esse negócio é muito forte ainda porque essa questão de sair de casa pra formação é muito importante e nós temos que estar sempre nos formando e sempre recomeçando com nossas mulheres, porque as mulheres são as primeiras que vão ficar em casa, e os homens sempre vão sair. E a mulher se empodera é na prática, tem que sair, a formação e a educação vem da prática. (Margarida)

Como pontua Siliprandi (2009), essas mulheres, ao se organizarem nesses movimentos e se colocarem na cena pública, conseguem refazer a própria história e a história do movimento, bem como vão se construindo como “novos sujeitos” e re-configurando as relações sociais na família e na comunidade. Além disso, conseguem reelaborar e colocar na prática os discursos dos movimentos a que pertencem na medida que vão se constituindo como lideranças.

3.4 MULHER, MÃE, ESPOSA, AGRICULTORA E... MILITANTE: DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.

Conforme apontado por Bourdieu (2009), as estruturas da divisão sexual estão presentes no *habitus* de todo ser social, e o reconhecimento da dominação se dá pela força simbólica das estruturas da dominação, que fazem com que a estrutura de dominação masculina se mantenha e seja reproduzida, por homens e mulheres, e não tem a ver com a vontade particular dos indivíduos. Romper com essa estrutura de dominação é um desafio diário e contínuo para as mulheres, e ainda que o discurso seja de que não existem restrições para a participação de mulheres nas instâncias políticas do Movimento, os mecanismos que privilegiam a participação masculina tendem a prevalecer.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres que se desafiam a participar das atividades políticas é conciliar a tarefa militante com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos e do marido, visto que na grande maioria das famílias a divisão sexual do

trabalho, em que a mulher é a principal responsável pelo cuidado da casa e da família, ainda se reproduz. Conforme nos relata a entrevistada Clara:

Eu vejo aqui na região nossa que nós temos muita dificuldade em conseguir fazer com que mulheres ajudem a assumir na direção porque as mulheres se sentem com o compromisso de assumir as coisas da casa e da família e pros homens parece que é mais fácil eles assumir e sair. Não é porque as mulheres preferem ficar em casa, mas é porque é sempre mais difícil pra mulher conseguir sair. Porque os homens simplesmente dizem que tem que ir numa reunião e eles já tão prontos pra sair, até porque muitas vezes essas coisas vem em cima da hora e as mulheres tem que ter o mínimo de planejamento pra sair de casa, tem que se organizar, tem que ver quem vai assumir o posto dela, seja na família ou no trabalho. (Clara)

Sabe-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho implica geralmente na duplicação da jornada de trabalho dessas mulheres. Da mesma forma, a inserção das mulheres no espaço político significa que esta é “mais uma” entre tantas responsabilidades que estes sujeitos já assumem. A divisão sexual das tarefas e das responsabilidades dentro da família fica evidente quando se percebe que em uma reunião com homens não se prevê nem se espera a presença de crianças, enquanto que em uma reunião com mulheres as crianças sempre se fazem presente, porque de acordo com o papel social estabelecido, cabe às mães cuidar de seus filhos.

Nessa história de ir pra reunião, quem tinha que levar os filhos era a mulher, não era o homem. Meu companheiro nunca ia pra reunião com os meninos, mas se eu quisesse participar das atividades eu tinha que levar eles comigo, então eu tinha que me sujeitar. (Clara)

Foi a partir dessa realidade, em que as mulheres tinham dificuldades de participar das atividades após se tornarem mães, que surgiu a ideia da ciranda infantil do MST, um espaço educativo que ocorre em paralelo às atividades do Movimento, onde as crianças ficam sob os cuidados de educadores do próprio MST. De acordo com Bihain (2001) a proposta da ciranda infantil surge através de uma reflexão do setor de educação do movimento, para que as crianças tivessem um espaço onde pudessem “fazer coisas de criança” sem serem advertidas por estar “atrapalhando” alguma discussão ou reunião e também para que as mães tivessem a possibilidade de manter o foco e a atenção nos cursos, reuniões ou plenárias que participassem com a segurança de que seus filhos estariam sendo cuidados.

Além das responsabilidades domésticas as mulheres também têm tarefas produtivas nos lotes ou nas cooperativas, e também isso precisa ser conciliado com a militância quando a mulher assume algum cargo de direção, é o que nos relata Rosa:

Tu fazer militância, tem que fazer como escolha de vida, porque um movimento do porte do MST, ele te suga totalmente, e mesmo assim, a gente tem que dar conta de fazer militância, tocar o lote, a produção, eu, por exemplo, produzo semente pra Bionatur, antes de vir pra cá eu tive que semear o canteiro, pra dar tempo de pegar lua boa, bem certinho, pra pegar o ônibus pra vir pra Porto Alegre, tudo cronometrado. Agora quando eu voltar final de semana, eu tenho dois dias pra poder transplantar tudo as mudas, pra poder voltar pra Porto Alegre, então esse é o ritmo... e os filhos foram criados nesse bolão, quando eram pequenos eu trazia junto, agora eles ajudam a tocar o lote e tão sempre participando das mobilizações. (Rosa)

Como as cooperativas de produção à qual algumas mulheres pertencem são cooperativas do próprio Movimento, existe o entendimento de que as mulheres e homens que assumem tarefa de direção ficam “liberados” do trabalho na cooperativa quando necessário. Esse é o caso da Alexandra, que afirma: “eu sempre fui liberada da cooperativa e desde o início eu tomei essa decisão no movimento [de assumir cargo de direção]”. Para Alexandra, a militância é uma decisão pessoal onde cabe ao sujeito aceitar ou não as tarefas propostas pelo Movimento. A opção e aceitação pessoal da militância apontada por Alexandra, nos remete à ideia de sujeito trazida por Touraine (2007, p.43) ao colocar que, ao se afirmar enquanto sujeitos “as mulheres se colocam diante delas mesmas com um olhar que percebe e avalia o que elas são, partindo da consciência delas mesmas e daquilo que elas querem ser”. De acordo com Touraine (2007), forjar-se enquanto sujeito parte do “desejo de ser ator” e implica num encontro do indivíduo consigo mesmo, podendo inclusive ir contra leis sociais ou papéis pré-estabelecidos.

A entrevistada Alexandra declara que ainda encontra “certa facilidade” para cumprir as tarefas da militância, pois é liberada pelo Movimento das suas atividades na Cooperativa a qual pertence. Entretanto, quando não é o caso de liderança a nível estadual ou nacional as mulheres seguem conciliando suas tarefas na produção com as tarefas militantes e as tarefas domésticas, e esse fator é por vezes desconsiderado pelas lideranças masculinas quando organizam as atividades do Movimento.

A construção social sobre o papel e o espaço da mulher, que foi sempre o espaço privado e o papel do cuidado e da reprodução da família é ainda algo muito forte na nossa sociedade, e também entre as famílias vinculadas ao MST. A tarefa de cuidar da casa, dos filhos e do marido acaba por vezes impedindo que a mulher participe efetivamente das discussões políticas. Por isso é importante pontuar que não basta o discurso de que as mulheres podem participar, é preciso criar condições para essa participação e, além disso, é preciso que se construam novas relações de gênero dentro da família.

3.5 O SETOR DE GÊNERO: UMA FORMA DE TORNAR ORGÂNICO O DEBATE DE GÊNERO NO MST

Após contínua mobilização e organização das mulheres no MST, o Movimento entendeu que o debate sobre a construção de relações de gênero mais igualitárias deveria ser uma questão a ser estendida para o conjunto do Movimento, e não apenas restrita a grupos ou coletivos de mulheres. Nessa perspectiva foi criado o Setor Gênero:

A criação do Setor de Gênero, assim como suas linhas políticas³¹, foi aprovada no Encontro Nacional realizado em Goiânia, em 2000, se constituindo num marco importante, que demonstrou um avanço efetivo no debate das relações de gênero, entendendo que em um movimento misto o avanço só é real se for para todos, e que, por isso, o debate não poderia estar restrito aos coletivos de mulheres, mas integrar organicamente o Movimento. (MST, 2017. P.16)

A incorporação do debate de gênero no MST concretizada com a criação de um setor específico para tal é resultado da organização e mobilização das mulheres e demonstra um grande avanço do Movimento no sentido de tornar esse debate orgânico, institucionalizado. É interessante destacar que no surgimento do setor o principal objetivo era garantir a participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão, colocando também essa responsabilidade (de garantir a participação feminina) para os homens que estavam nas instâncias, o que superava o discurso de que “*o espaço deveria ser conquistado pelas mulheres*”.

Em 2000, o debate do Setor de Gênero do MST trazia como desafio a construção de novas relações de gênero, vinculadas às relações de poder. A concepção de composição do setor era garantir a presença de mulheres e homens, desde a nucleação de base, até o setor nacional. A participação conquistada no período anterior à constituição do setor, deveria se traduzir em participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão e os homens deveriam ajudar a construir isso, estando nesta instância. (MST, 2017. P. 09)

A constituição do Setor de Gênero foi uma ferramenta importante para garantir a incorporação e participação das mulheres nas instâncias e nos espaços de formação promovidos pelo Movimento, entretanto isso se deu de forma gradual, conforme registrado na cartilha do setor:

³¹As linhas políticas de um setor se propõem a dar o direcionamento às ações que serão desenvolvidas por este, de como será construído internamente na organização, estando presentes na sua elaboração os rumos estratégicos e táticos a serem alcançados. (MST, 2017. P.16)

O Setor de Gênero avançou na aprovação das linhas políticas e na luta pela efetivação dos 50% de mulheres nos cursos, nos encontros, nas instâncias de base, mas faltava um importante espaço de decisão: a Direção Nacional. E em 2006 veio tudo de uma vez! Veio os 50% na DN, a perspectiva feminista e também uma profunda inquietação das mulheres com as mudanças na natureza da luta, a reestruturação produtiva do capital, a hegemonia do agronegócio e da mineração, a contraditória relação com o governo neodesenvolvimentista que era parte da aposta tática da estratégia dos anos 80 e os debates por autonomia econômica e política. (MST, 2017. P. 10)

A partir do trecho citado acima se percebe que o interesse das mulheres com o setor de gênero não se limitava ao que se denomina de “questões de gênero” ou “pauta de mulheres”, as mulheres discutiam e interferiam, organizadas no setor, em pautas gerais de importância para o conjunto do Movimento. Mas, o central da discussão inicial era, como já mencionado, a participação efetiva das mulheres no Movimento. As pautas do setor e método de trabalho foram se modificando ao longo do tempo, até que se chegou ao que é o setor de gênero hoje: um setor onde se trabalha a questão da auto-organização interna e formação das mulheres, o debate de gênero com os homens, e a questão LGBT, como nos retrata Alexandra, nossa entrevistada que atualmente coordena o setor de gênero estadual:

O setor antes ele era gênero focado só no trabalho com as mulheres, organizar as mulheres e empoderar as mulheres, mas hoje o MST tem condições de trabalhar com três frentes no setor, muito bem organizadas e distintas. **A LGBT** é uma frente que aqui no RS já é a segunda atividade que eles fazem, no nosso encontro estadual teve uma bela intervenção com muita gente que a gente nem imaginava, muito boa. Aí vem **a frente das mulheres**, que são os trabalhos específicos com as mulheres e tem **a frente dos homens**, que é onde nós vamos iniciar o trabalho de gênero com os homens. A composição dessas três frentes é que constitui o setor de gênero hoje. (Alexandra)

A composição do setor de gênero por essas três frentes representa a insistência no esforço de construir novas relações no movimento e nas famílias, através da frente de trabalho com os homens, e a importância dada ao processo de formação e organização interna das mulheres, através da frente de trabalho com as mulheres. O que há de novo é a frente de trabalho LGBT, que representa um grande avanço e interesse do movimento em debater um tema considerado tabu entre a população do campo, mas que é percebida como extremamente necessário para a construção de relações de gênero mais justas e igualitárias. Esse é mais um fator que demonstra o quanto a organização das mulheres pode acrescentar para o Movimento como um todo, o setor de gênero, constituído e dirigido por mulheres tem trazidos muitos avanços para o MST, para além da melhoria nas relações de gênero, seja através da formação e inserção de novos quadros políticos, seja na organização de atos públicos que dão

visibilidade para o movimento, seja na promoção de debates importantes presentes na sociedade, como a causa LGBT.

Organicamente o Setor de Gênero foi sendo conduzido de cabo a rabo, fio a pavio, por mulheres e isso já não incomodava mais. Fomos organizando grupos produtivos de mulheres nos assentamentos; pautando o tema da violência como política pública, mas também dentro do Movimento nas suas diferentes dimensões; aprofundamos os estudos de feminismo e marxismo, e a importância de demarcar um feminismo camponês e popular (em debate, construção); fomos organizando intervenções em espaços internos; criando condições políticas para participação efetiva das dirigentes; projetando mulheres para assumir os grandes temas nos encontros; escrevendo nossa história e valorizando a memória das companheiras que forjaram a Organização; garantindo os espaços de auto – organização e as assembleias das mulheres e muitas outras coisas. (MST, 2017. P. 10)

O setor de gênero se consolidou e constitui hoje o que se tem de mais concreto para garantia dos direitos das mulheres no MST, representa o debate de gênero orgânico no Movimento, as mulheres na organicidade, fazendo a luta, pautando suas questões, discutindo, se formando e ganhando visibilidade.

3.6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

As mulheres do MST, por se engajarem em um movimento social misto, precisam disputar cotidianamente seu espaço, reconhecimento e legitimidade dentro movimento, pois este não é isento das relações de opressão de gênero presentes na sociedade como um todo. Nesse estudo, percebemos que o MST foi evoluindo ao longo do tempo com relação à equidade de gênero nos postos de direção, muito devido a pressão e mobilização das mulheres que compõem esse movimento. É interessante perceber como as mulheres ao se organizarem e disputarem espaço dentro do MST tem conseguido transformar as situações de opressão e subordinação, e como podem ser articuladas as pautas dos movimentos sociais rurais e do movimento feminista, superando então o preconceito apontado por Siliprandi (2009), de que “agricultoras são sempre submissas ou de que as propostas do feminismo não tem nada a dizer aos movimentos rurais”.

As lideranças entrevistadas apresentam experiências de vida distintas, tanto com relação à forma como se aproximaram e se inseriram no Movimento, quanto à formação escolar/acadêmica, quanto à composição familiar e envolvimento e apropriação do debate feminista. Entretanto, essas mulheres enfrentam desafios similares para conseguirem se afirmar enquanto sujeitos políticos e obter respeito e reconhecimento dos homens que compõem o Movimento, e é essa similaridade – a opressão de gênero – que as une. Sobre

isso, Touraine (2007) comenta que, após longo tempo relegadas à subjetividade as mulheres almejam construir a si mesmas a partir de suas próprias experiências de vida. Nesse sentido, as mulheres do MST, ou ainda “o sujeito mulher sem terra” tem reivindicado o direito de construir a si mesmas e participarem ativamente da construção do Movimento ao qual pertencem, sem ser previamente definidas ou estigmatizadas pelos outros.

No alinhamento e similaridades entre as experiências de vida das militantes entrevistadas percebe-se que, não é só a identidade comum de classe que promove aproximação e mobilização das mulheres enquanto grupo, contrariando a noção unificadora de experiência apresentada por Thompson a partir do viés de classe. Como vemos na cartilha do setor de gênero:

Enxergar a classe trabalhadora, não como um bloco homogêneo, mas no movimento das contradições sociais que formam os sujeitos da classe, é desafio fundamental para qualquer Organização que se proponha a ser Instrumento Político. Na história das organizações populares, esses sujeitos sociais só foram notados, a partir de uma combinação explosiva de auto-organização e rebeldia, que só é possível quando forjada num processo de conspiração silenciosa, nem sempre organizada. (MST, 2017, p.09)

O MST é um movimento de classe, porém não é um movimento homogêneo, assim enxergar as contradições que ocorrem dentro dessa classe e reconhecer opressões internas é fundamental para que se construa novas relações, seja de gênero, raça ou geração. O confronto interno, o debate, e o questionamento sobre essas opressões ocorrem mediante uma identificação dos membros que pertencem a um mesmo grupo identitário (como é o caso das mulheres), identidades essas que, como aponta Scott, não são fixas, mas se constroem discursivamente através da experiência.

4 O FEMINISMO QUE NASCE DA LUTA PELA TERRA³²

Quando falamos em mulheres do MST é preciso considerar que se tratam de mulheres que se autodenominam camponesas, que compõem a agricultura familiar camponesa, modo de produção pautado na utilização de mão de obra familiar, o que inclui a participação das mulheres na produção. Cabe questionar qual é o “trabalho feminino” na produção camponesa e se existe a determinação de papéis de acordo com o gênero na hora da divisão do trabalho familiar. Sobre essa questão, Esmeraldo (2013) comenta que existe uma ordem moral instaurada no trabalho camponês que hierarquiza e diferencia o trabalho de homens e mulheres, nessa ordem o trabalho considerado produtivo é atribuído ao homem e é esse trabalho que tem visibilidade e reconhecimento e é o que constitui a autoridade masculina. Em contrapartida, o trabalho das mulheres é invisibilizado e, mesmo quando elas trabalham junto com os homens na produção, seu trabalho é considerado apenas como uma “ajuda”, sem o devido reconhecimento.

Se a participação das mulheres camponesas na produção para o sustento da família já se mostra limitada em termos de equidade de gênero, o cenário fica ainda mais desigual quando pensamos na participação das mulheres nos processos de decisão, sejam eles relacionados à produção, ao grupo social ao qual pertencem ou à própria família, conforme elucidado em capítulos anteriores dessa Tese.

As desigualdades de gênero em geral são combatidas pelos movimentos feministas em todo mundo. No Brasil, o debate feminista ganha força nos anos de 1970, mas emerge como um movimento composto majoritariamente por mulheres urbanas, brancas e de classe média, discutindo opressão de gênero sem recorte de classe social ou espaço social. Essa característica do próprio movimento feminista, somada aos esforços de instituições como o Estado e a Igreja em depreciar o termo “feminismo”, fez com que o termo “feminismo” causasse estranhamento a alguns grupos de mulheres, como é o caso das mulheres negras e das mulheres camponesas. O movimento feminista que ganhou força no Brasil não dava conta de discutir particularidades das mulheres camponesas, como por exemplo, a desigualdade no reconhecimento do trabalho familiar e as questões de direito à terra. Assim, as mulheres do campo, aqui especificamente falando sobre as mulheres do MST, que se organizavam e se mobilizavam para garantir direitos básicos e reconhecimento do seu trabalho o fazia, inicialmente, sem uma associação direta ao termo feminismo. É importante pontuar que,

³² Título em referência ao artigo “Que feminismo é esse que nasce da horta?” (PAULILO, 2016)

mesmo sem mencionar o termo feminismo e até com certo receio na sua utilização, as mulheres do MST exercem desde o início de sua organização a prática que podem ser caracterizadas como feministas, na luta contra subordinação feminina no campo.

Ao se aproximar da Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, a partir do final da década de 1970 e mais forte na década de 1980, o movimento feminista mais amplo encontra caminhos para uma aproximação com as mulheres do campo e a partir daí o feminismo ganha delineamento particulares se mostrando mais empático às questões que tocam as mulheres camponesas. Com o avanço do debate feminista no campo, as mulheres do MST tem cada vez mais se organizado para discutir as questões de gênero, lutando contra a subordinação e pelo direito à participação produtiva e política. Nesse sentido, nos deparamos com dois conceitos que parecem difíceis de serem convergentes: *feminismo* e *campesinato*. O campesinato, como um modo de vida e produção, é permeado de tradições e cultura que mantém a estrutura familiar hierárquica na qual as mulheres ocupam um lugar de subordinação. Por outro lado, o feminismo é um movimento social que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, um movimento que questiona inclusive a configuração clássica da família camponesa. Nessa aproximação entre “campesinato” e “feminismo”, duas coisas devem ser pontuadas: primeiro a vinculação dos movimentos sociais do campo brasileiro com a Via Campesina, que implica numa ressignificação do que é ser camponês e, segundo, a identificação das mulheres camponesas, inseridas em movimentos sociais do campo que são eminentemente classistas, com o feminismo socialista que se esforça em vincular questões de classe e gênero.

Partindo dessas considerações, com base nas entrevistas realizadas com as mulheres lideranças do MST já apresentadas no capítulo anterior, iremos discutir nesse capítulo as transformações pelas quais passou a categoria de campesinato e como esse termo é ressignificado pelos movimentos sociais. Comentaremos também sobre a importância da intersecção entre classe e gênero no debate das mulheres camponesas e como se dá relação das mulheres do MST com movimentos autônomos de mulheres rurais e movimentos feministas mais amplos, que auxiliam no processo de formação e de ampliação das pautas de luta das mulheres sem terra. Por fim discutimos como a luta pela terra e a luta feminista se entrelaçam e qual o envolvimento e a percepção das mulheres do MST sobre o emergente “*feminismo camponês e popular*”.

4.1 CAMPESINATO NO BRASIL³³: RECONFIGURAÇÕES E RESISTÊNCIA

Em sua obra sobre a questão agrária Kautsky (1986) reforça a ideia de que o sistema capitalista está ancorado em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Assim, o campesinato, classe que viabilizava sua reprodução por meio do trabalho familiar, deixaria de existir e sucumbiria ao modo de produção industrial, se proletarizando. Para Kautsky, os números que mostravam, no final do século XIX, um aumento das unidades familiares de produção representavam a fragmentação e fragilidade das unidades camponesas, e indicavam que essas unidades estariam sendo usadas apenas para moradia. Em síntese, os argumentos utilizados por Kautsky (1986) apontavam para uma inevitável supressão das pequenas explorações agrícolas e da agricultura camponesa. Bosetti (2012) infere que a posição de Kautsky reflete um essencialismo teórico que reduz a dinâmica social a existência de duas classes e concebe o campesinato como estritamente um modo de produção.

Ao contrário da teoria de Kautsky sobre a questão agrária, Chayanov (1974) apresenta um estudo sobre a organização da unidade econômica camponesa de onde conclui que o campesinato não segue a mesma lógica do modo de produção capitalista e, por isso, não necessariamente sucumbiria a esse sistema. Os argumentos de Chayanov (1974) baseavam-se na teoria do balanço entre trabalho e consumo, que explica que o grau de autoexploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a medida de satisfação das necessidades da família e o peso do trabalho. Com esse balanço as unidades camponesas alcançariam o equilíbrio interno e não deixariam de existir. Em outras palavras, o camponês trabalha apenas o necessário para suprir as necessidades de consumo da família. A forma de utilização da força de trabalho é, para Chayanov, um fator que diferencia a agricultura camponesa da agricultura capitalista visto que nessa última a força de trabalho é constante, enquanto que na produção camponesa a força de trabalho familiar é exercida até a satisfação das necessidades e varia ao longo do ciclo de vida das famílias. Sobre a inserção dos camponeses no mercado de trabalho, que para Kautsky representava a proletarização destes, Chayanov argumenta que essa era uma estratégia usada por alguns membros da família para manutenção da família camponesa.

³³ Compreender a noção de campesinato é útil para pensar a problemática da Tese, e em especial do capítulo em questão. Assim, o objetivo dessa seção é fazer um breve apanhado sobre como a noção de campesinato foi tratada pelos clássicos e as acepções contemporâneas. Entretanto, ressaltamos que não se objetivou fazer uma revisão exaustiva e completa do debate sobre o campesinato, mas uma análise sumária e resumida.

Em estudo sobre as sociedades camponesas, Henri Mendras aponta que o campesinato se constitui como um modo específico de produção e de vida em sociedade:

o tipo ideal de sociedade camponesa se define pelos cinco traços seguintes: i) autonomia relativa das coletividades camponesas; ii) importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica; iii) autarquia relativa que não distingue consumo e produção e mantém relações com a economia envolvente; iv) relações de interconhecimento dentro das coletividades; e, v) função decisiva de mediadores entre sociedade camponesa e sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p. 14).

Como se pode perceber na citação acima, para Mendras (1978) o grupo doméstico é um importante estruturador para organização da vida econômica nas sociedades camponesas. De acordo com esse autor, o grupo doméstico corresponde à família, que seria uma unidade indissociável, entretanto é no interior do grupo doméstico que se estabelece as divisões de papéis por questão de sexo e idade, estando o poder de decisão sobre todo grupo centrado na figura masculina. A definição de Mendras (1978) trata o campesinato associado a “sociedades camponesas”, como uma noção que influencia quase todos os âmbitos da vida, e não como uma forma social de organização da produção. No sentido estrito dessa caracterização, as sociedades camponesas deixam de existir, como o próprio autor aponta em estudo posterior (MENDRAS, 1982). No entanto, a discussão sobre a permanência da categoria campesinato avança especialmente quando atenta-se para a questão da *agricultura camponesa*, uma noção mais estrita.

Para além do embate entre desaparecimento ou não desaparecimento do campesinato, é inegável que com o desenvolvimento do capitalismo e a modernização da agricultura, o campesinato foi submetido a um processo de marginalização, entendido como algo atrasado a ser superado. Entretanto, existem diferentes perspectivas sobre como o campesinato se transforma ou é transformado em agricultor familiar. O avanço da agricultura capitalista tensionava uma desestruturação das formas de produção camponesas, especialmente nos países em que a estrutura fundiária era mais concentradora (BOSETTI, 2012).

Algumas perspectivas analíticas contemporâneas sobre o destino do campesinato defendem a ideia de que o modo de produção camponês foi desestruturado e o camponês se transformou em um tipo de agricultor profissional, adaptado a agricultura capitalista. Ou seja, o camponês é transformado, pela ação do Estado, em agricultor familiar, moderno (ABRAMOVAY, 1998; BOSETTI, 2012).

Outras perspectivas defendem certa continuidade de formas de agricultura camponesas que não são totalmente moldadas pela ação do Estado e que permanecem até os dias atuais.

Como afirma Wanderley (2003), grande parte dos agricultores familiares do Brasil tem uma raiz camponesa e não são produto da ação do Estado, entretanto, a lógica tradicional que os caracteriza como “camponeses” é afetada pelo processo de integração econômico-social às formas mais modernas de produção agrícola. De acordo com Ploeg (2008) existe um processo de “recampesinização” que tem feito aumentar o número de camponeses tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. A recampesinização tem acontecido, conforme Ploeg (2008), porque as propriedades familiares não tem conseguido acompanhar o desenvolvimento da agricultura capitalista e atender as exigências do mercado.

Wanderley (1996) ressalta a centralidade da família como detentora da força de trabalho e da propriedade na produção camponesa. Assim, para garantir a sobrevivência e a reprodução social a família camponesa assume uma lógica de “horizonte das gerações”, em que projeta o futuro.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 4)

O campesinato é então entendido como uma forma particular de agricultura familiar, e de acordo com a perspectiva apresentada por Wanderley (1996), o que diferencia a agricultura familiar da agricultura capitalista é centralmente a forte relação entre família, trabalho e terra. Ao encontro do que foi defendido por Chayanov (1974) e explicado anteriormente nessa seção, os camponeses (de acordo com a noção de agricultura camponesa) continuam presentes na sociedade atual, mesmo com todo avanço do capitalismo na agricultura.

Quando relacionado com o conceito camponês clássico, percebe-se que o campesinato brasileiro apresenta características particulares resultantes do enfrentamento de situações históricas e sociais do país, especialmente pelo longo período de monocultura e trabalho escravo que se instituiu após o período colonial. Assim, não se nega a existência de um campesinato no Brasil, mas é preciso considerar que essa forma de vida e produção precisa recorrer a diferentes estratégias para se reproduzir socialmente. A definição de campesinato é ainda objeto de disputas acadêmicas e políticas no Brasil, e o termo assume dupla conotação, de um lado é associado a um modo tradicional de produção agrícola, pouco integrada ao mercado e com hegemonia do trabalho familiar, por outro lado o termo camponês é usado em

seu sentido mais político, associado aos movimentos sociais do campo (WANDERLEY, 2014).

Em artigo sobre o olhar sociológico para o campesinato, Bosseti (2012) apresenta três fases do campesinato nos estudos sociológicos. A primeira fase, defendida por estudiosos marxistas é a clássica teoria de que o camponês é um tipo social transitório e fadado ao desaparecimento. A segunda fase, compartilhada também por escritores marxistas, só que mais contemporâneos, é de transformação do camponês em “agricultor familiar”, uma categoria que não acompanha a agricultura capitalista de grande porte mas mantém fortes vínculos com o mercado. E uma terceira fase, que tem ganhado mais relevância nas últimas décadas, é a que recoloca o camponês no cenário de visibilidade, como um tipo social que resistiu ao avanço do capitalismo na agricultura e possui uma racionalidade própria para manter sua reprodução social, ainda que de alguma forma esteja inserido no mercado.

A afirmação da categoria camponês no Brasil e a transnacionalização da agricultura camponesa ganha força no final dos anos 1990, com a formação da seção brasileira da Via Campesina, a qual pertence o MST, o MMC e outros movimentos sociais e sindicais do campo brasileiro (PICOLOTTO e PICCIN, 2008). De acordo com esses autores, a partir da Via Campesina o campesinato brasileiro não só ganha força no sentido político como também assume a defesa de um modo de produção sustentável (agroecológico) e a luta contra a agricultura capitalista, representada pelo agronegócio.

Alinhado com a Via Campesina, em publicação sobre o campesinato no século XXI, Horácio Martins de Carvalho (2005, p.171) conceitua o campesinato da seguinte forma:

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista. A racionalidade camponesa tem sofrido mudanças nas interações que estabelece com as concepções de mundo, com a produção científica e tecnológica e com as práticas culturais hegemônicas das sociedades capitalistas. As mudanças provocadas por tais interações apresentam graus de intensidade distintos, sendo que as inovações geradas pelos setores dominantes são adaptadas ou reelaboradas pelos próprios camponeses no sentido de se adequarem à sua racionalidade.

Como se percebe no trecho acima citado, a reafirmação do campesinato, defendida pela Via Campesina, se fundamenta principalmente na premissa da racionalidade camponesa. O MST, assim como as mulheres que compõem esse movimento, ao se afirmarem enquanto camponeses e camponesas estão assumindo a defesa de um modo de produção contra hegemônico, mais sustentável para o meio ambiente e para as famílias que dele dependem.

Para Vieira (2011) o conceito de campesinato adotado pela Via Campesina se fundamenta na ideia de que essa terminologia unifica todas as categorias de trabalhadores do campo. Além disso, reafirmar a categoria camponesa também é uma forma de resgatar lutas camponesas históricas em várias partes do mundo. Finalmente, a utilização do conceito de campesinato pela Via Campesina está associada à construção de uma identidade de classe para os trabalhadores do campo.

A construção da identidade da Via Campesina é marcada pela noção de soberania alimentar, em contraponto ao modelo hegemônico de agricultura e ainda à noção de segurança alimentar defendida pela FAO (Vieira, 2011). A soberania alimentar proposta pela Via aconteceria por meio de uma produção descentralizada e diversificada, passando por um conceito amplo de reforma agrária que foca não só na distribuição de terras, mas também em uma mudança no sistema agrícola. Nesse sentido, um dos elementos mais destacados na luta pela soberania alimentar é o papel das mulheres nas discussões e elaborações de um projeto de agricultura contra hegemônico.

4.2 “SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO”: A RELAÇÃO ENTRE CLASSE E GÊNERO

É preciso que dentro da luta de classes se faça o debate da participação da mulher, da igualdade, porque a sociedade que tá aí ela precisa nos dividir pra se manter.
(Simone)

A fala colocada no prefácio desse tópico indica o que fundamenta, na visão das mulheres do MST – e dos movimentos de mulheres do campo em geral – a necessária inter-relação entre classe e gênero. O argumento é de que o capitalismo enquanto sistema que explora a classe trabalhadora se alimenta também através da manutenção de relações estruturais de dominação e opressão dentro da própria classe, como é o caso da dominação masculina sobre as mulheres.

A dificuldade em enxergar os aspectos de gênero imbricados dentro da categoria “classe social” não é exclusividade do MST, nem dos movimentos sociais em geral. Até a década de 1970 os estudos acadêmicos, inclusive as análises marxistas, sempre trataram sobre classes sociais como se o gênero não implicasse heterogeneidade na sua composição ou comportamento. Foi em 1970 que Cristine Delphy elabora uma crítica onde aponta que o pertencimento de classe para a mulher é construído a partir de um referencial masculino (pai

ou marido) e que as atividades próprias das mulheres não são consideradas no conceito de classe social (HIRATA e KERGOAT, 1994).

A classe operária tem dois sexos. Esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operária que falam de trabalhadores quando estão se referindo às trabalhadoras. Trata-se também de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou falso – do que é uma classe social. (HIRATA e KERGOAT, 1994, p.95)

As autoras supracitadas afirmam que as relações de opressão de gênero e as relações de exploração de classe se entrelaçam e são transversais a todos os âmbitos das relações sociais. Entretanto a forma e a consequência da articulação entre essas relações de poder depende do tipo de sociedade bem como do seu grau de industrialização e nível de desenvolvimento econômico e social.

Não é recente que os estudos sobre gênero apontem a necessidade de abordar essa questão contextualizada junto com questões de classe e raça. No intuito de conceitualizar a interdependência das relações sociais de raça, sexo e classe emergem duas categorias principais: Interseccionalidade e Consustancialidade.

A categoria de Interseccionalidade tem herança do *Black Feminism* e emerge no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, especialmente por pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (Hirata, 2014). A principal interlocutora dessa categoria no ambiente acadêmico é a jurista Kimberle Crenshaw que em 1989 publica seu primeiro trabalho sobre o tema e posteriormente, em 1994 publica sua obra que se tornou referência, intitulada “Mapeando as margens” com foco na intersecção entre raça e gênero. O trabalho de Crenshaw (1989) apresenta a interseccionalidade como uma proposta para considerar as múltiplas fontes de identidade e subdivide essa categoria em interseccionalidade estrutural e interseccionalidade política. A Interseccionalidade estrutural se refere à violência que as mulheres negras sofrem, e a interseccionalidade política tem a ver com a forma como as políticas antirracistas e as políticas feministas acabam marginalizando a questão das mulheres negras. Percebe-se que, na categoria de interseccionalidade, o foco está na intersecção entre raça e sexo.

A perspectiva da consustancialidade, por sua vez, tem origem nos estudos de pesquisadoras francesas, em especial a pesquisadora Danielè Kergoat que em 1978 publica uma obra com foco na intersecção entre gênero e classe. Em publicações posteriores, Kergoat

já reconhece a questão de raça e trata também da imbricação entre classe, sexo e raça (Kergoat, 2010). De acordo com Kergoat (2010), a categoria da consubstancialidade é útil para compreender as práticas sociais de homens e mulheres em sua tripla dimensão: classe, gênero e origem. Em tom de crítica, Kergoat aponta que a noção de interseccionalidade não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. Para Kergoat, o raciocínio em termos de categorias e não de relações sociais acaba por privilegiar uma ou outra categoria, sem historicizar e sem levar em conta as dimensões materiais da dominação.

Em ensaio sobre as opressões cruzadas de gênero, classe e raça, Biroli e Miguel (2015), apontam para o risco de que a dissociação entre as categorias gênero, classe e raça pode levar a análises parciais e distorções na compreensão dos sistemas de dominação. De acordo com esses autores:

Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos. (BIROLI e MIGUEL, 2015, p.29)

Nota-se que é urgente a necessidade de olhar para as opressões (de gênero, classe e raça) de forma imbricada. Apesar das controvérsias entre as noções de interseccionalidade e consubstancialidade, o ponto de convergência entre essas categorias é o reconhecimento da imbricação entre gênero, classe e raça e a proposta de não hierarquização das formas de opressão (Hirata, 2014). A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, um instrumento de luta política. A consubstancialidade aponta a necessidade de pensar - do ponto de vista das relações sociais - conjuntamente as dominações, a fim de não contribuir para sua reprodução. Essas categorias analíticas, em suas convergências, parecem úteis para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.

De acordo com Betto (2016), é ainda na década de 1990 que se consolida entre as organizações de mulheres do campo o reconhecimento de que há uma relação entre

exploração de classe e opressão de gênero, mesmo que não houvesse ainda uma visão unânime de como se daria essa relação. No segundo capítulo desta tese, a partir da análise do *Jornal Sem Terra*, também identificamos este fato.

Em seu livro sobre feminismo e consciência de classe no Brasil, Cisne (2014) discute sobre a heterogeneidade da classe e sobre como as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem a classe são apropriadas pelo capital para gerar lucro. De acordo com essa autora, “se considerarmos que são pessoas que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e ‘raça’/etnia nas relações de classe” (CISNE, 2014, p. 23). Assim, as mulheres do campo organizadas em movimentos mistos ou movimentos autônomos apontam que, para que a luta de classes resulte em uma efetiva mudança social, é preciso que se atente – também - para as questões de gênero.

De acordo com as entrevistadas realizadas para essa pesquisa, a luta feminista deve estar presente nos movimentos de luta de classes, assim como os movimentos feministas precisam incorporar o viés classista. Para as mulheres do MST é primordial a relação entre feminismo e socialismo, pois pouco adianta avançar no debate da libertação feminina se não se avança também na questão de classe.

Tem certas coisas que a sociedade avançou e fez com que a mulher se libertasse, mas ao mesmo tempo sem uma consciência de classe! Então isso é complicado porque não consegue avançar pra enxergar onde sofremos a exploração como classe e como mulher. (Simone)

Da mesma forma, as mulheres do MST entendem que a questão da classe por si só não resolve os problemas enfrentados pelas mulheres, por isso a importância da organização e mobilização das mulheres dentro dos movimentos de classe. De acordo com a entrevistada Clara, as mulheres devem caminhar lado a lado com os companheiros na luta de classes, porém existe uma caminhada maior que as mulheres devem fazer para avançar na questão de gênero:

Nessa questão como classe e como movimento de mulheres eu vejo que ainda nós temos que partir pra frente e tem coisas que nós temos que se posicionar mais e ter atitudes mais ousadas como mulheres. Mas como movimento a caminhada é conjunta, mas como mulheres nós podemos ver que tem mais caminhada. (Clara)

Respondendo ao tensionamento feito por grupos feministas e por mulheres que faziam parte de movimentos sociais de cunho classista, os movimentos de classe passaram a atentar para as questões de gênero – ainda que a passos lentos – e, concomitante a isso, surgiram

movimentos feministas com atenção especial à questão de classe, como é o caso dos movimentos autônomos de mulheres rurais. Apesar da questão relacionada à imbricação entre classe e gênero remeter à noção de interseccionalidade, que articula gênero, classe e raça, não se identificou nesse estudo alguma familiaridade das mulheres do MST com esse termo. Além disso, no desenvolver dessa pesquisa foi possível perceber certa “lacuna” quanto à questão de “raça” (categoria importante para a noção de interseccionalidade) no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

4.3 OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE MULHERES RURAIS E SUA RELAÇÃO COM O MST

Em um capítulo anterior desta tese, contextualizando a forma como o MST historicamente abordou a questão de gênero, atentamos para uma fase em que o Movimento de Trabalhadores Sem Terra incentivou que as mulheres se organizassem em movimentos autônomos de mulheres rurais que estavam emergindo no momento. Essa posição do MST foi justificada sob o argumento de que a luta das mulheres poderia tirar o foco da luta pela terra, que seria a “luta principal”. Neste tópico iremos discutir sobre qual a relação histórica e também atual das mulheres do MST com os movimentos autônomos de mulheres rurais e também, mais recentemente, com movimentos feministas compostos por mulheres urbanas.

Siliprandi (2011) afirma que as tensões geradas dentro dos movimentos mistos, por conta da não priorização das pautas das mulheres, acabou levando a formação de movimentos autônomos de mulheres rurais. Ainda assim, a mesma autora destaca que grande parte das lideranças femininas que protagonizaram a formação desses movimentos autônomos permaneceu nos movimentos mistos, disputando espaço internamente. As entrevistas realizadas para essa pesquisa nos indicam que, para as mulheres do MST, nunca houve impedimento de manter relação ou compor algum coletivo ou movimento feminista, o critério era apenas que o movimento de mulheres compreende-se e fizesse o recorte de classe, como nos declara Alexandra:

O MST sempre esteve aberto, identificando quais são os movimentos de mulheres, organizações de mulheres feministas que tem o recorte de classe que a gente se identifica.

Muitas mulheres que faziam parte da formação inicial do MST participaram ativamente da formação dos movimentos autônomos de mulheres, como por exemplo o

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) nas décadas de 1980 e 1990. Conforme se percebeu nas notícias e matérias publicadas pelo Jornal Sem Terra (discussão realizada no segundo capítulo dessa tese), o MST conferiu muita importância ao MMTR na época do seu surgimento e incentivava que as mulheres sem terra se mobilizassem através desse movimento. A entrevistada Simone se coloca como uma das fundadoras desse movimento de mulheres na região sul:

Eu também fui uma das fundadoras do antigo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Ajudei a fundar em todo norte do estado do RS nos sábados e domingos fazendo reuniões nas estruturas da própria igreja, o que hoje é o MMC. (Simone)

Apesar da abertura e incentivo do MST para que as mulheres pudessem participar de movimentos autônomos é consenso entre as entrevistadas que elas não abandonariam a militância no MST para assumir apenas a militância feminista em algum movimento autônomo. Mesmo sem negar a opressão de gênero que sofrem por ser mulher – e militante – em um movimento misto, elas optam por se manter organizadas no MST ainda que isso signifique travar uma luta interna contra a opressão.

A nossa sociedade é assim né? Por isso que, quando eu fui convidada a trabalhar no movimento de mulheres e daí na época eu disse que eu optava pelo MST, porque eu pensava e penso que o nosso movimento ele age conforme a nossa sociedade, então tudo tem que ser disputado. Por isso que eu escolhi o MST. No movimento de mulheres não tem a mesma contradição. A sociedade é assim, tu tem que lidar todo dia com homem, tem que tá disputando. (Dandara).

De acordo com elas, a luta contra opressão de gênero precisa andar “de mãos dadas” com a luta pela terra, e essa luta deve ser travada também em conjunto com os homens. As mulheres entrevistadas comentam que a organização em movimentos autônomos, só de mulheres, acabaria segregando e separando a luta, entretanto reconhecem que é importante dialogar e construir pautas e reivindicações em conjunto com esses movimentos. Autoras que resgatam um pouco da trajetória organizativa das mulheres do campo (AGUIAR, 2016; DERRE, 2004; GONÇALVES, 2009) destacam a importância da organização das mulheres nos movimentos sindicais do campo, de onde emerge os movimentos autônomos de mulheres do campo, e sobre como isso influenciou no despertar da consciência das mulheres camponesas para a luta por espaço e voz nos movimentos mistos.

Picolotto (2011) comenta que ao identificar as motivações que originaram um movimento autônomo de mulheres, pode-se perceber que mesmo com a mobilização das

mulheres agricultoras e sindicalistas no período de formação do MST (início dos anos 1980), as mulheres continuavam ocupando papéis secundários nos cargos de direção e nos espaços de tomada de decisão, com pouco espaço para expressarem demandas específicas. Assim, após longos debates sobre a especificidade da luta das mulheres, as mulheres que faziam parte de movimentos sociais e sindicatos decidiram se organizar de forma autônoma. Na região Sul podemos pontuar o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA) como um dos movimentos autônomos de mulheres pioneiro, surgindo formalmente em 1983. No Rio Grande Sul, o grande marco para organização autônoma das mulheres rurais é 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que aconteceu em 1989 e marca a fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Posteriormente, a partir da articulação entre as mulheres do MMTR, MMA, e outros movimentos de mulheres rurais do país, foi fundando em 1995 a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). O que todos os movimentos autônomos de mulheres rurais citados neste texto tem em comum é a tentativa de articulação do debate entre classe e gênero. A tentativa de articulação histórica entre classe e gênero nesses momentos tem relação com a necessidade das mulheres rurais “provarem” para os militantes homens que a questão de gênero também é importante para o projeto de transformação da sociedade e que não se trata de enfraquecer a luta de classes.

No ano de 2004 o Movimento de Mulheres Agricultoras se insere na seção brasileira da Via Campesina e, articulado com demais movimentos de mulheres do campo, passa a se denominar como “Movimento de Mulheres Camponesas” marcando então a fundação do MMC que se constitui como uma importante ferramenta para auto-organização das mulheres camponesas. Existe um diálogo das mulheres do MST com o Movimento de Mulheres Camponesas, especialmente no que tange à formação sobre questões de gênero e feminismo. Entretanto, apesar de algumas mulheres sem terra se inserem no MMC como militantes, esse diálogo nem sempre é livre de conflitos. Algumas entrevistadas relataram que, em lutas compartilhadas com o MMC, as mulheres vinculadas a este último não correspondiam as expectativas da luta e se assustavam com os atos políticos propostos pelo MST. Para as entrevistadas, a explicação é que as mulheres que compõem o Movimento de Mulheres Camponesas não tem “experiência na luta”. Esse fato, porém, não impede a construção de lutas coletivas entre os movimentos.

As mulheres do MST, por vezes inseridas em alguns dos movimentos autônomos citados e outras vezes agindo enquanto coletivo do próprio MST, constroem, na medida do possível, pautas em consonância com esses movimentos.

Tem lutas que são construídas juntas, e também com as mulheres de outros movimentos, da Fetraf, da Fetag³⁴, porque tem lutas que são específicas nossa e tem outras que são coletivas. Inclusive com as mulheres da cidade, principalmente o 8 de março e 25 de novembro que é o dia da luta contra violência. (Simone)

Após mais de duas décadas de organização interna em torno da questão de gênero, as mulheres do MST já se consolidaram como um importante coletivo dentre as organizações de mulheres do campo. No conjunto da Via Campesina, e ainda em lutas mais amplas que incluem movimentos de mulheres urbanas, as mulheres do MST tem protagonizado as mobilizações, especialmente as mobilizações que marcam o 8 de março, dia internacional da mulher.

No 8 de março de três anos pra cá a gente tá se articulado muito com as mulheres urbanas e com todos os seguimentos, tudo que é raça, cor... o Fórum Estadual de Mulheres, tudo que possa agregar... tem umas [organizações] que nem tem recorte de classe, mas ali vai tudo. No 8 de março não tem classe, não tem raça, não tem nada. Mas é importante a gente tá nesse espaço porque olha o que foi a marcha do 8 de março do ano passado, com 6 a 8 mil pessoas... então vai tudo junto. Claro que o Movimento dá a direção, dá a linha, nós não abrimos mão disso! Mas tinha a CUT, tinha a CTB, tinha outras instituições na área sindical pra dar a linha, mas tinha todo mundo na rua. (Alexandra)

O dia 8 de março faz parte da Jornada de Lutas do MST e é considerado, para o conjunto do Movimento, como uma importante data para demarcação das bandeiras de luta deste Movimento Social. Através da mobilização das mulheres em torno dessa data e também pela articulação das mulheres do MST com os demais movimentos feministas o dia 8 de março também é um dia em que o MST “se mostra” para a sociedade e ganha visibilidade.

A articulação das mulheres do MST com outros movimentos de mulheres foi fundamental tanto para que se avançasse nas pautas feministas no interior do Movimento quanto para formação e empoderamento das mulheres que compõem o MST, como destaca a entrevistada Alexandra:

Isso [a articulação com outros movimentos de mulheres] nos proporcionou com que a gente fosse avançando na concepção do feminismo popular e camponês que hoje nós temos elaboração teórica. Foi porque a gente foi se articulando em agendas e pautas comuns. O que é que nos aproxima? O que nos identifica? O curso feminismo e marxismo hoje extrapola o MST, extrapola a Via Campesina. Aí vai com a marcha mundial [Marcha Mundial de Mulheres], vai com outras organizações... abriu né? Porque são temas que nos aproximam. A discussão sobre o aborto não tava colocada pra nós até o ano passado, o ano passado que começou a

³⁴ Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, movimentos sindicais.

ser um tema de estudo e debate com as mulheres do MST, antes de nós levar pro conjunto do MST as mulheres estão estudando o tema.

A pesquisa documental e bibliográfica realizada nesse estudo, assim como as entrevistas realizadas indicam que existem pautas específicas na luta das mulheres do MST, quando comparada com as lutas dos movimentos feministas em geral. Historicamente em luta pelo direito à terra e a produção, contra os agrotóxicos e o agronegócio e por condições mais dignas e igualitárias de vida no campo, as mulheres do MST pareciam não dialogar muito com as pautas dos movimentos feministas urbanos. Porém, a articulação com esses movimentos, favorecidas pelos eventos em torno do dia 8 de março, pesou positivamente para o avanço da luta feminista no MST, que passou a ser mais “ousada”, e trouxe novos temas para o debate. De acordo com Rosa:

Foi importante a relação das mulheres do Movimento com movimentos urbanos de mulheres, pra poder se atrever mais, “vamos debater aborto, violência, homossexualidade...” isso ajudou bastante, essa convivência com outros movimentos, vem quebrando os gelos das nossas lideranças. (Rosa)

Discutir temas como descriminalização do aborto e homossexualidade é ainda uma novidade para o conjunto de mulheres do MST. Embora as lideranças femininas já tenham certa apropriação e entendimento da importância de discutir esses temas elas apontam que encontram resistência para fazer esse debate entre as mulheres “da base” do Movimento, especialmente as mais idosas. Sobre isso, Alexandra e Dandara, entrevistadas que estão atualmente à frente do setor de gênero estadual, afirmam que a questão do aborto, da homossexualidade e da violência doméstica são temas assumidos como principais para formação entre mulheres e homens do Movimento, para desmistificar e combater preconceitos relacionados. Conforme comentado em capítulos anteriores desta tese, uma das principais vias de formação militante para as mulheres nos primórdios do MST foi a Igreja, mas, especialmente a partir do fim da década de 1990, algumas militantes (principalmente as mais jovens) passaram a circular por outros espaços e estabelecer relações com outras instituições (Universidades, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais, movimentos feministas), o que possibilitou um tipo de formação mais ampla para essas mulheres. Sobre isso é importante destacar que se identifica, pelos relatos das interlocutoras dessa pesquisa, certo “conflito” entre as diferentes gerações de mulheres militantes do MST, não só pela questão da idade, mas principalmente pelas diferentes formações culturais, políticas e acadêmicas que essas mulheres vivenciam.

4.4 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SUJEITO POLÍTICO NO MST: A FEMINISTA

As organizações de mulheres rurais emergem sem uma ligação direta com as questões de gênero ou com o feminismo. De acordo com Conte e Weschenfelder (2012), essas mulheres não tinham claro o que representava participar de uma organização de mulheres, o faziam para garantir seus direitos enquanto mulheres rurais, mas é a partir de aí que despertam para sua construção enquanto sujeitos políticos e também para a luta feminista.

As questões ligadas aos direitos trabalhistas eram urgentes e foram colocados em primeiro plano, mas acabaram por suscitar questões mais abrangentes, não somente em relação à discriminação das mulheres, mas também ao receio de enfrentá-la. A participação no movimento estimulou muitas mulheres a vencer o medo de enfrentar maridos e comunidades machistas. Assim, agricultoras se tornaram lideranças políticas, contrariando os próprios “companheiros” que não acreditavam em suas forças. (BONI, 2013. p. 85).

O próprio termo “feminismo” é carregado de estereótipos e preconceitos para a sociedade em geral e também entre a população do campo. Seguindo essa premissa nos questionamos como mulheres camponesas rompem esse preconceito e se afirmam como feministas. Ao abordar essa questão nas nossas entrevistas as mulheres confirmam que a palavra “feminismo” causa receio em muitas mulheres no início e que é preciso formação no tema para entender do que se trata.

O preconceito com o feminismo é resultado da ignorância. Porque nós mesmo fomos nos dando por conta de que é a nossa luta... aí depois quando tu começa a estudar e entender que no momento que tu decide sair do teu lugar e ir lutar por terra a luta é da família, o que o movimento leva é a família. Então aí tu já tá fazendo uma ação que é: feminista, de classe, camponesa e popular. Porque tu não tá indo sozinha, tu tá indo num grande coletivo, é o coletivo quem determina. Agora nós fomos construindo e dando esse recorte porque a gente sempre dizia “nós não somos um movimento feminista, mas nós somos feministas” no sentido de você lutar por direitos, direitos de acesso à terra, depois vem o crédito, vem a questão da documentação, vem “n” fatores até chegar a nós ter um crédito específico para as mulheres. Isso vai evoluindo, e nós vamos tendo clareza... agora essa identificação foi depois de muito estudo, muito debate e assim vai abrindo e construindo essa compreensão por dentro das mulheres. (Alexandra)

Para as mulheres do MST que já estão inseridas em um processo de luta e militância pela reforma agrária, reconhecer-se e afirmar-se enquanto feminista é um algo que acontece a partir do entendimento de que a luta que elas já fazem é também uma luta feminista. O preconceito gira em torno do pensamento de que ser feminista é ser contra os homens, ou que para ser feminista era preciso estar organizada em movimentos específicos e autônomos de mulheres, como nos coloca Dandara:

O termo “feminismo” é muito novo no Movimento, acho que tem uns 10 anos que a gente começou a estudar literalmente o termo feminismo. Até femismo a gente estudou o que é porque sempre achavam que feminismo era o contrário de machismo. Então tinha muito preconceito com o termo, o termo é muito novo no movimento, porque antes as feministas eram só o MMC [Movimento de Mulheres Camponesas]. Hoje já é um termo comum, mas houve muito preconceito no começo, então a gente começou a estudar o termo “feminismo”, “femismo”, “machismo”... a gente começou a estudar os termos porque se não só vinha as piadinhas “lá vem as feministas que não gostam de homem”. (Dandara)

De acordo com as nossas entrevistadas, só com debate e formação em torno do tema é que se consegue desmistificar os estereótipos pré-estabelecidos. Mas, de acordo com elas é “libertador” entender do que se trata o feminismo e se perceber enquanto mulheres que rompem com a lógica tradicional onde os homens são colocados como figura principal.

Tu vai nos acampamentos e quantas mulheres ali nem sabem o que é feminismo. Então o “abc” sobre gênero, o que é gênero, o que é feminismo... tudo isso é formação que a gente faz. Tu percebe que ainda há uma linguagem que não foi apropriada ainda, que ainda não se compreendeu o sentido, por exemplo, de que feminismo não é o contrário de machismo. Mas o feminismo pra nós é real, é isso... no momento que tu sai e tu vai lutando tu vai incorporando isso e tu já é feminista. A gente se dá por conta de que é uma liderança! Nós somos uma liderança, nós somos feministas, somos camponesas e aí tu te sentir ali dentro é libertador, mas pra isso tu tem que se desfazer de várias coisas. (Alexandra)

A articulação do MST com movimentos autônomos de mulheres rurais e urbanas foi o que proporcionou que as mulheres do MST tivessem acesso a uma formação mais ampla sobre gênero vinculado ao termo feminismo. Quando questionadas sobre como se afirmaram enquanto feministas as lideranças entrevistadas sempre pontuam o processo de formação que vivenciaram e vivenciam até hoje. Rosa, uma das entrevistadas que hoje se apresenta como figura feminista em debates públicos representando o MST e defendendo inclusive temas polêmicos como a questão do aborto, conta que só no final da década passada é que ela começou a se afirmar feminista:

Eu me entendi feminista mais nas últimas formações do movimento, de 2008 e 2009 foi quando a gente começou a usar esse termo, porque era visto como aquela mulher truculenta que odeia o homem, esse era o estereótipo. Nos últimos anos começamos a naturalizar o termo nos textos, nas formações, nas pautas, até com os nossos companheiros das direções pra desmistificar isso, mas se tu for pegar lá na base, ainda encontra resquícios desse preconceito com a palavra. (Rosa)

A novidade do termo “feminismo” entre as mulheres do campo não é exclusividade das mulheres do MST. Mesmo entre as mulheres do MMC, que assumiram desde sempre uma

postura feminista, o termo “feminismo” era considerado tabu dentro e o interesse específico nesse tema não era demonstrado nos discursos e materiais de formação desse movimento de mulheres (BONI, 2013). De acordo com Betto e Piccin (2017) é só a partir da última década, em decorrência das transformações sociais e culturais que acontece o reconhecimento do caráter feminista no Movimento de Mulheres Camponesas e então se iniciam esforços de reflexão sobre as questões específicas, onde as militantes entendem a importância de engrossar as lutas de gênero, incorporando pautas que confrontam o modelo de “família patriarcal”.

Atualmente, o objetivo “final” do MMC é a transformação radical da sociedade, em que o capitalismo e o patriarcado são elencados como adversários. Para as militantes, o capitalismo é compreendido enquanto sistema que explora a classe dos trabalhadores, da qual fazem parte os camponeses e as camponesas. O patriarcado enquanto sistema que oprime as mulheres por meio da apropriação dos homens sobre as mesmas, na forma de dominação, tendo como principal meio de reprodução as relações sociais estruturais, através das quais, na visão das lideranças do MMC, o capitalismo se sustenta. (BETTO e PICCIN, 2017, p.8)

A resistência ao termo “feminismo” no MST não parte apenas de algumas mulheres “da base”, mas persiste ainda em algumas mulheres que são lideranças no Movimento. É o caso de Margarida, uma de nossas entrevistadas, que é uma referência importante não só entre as mulheres, mas para o Movimento como um todo. Mesmo se colocando sempre à frente nos debates e nas mobilizações para garantir as pautas do MST e os direitos das mulheres, Margarida não se afirma enquanto feminista e também não acompanha os debates em torno dessa questão, apesar de considerar sua importância:

Eu sei que é importante e que nós fazemos muita formação na área do feminismo também, mas eu não posso te falar muito nesse sentido porque não tenho acompanhado. (Margarida)

É interessante observar que mesmo tendo acesso ao debate e, de certa forma, reconhecendo sua importância, algumas mulheres que ocupam postos de liderança têm receio de se afirmar enquanto feministas, ainda que não neguem essa identidade. Essa postura pode ser consequência das posições iniciais defendidas pelo Movimento de que não era importante demarcar diferenças entre mulheres e homens no Movimento, para não dividir a luta. No desenvolver da pesquisa também foi possível perceber diferentes posturas e entendimentos entre as lideranças entrevistadas com relação ao feminismo. Em geral, as mulheres que circulam em ambientes externos ao ambiente rural, cursaram universidade e mantém mais relações com outros movimentos tendem a assumir mais facilmente a pauta e a identidade

feminista. Enquanto as lideranças que se mantêm mais restritas aos espaços do Movimento e do assentamento aparentam certa resistência com o termo, ainda que inseridas na luta. A entrevistada Clara, que participou e participa de diversos espaços de formação feminista, demonstra certo receio de se afirmar como tal, pois, de acordo com ela, não pode se comparar às feministas que protagonizaram lutas históricas.

O que é que eu vou te dizer **da tal feminista**? Acho que temos muito a caminhar ainda nessa luta feminista, a gente participa na caminhada mas ainda eu acho que **bem feminista não somos**, tamo caminhando mas ainda temos muito a fazer pra ser a feminista que a gente vê na história. Mas também eu sei que a caminhada se faz caminhando então também não ficamos pra trás. Mas também sabemos que não vamos ser as feministas que acham que só as mulheres vão fazer a mudança. Então a caminhada tem que ser feito que a gente se vê como mulher feminina sim, temos muito a avançar na caminhada e não é uma caminhada que se faz separado, a caminhada tem que ser feita junto. (Clara)

O que se percebe na fala de Clara citada acima é que a figura “feminista” parece algo utópico, difícil de ser alcançado. Ainda assim a entrevistada reconhece a importância de seguir o caminho da luta feminista, com a ressalva de que essa luta seja feita em conjunto com os homens. Esta é uma das particularidades do feminismo compartilhado pelas mulheres do MST, a transversalidade do debate de gênero e o entendimento de que esse debate e a luta contra essa opressão deve ser realizada entre homens e mulheres, no conjunto do Movimento. Por se tratar de um movimento misto, as mulheres do MST reforçam a importância dos homens discutirem as relações de gênero. Esse debate ganhou mais força após a constituição do setor de gênero (em 2003), dentro do qual se criou o “coletivo de homens do setor de gênero”, onde os homens se organizam para repensar as próprias práticas e participar da construção de novas relações de gênero no Movimento. Na cartilha mais recente do setor de gênero podemos encontrar um texto elaborado pelo coletivo de homens, onde se fala sobre a importância dos homens também discutirem formas de combater o patriarcado enquanto militantes que lutam por uma transformação social.

O Capitalismo lucra e se legitima com o patriarcado, seja pagando menos, seja não reconhecendo o trabalho doméstico e desdobrando em mais elos de obediência às hierarquias masculinas. É preciso mais coragem para reconhecer e se dispor a mudar do que para enfrentar pistoleiros numa ocupação. Não queremos transformar a sociedade pela metade, nem queremos que o “Homem novo” (e “a Nova Mulher”), sejam novos apenas pela metade ou carregando os vícios da velha sociedade. Lutemos, elas têm razão: **Sem feminismo, não há socialismo!** (MST, 2017, p.37 Grifo dos autores)

A citação acima é apenas um trecho do texto desenvolvido pelo coletivo de homens do setor de gênero, com base nas reflexões realizadas na “1º Assembleia estadual de Homens do MST”, ocorrida em dezembro de 2017 na ocasião do 18º Encontro Estadual do MST. A Assembleia de mulheres já é um evento corriqueiro nos encontros e congresso do MST, realizada muitas vezes de forma paralela à demais atividades ou em um tempo que seria “livre”. Entretanto, num esforço de avançar no debate sobre a importância da construção de novas relações de gênero no MST foi encaminhado, pelas mulheres organizadas através do Setor de Gênero, que em paralelo à Assembleia de Mulheres, fosse realizado uma Assembleia de Homens, onde os homens seriam chamados a discutir as questões de gênero. De acordo com relato da entrevistada Rosa “não era um convite, nem um pedido, era um encaminhamento”. Para nortear a discussão da assembleia, as mulheres entregaram cinco cartas que relatavam diversos tipos de violência enfrentados pelas mulheres e se retiraram da plenária. O objetivo era que os homens refletissem sobre as violências praticadas contra as mulheres, qual a responsabilidade deles sobre isso e o que poderiam fazer para transformar esse cenário. Ao final, as mulheres voltam à plenária para apresentação da síntese da discussão realizada nas duas assembleias e fazem uma reflexão final que, nas palavras da interlocutora Rosa, “serviu para mostrar que não somos inimigos, mas sim companheiros”. Conforme o texto desenvolvido pelo coletivo de homens (trecho destacado na citação anterior) percebe-se que foi discutida a relação entre patriarcado e capitalismo e o desafio de construir novas relações de gênero para a construção de uma nova sociedade. Tanto a constituição do coletivo de homens no setor de gênero quanto a realização da assembleia de homens representam um grande avanço para a luta das mulheres no MST e uma ruptura com a lógica de que “gênero é um problema das mulheres”.

A importância da construção de novas relações de gênero e a aceitação da palavra “feminismo” passa pelo entendimento de que a luta feminista não se distancia da luta de classes, mas que se complementam.

Até hoje, nós do MST, são raras as mulheres que se apresentam como feministas. Então ainda há todo um trabalho de formação que nós precisamos pensar pras pessoas. Não é comum o termo. E aí resultado de todas as reflexões é que se chegou aquele grito de ordem “sem feminismo não há socialismo”. O que nós buscamos é o socialismo, mas se não existir o feminismo ali, se não for reconhecido, não for valorizado, é impossível o socialismo. Então cada vez mais se grita essa palavra “sem feminismo não há socialismo”, que é o projeto de sociedade que lutamos. (Alexandra)

Na fala acima podemos identificar que, também para as mulheres, “o que se busca é o socialismo”. Entretanto, o esforço das militantes vem no sentido de demarcar a importância de se construir novas relações de gênero no percurso da luta de classes, pois, de acordo com elas, com a manutenção da subordinação feminina não se pode almejar o socialismo. Entender a luta feminista como importante instrumento para alcançar a mudança que se almeja na sociedade é fundamental para que mais mulheres camponesas afirmem a identidade feminista, como declara a entrevistada Simone: “Eu sou feminista sim! Eu acho que nós precisamos cada vez mais assumir essa identidade, estudar, entender a sociedade pra nós mudarmos as relações”. Assumir-se enquanto mulher camponesa e feminista implica também em ressignificar esses conceitos.

Nesse ínterim, o MST assume como vertente feminista o chamado “feminismo marxista”, ou como se referem algumas entrevistadas: o feminismo revolucionário. Desde a constituição do Setor de Gênero esse coletivo tem proporcionado e mobilizado as mulheres para participar de cursos de formação sobre feminismo e marxismo e também elaborado cartilhas e textos que falam sobre esse tema e abordam a importância do feminismo na luta pelo socialismo. Sobre a apropriação do feminismo pelas mulheres camponesas e como essa apropriação interferiu no MST, a cartilha do Setor de Gênero se refere a um “turbilhão” provocado pelas mulheres:

Esse turbilhão rasgou lonas, arrancou com unhas e dentes, as mudas do deserto verde, experimentou novas táticas de luta e se reencontrou com o feminismo revolucionário, inscrevendo nele, a realidade das mulheres do campo. (MST, 2017)

No Sul do Brasil destaca-se enquanto organização de mulheres do campo, o Movimento de Mulheres Camponesas, que se vincula à *Via Campesina*³⁵ sob a justificativa de que o termo “camponesa” contempla a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato no Brasil, que podem ser agricultoras, assalariadas rurais, pescadoras ou extrativistas, e demais mulheres ocupadas em atividades que envolvem produção, e até comercialização, desde que em torno do trabalho familiar (BONI, 2013). De acordo com o MMC:

Mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras,

³⁵ É uma organização internacional de camponeses que agrega movimentos sociais e organizações rurais do mundo inteiro. A criação da Via Campesina teve o objetivo de articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional em torno da categoria “camponês”.

boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2008).

Na elaboração do conceito acima exposto, nota-se que existe uma ressignificação do “ser camponês”, que vai além do conceito clássico ou acadêmico tratado no início desse Capítulo e consegue abranger os diversos participantes desse movimento. Essa ressignificação acompanha o realizado pela Via Campesina, para justificar a pluralidade de movimentos que ela agrega e enfatizar seu caráter político. De acordo com Boni (2013), esse esforço de ressignificação do termo campesinato é importante, pois com a emergência da categoria “pequena produção” como uma alternativa ao campesinato no Brasil, os sujeitos do campo sofreram certa despolitização, o que prejudicou inclusive a luta pela Reforma Agrária.

Em ensaio sobre o Feminismo Camponês, Betto e Piccin (2017) observam que a estratégia de construção de uma identidade coletiva camponesa surge como uma resposta à expansão do modelo do agronegócio e permite que os movimentos sociais se agreguem e consolidem forças alternativas à globalização. Entretanto, de acordo com esses autores, para o Movimento de Mulheres Camponesas, além da busca de representação legítima do conjunto de mulheres e do caráter de resistência atrelado à conotação política, o uso dessa designação está associado à busca pela ressignificação do que é ser camponês no espaço rural brasileiro, buscando fugir da conotação negativa e expandindo os significados do termo.

Para as mulheres dos movimentos que compõem a Via Campesina, adotar a terminologia “camponesa” assume ainda um significado de resistência, mesmo entre as mulheres em que a unidade de produção familiar está fortemente inserida ao mercado, elas ignoram o conceito clássico de campesinato e se identificam como camponesas, adotando um significado de luta para o conceito de campesinato e perseguindo a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia e construindo resistência contra o agronegócio. Posto isso, o que Boni (2013) destaca é que identidade camponesa tem a ver com o projeto de sociedade que essas mulheres almejam, com a produção de alimentos saudáveis.

4.5 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Diante do já exposto, percebe-se que as mulheres camponesas, especialmente aquelas organizadas na Via Campesina, estão, em movimento, protagonizando a criação de um feminismo que assume características próprias para atender aos anseios das mulheres rurais,

um feminismo que emerge do campo, ou, conforme Paulilo (2016) um “feminismo que nasce da horta”. Essa construção é possível graças aos processos de lutas que essas mulheres já vivenciaram, sejam eles coletivos (no âmbito político) ou individuais (no âmbito familiar) onde as relações de gênero se estabelecem. Como colocado por Conte e Weschenfelder (2012, p. 20) sobre as mulheres do MMC: “As mulheres experimentam suas próprias experiências refletidas na e por ocasião da Organização, as quais constroem dia-a-dia, seja nas lutas explicitadas ou cotidianas no universo de suas casas e unidades de produção”. Nas entrevistadas realizadas nessa pesquisa as mulheres do MST indicam que foi através da Via Campesina e em especial do Movimento de Mulheres Camponesas que o termo “Feminismo Camponês e Popular” começa a ser forjado.

Na verdade isso nasceu um pouco da Via Campesina, esse termo, tentando juntar o que seria o feminismo na nossa realidade. Porque o que acontece é que a gente senta com os grupos urbanos feministas e a gente se identifica com algumas coisas e com outras não, tem dificuldade de se enxergar, de fato porque não tem como elas se enxergarem em nós e nem nós nelas, porque as realidades são diferentes. Algumas coisas todas as mulheres sofrem igual e tem algumas coisas que nos diferenciam. (Rosa)

O que se percebe na fala da entrevistada Rosa é um entendimento de que as pautas de luta das mulheres camponesas não são sempre as mesmas pautas de luta das mulheres urbanas, embora muitas lutas sejam convergentes.

Existe muita diferença, a urbana bem ou mal, pra ela se virar e conseguir trabalhar fora é mais fácil do que pra uma camponesa, essa opressão pelo financeiro é muito mais forte pras mulheres camponesas do que pra uma urbana, existe também claro, nas regiões mais pobres que a mulher depende do dinheiro que o marido dá, mas ainda assim no meio urbano tu decide tomar uma decisão de se virar, tu te vira de alguma forma, nem que seja vendendo bala, mas no meio rural tu faz o que? Sem veículo, sem transporte, com a terra no nome do cara, enfim tu não tem escapatória, então tem muitas questões que diferenciam, e a coisa também da luta que depois liga um pouco o urbano, mas que é mais das camponesas, que essa ligação com a natureza, a terra, com as sementes, a luta pela água, desse espaço, desse território, da agricultura, não é a toa que o nome inclui cultura, não é agronegócio, é agricultura. Todo esse outro olhar que é diferente do urbano, e aí o que significa feminista dentro disso? (Rosa)

As mulheres camponesas afirmam um feminismo diferente, construído a partir da sua identidade e referente às suas condições enquanto mulheres camponesas que precisam combater as questões de classe e lutar muito contra a opressão de gênero em uma estrutura tradicionalmente patriarcal (BONI, 2013). De acordo com essa mesma autora:

As mulheres já não se sentem intimidadas ao se assumirem como feministas, e da mesma forma que ressignificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares, voltado para a agroecologia, produção de alimentos saudáveis, luta contra o agronegócio. (BONI, 2013, p.82).

Em contraponto ao afirmado por Boni (2013) na citação acima, entre as mulheres do MST ainda existe certa intimidação para afirmar a identidade feminista, mas a emergência do termo “feminismo camponês” tem ajudado as mulheres camponesas a entenderem que para se reivindicar enquanto feminista não é necessário seguir modelos de feministas históricas e famosas que são em sua maioria mulheres urbanas. A entrevistada Clara, afirma que ainda está se familiarizando com o feminismo camponês, e tem dúvidas quanto à importância dessa terminologia por medo de que isso acabe “separando” as mulheres camponesas das demais feministas. Para ela, a principal diferença entre feministas urbanas e camponesas é que essas últimas teriam mais dificuldade em compreender a história e importância do movimento feminista:

Eu não participei muito dessa discussão mas não sei se tem que ser separado. Talvez na compreensão porque as mulheres do campo tem mais dificuldade na compreensão da caminhada do feminismo, mas no feminismo não precisa ter muito essa separação. Mas pras mulheres do campo elas não têm a compreensão tão avançada quanto as da cidade. (Clara)

Por outro lado, a maior parte das entrevistadas concordam que é necessário a construção do feminismo camponês, para que as mulheres camponesas se identifique com a pauta feminista e consigam, a partir dessa identidade, construir redes de apoio e fazer formação e debates na tentativa de conscientizar e combater as opressões de gênero, como comenta a entrevista Simone:

Acho que o feminismo camponês é mais do que necessário porque principalmente no campo é onde se tem as maiores dificuldades de acesso à informação e de fazer o debate das relações, e a violência no campo não é escutada por ninguém, ninguém te ouve, então mais do que nunca tem que se construir essa identidade também porque nós temos que ter cada vez mais consciência disso, com os companheiros e companheiras também. (Simone)

O feminismo camponês popular vem sendo trabalhado entre as mulheres camponesas como algo ainda em construção, com o objetivo de que as próprias mulheres agreguem sentidos a esse termo e com isso se identifiquem. O que as mulheres do MST ressaltam é que o feminismo camponês não pode ser “só para mulheres”, mas que englobe toda comunidade na qual está inserida.

Como tu constrói feminismo dentro dessas comunidades, com o homem, com a mulher, com os filhos, dentro de uma situação rural, é bastante diferente, mas não é que a gente tenha os textos tudo pronto, a gente tem uns ensaios, a cartilha traz isso [cartilha elaborada pelo setor de gênero em 2017], os primeiros ensaios. Mas construir isso na prática, até as mulheres dizerem assim “eu sou feminista camponesa”, um feminismo camponês popular, isso vai uns aninhos pra nós construirmos, inclusive pras outras feministas enxergarem também, que não é que estamos nos diferenciando delas num sentido ideológico, não, é só na realidade que ta posta, pra tentar mostrar quais as nossas dificuldades, é um debate que ta começando. (Rosa)

Importante retomar aqui que ao se afirmarem enquanto “camponesas” essas mulheres além de demarcarem uma identidade de classe, fazem referência ao conceito de campesinato ressignificado, com forte sentido político, relacionado à luta contra o agronegócio e em defesa da soberania alimentar e da produção agroecológica.

Betto e Piccin (2017) inferem que as mulheres do campo organizadas, buscam construir um feminismo que dá sentido e signifique as experiências de vida dessas mulheres, um feminismo que considera a exploração de classe, a apropriação de gênero e que possibilita o debate sobre um modelo de agricultura alternativo. Esses autores apontam ainda que o *feminismo camponês popular*, além de destacar a relação das mulheres com a natureza e exaltar sua capacidade de gerar vida, tem acompanhado as discussões referentes ao direito ao aborto, o que demonstra que esse não é um movimento desvinculado das discussões feministas mais gerais. O que Betto e Piccin (2017) chamam atenção é para o fato de que a construção do feminismo camponês popular acompanha a onda de movimentos de mulheres que buscam se organizar enquanto feministas de acordo com a sua realidade, experiência de vida e acumulado histórico:

Recentemente, uma maior congregação de mulheres, que se consideram feministas, mas que buscam debater feminismo a partir de novas nuances. Nuances estas que, na verdade, nada tem de “novas”, apenas estão representando a exigência de maior centralidade a traços importantes e particulares das experiências de vida de determinados grupos sociais, seja por questões étnico-raciais, como é o caso das mulheres negras, ou diante do espaço social, como recentemente ocorre com as mulheres do campo. (BETTO e PICCIN, 2017, p. 10).

Como bem apontado por Paulilo (2004), os movimentos feministas em geral tem dado pouca importância para questões como distribuição de renda e direitos de propriedade, temas que são tão caros para a realidade das mulheres rurais visto que o acesso à terra e à renda é nitidamente desigual entre homens e mulheres. Foi por questões como essa que, à medida que

a discussão feminista ia engrossando nos movimentos sociais rurais, as mulheres camponesas sentiram a necessidade de construir “o seu próprio feminismo”.

Trata-se da construção de um modelo de feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas. (BONI, 2013, p. 86).

A posição institucional do MST é indicada na última cartilha publicada pelo setor de gênero, onde nota-se que o Movimento de fato assume o Feminismo Camponês e Popular e ressalta a luta feminista deve estar articulada com as demais ações do Movimento:

Muitos feminismos surgiram nas disputas da luta de classes, mas afirmar um Feminismo vinculado organicamente com a classe trabalhadora, tem sido o desafio da luta popular. No campo, nos embates com o agronegócio e a mineração, surge o Feminismo Camponês e Popular, demarcando a realidade desta luta. Assim, na construção da Reforma Agrária Popular, a luta socialista e feminista é uma só e deve estar articulada em todas as ações de nossa Organização. (MST, 2017)

Em elaboração recente do MMC, é sinalizado a definição do feminismo camponês popular como um movimento que é fruto da luta e organização das mulheres camponesas “*mesmo quando ainda não se entendia dessa forma*”, a partir do enfrentamento das mulheres contra o agronegócio e o patriarcado. É por emergir dos movimentos sociais e, conforme publicação do MMC (2018), por ser “forjado na luta” que o feminismo camponês é também denominado como “popular”.

O Feminismo Camponês e Popular é forjado na LUTA cotidiana de resistência e enfrentamento ao capitalismo, particularmente em sua expressão no campo. Construimos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa e popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado, pois, mais uma vez, se coloca a importância da visibilidade das lutas e o trabalho das mulheres, como sujeitas concretas de transformação da sociedade, ressaltando o caráter de LUTA contra o capitalismo e o patriarcado do Feminismo Camponês e Popular. (MMC, 2018, p.33)

Percebe-se nos trechos dos documentos do MST e MMC acima citados que o feminismo camponês popular não trata apenas do que se considera “coisa de mulher”, mas sim da defesa de um projeto de sociedade diferente e especialmente, de um projeto de

agricultura camponesa com base na agroecologia. Sobre a organização das mulheres camponesas em defesa da agroecologia, Siliprandi (2011, p.11) comenta:

Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem na condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos e sustentável ambientalmente, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas avançam, como já vimos, para o questionamento sobre as multinacionais do setor, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral.

Como já comentado no segundo capítulo desta tese as mulheres do MST, em declarações para o Jornal Sem Terra, explicam que a dominação da agricultura pelo capital é também uma forma de opressão às mulheres, por isso elas precisam lutar contra o avanço do capital no campo. Em consonância com esse pensamento, Henn (2013) aponta que a monocultura é um lugar masculinizado, que exclui as mulheres dos espaços de produção. Esses argumentos podem ser apontados como justificativa para a importância que as mulheres camponesas conferem a construção de projeto de agricultura ecológica. Em cartilha sobre o Feminismo Camponês, o Movimento de Mulheres Camponesas destaca ainda a necessidade de imprimir um caráter feminista na agroecologia:

Para nós no MMC, a agroecologia é um modo de vida que respeita as tradições de cultivo, de forma de criar os animais, os cuidados com o solo, com a água, ou seja, pensa a vida no campo a partir de uma relação de cuidado com a natureza, buscando entender e respeitá-la. Mas tem aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o machismo existe na nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado, essa também é uma tarefa da Agroecologia, pois sem respeito e valorização do trabalho de homens e mulheres não tem como existir uma relação de integração com a natureza de forma agroecológica, por isso dizemos: Sem Feminismo não há Agroecologia. (MMC, 2018, p.24)

Os três eixos principais de luta das mulheres camponesas na atualidade são, de acordo com Betto e Piccin (2017): a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa. Eixos que vem ao encontro das lutas históricas das mulheres do MST, em defesa de direitos sociais básicos, pelo direito à participação política, contra o agronegócio e o latifúndio e em defesa da reforma agrária e da agroecologia.

4.6 IMPLICAÇÕES DA MILITÂNCIA FEMINISTA NA LUTA PELA TERRA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Compreendemos que o campesinato no Brasil passou por uma ressignificação, especialmente como estratégia de fortalecimento dos movimentos sociais do campo que defendem essa categoria política. Nesse processo de ressignificação, a mulher camponesa (assim como os demais membros da família camponesa) passa a ser definida como aquela que produz o seu próprio alimento, mesmo que ainda integrada ao mercado quando necessário para reprodução social da família, o “diferencial” da mulher camponesa seria a resistência ao agronegócio e a busca por um modelo de agricultura agroecológico, que respeita a relação dos seres humanos entre si e com a natureza. Talvez pelo fato de estarem menos inseridas, ou não serem protagonistas das atividades agrícolas mais integradas ao mercado e de maior interesse para o agronegócio, as mulheres conseguem avançar mais no debate e na defesa das pautas relacionadas à agroecologia e soberania alimentar, adotando essas pautas como prioritárias em suas lutas.

As mulheres camponesas se aproximaram do feminismo não intencionalmente, mas isso ocorreu durante o processo de organização e luta diária que essas mulheres vivenciaram. Em outras palavras, remetendo à noção de experiência forjada por Thompson, foram as experiências que as constituíram enquanto *mulheres camponesas feministas*. É interessante ressaltar que, mesmo inicialmente sem conhecimento ou sem intenção de se afirmar enquanto feministas, as mulheres do campo ao longo da trajetória de sua organização política demonstraram ações e posturas que podem ser caracterizadas como feministas, que mais se aproximam do feminismo socialista, marxista, por estar estritamente vinculado à luta de classes. Essa seria uma das principais características do feminismo das mulheres do campo: a associação das lutas de classe e gênero e o reconhecimento de que essas questões precisam ser enfrentadas em conjunto. Esse ponto nos remete à ideia de interseccionalidade, termo que vem ganhando visibilidade nos estudos de gênero e entre movimentos feministas, mas que ainda não se popularizou entre os movimentos de mulheres do campo.

Uma vez desmistificado o feminismo entre as mulheres camponesas, estas iniciam um processo de reflexão sobre a necessidade de um feminismo que as representasse, que deveria ser construído por elas e para elas. Assim surge a ideia do *feminismo camponês*. Dentro de um conceito de campesinato ressignificado emerge um feminismo que reconhece as particularidades e necessidades das mulheres do campo, um feminismo que não abandona as questões de classe, e que atenta para as relações das mulheres com a natureza, a terra e a

distribuição de renda, colocando-as como protagonista da construção de um novo modelo de agricultura e sociedade possível.

Ao longo dos anos, as mulheres do MST organizadas conseguiram avançar em pautar importantes dentro e fora do Movimento. Internamente a mobilização feminina resultou em conquistas como, por exemplo, a participação nos postos de direção (através da paridade de gênero), construção da ciranda infantil (que possibilita a participação de mães nos espaços políticos) e a formação do Setor Nacional de Gênero como institucionalização do debate de gênero no MST. Externo ao Movimento, podemos citar como conquistas da luta das mulheres do MST: o direito à previdência social e licença maternidade, o direito da mulher constar como “titular” dos lotes, entre outras políticas públicas para mulheres rurais. Além dessas, que podem ser caracterizadas como “pautas de interesse das mulheres”, a participação e mobilização das mulheres sem terra sempre foi fundamental para a luta conjunta do Movimento, ainda que não lhes fosse atribuído o protagonismo das lutas gerais, elas sempre se fizeram presentes nas linhas de frente dos atos públicos. Visualizar o esforço de organização e mobilização dessas mulheres e a forma qualificada que estas se inserem tanto nas lutas mais específicas nas lutas gerais, é fundamental para o entendimento da importância da participação das mulheres no MST, sem a qual, “a luta vai pela metade”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa tese foi investigar como se dá a participação feminina no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e como as mulheres se constituem enquanto sujeitos políticos desse movimento misto. Para tanto, além da investigação bibliográfica sobre as mulheres no MST e análise das publicações do próprio Movimento (especialmente o *Jornal Sem Terra*), foram realizadas entrevistas com mulheres que assumiram (ou assumem atualmente) cargos de liderança política no Movimento, tentando assim entender a trajetória e a experiência vivenciada por estas mulheres ao forjar-se enquanto sujeitos políticos.

Nesse percurso investigativo identificamos algumas fases organizativas das mulheres no interior do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, desde a ocasião das primeiras ocupações de terra e do primeiro Congresso Nacional do MST até os dias atuais. A organização interna das mulheres sem terra se modificava na medida em que o debate sobre gênero e participação feminina ganhava ou perdia força no Movimento. Fortalecia-se quando o debate era reconhecido pelo conjunto do Movimento como importante e necessário (em momentos da intensa organização e mobilização feminina, como quando outros movimentos pressionavam o MST a reconhecer a importância da participação das mulheres, ou quando as mulheres protagonizavam lutas como o ato na Aracruz Celulose) e enfraquecia sob o discurso de que as pautas das mulheres não era prioridade e poderia “dividir a luta” (como no período entre 1990 e 1995 indicado no capítulo 2, quando as militantes do MST são orientadas a participar de Movimentos autônomos de mulheres caso quisessem lutar pelas pautas entendidas como “específicas”). É interessante perceber que a organização das mulheres foi em alguns momentos interpretada como uma “ameaça” ao próprio Movimento, mesmo quando as pautas encampadas por elas não tinha relação direta com o movimento feminista e diziam respeito aos direitos sociais básicos, como o direito à documentação e ao reconhecimento da sua identidade e profissão enquanto trabalhadora rural sem terra. Entretanto, mesmo com algumas tentativas de desmobilização das mulheres na organização interna do MST, e ainda que tenha sido extinto, em determinado período, o espaço de auto-organização interna das mulheres no Movimento, as militantes do MST mantiveram-se organizadas informalmente ou em movimentos externos ao MST, influenciadas e apoiadas por outras mulheres de movimentos sindicais e por movimentos autônomos de mulheres rurais.

As questões de gênero parecem ser consideradas relevantes para o MST por um conjunto de fatores que envolvem principalmente a mobilização e pressão das mulheres que

compõem o Movimento, mas também uma pressão externa de organizações internacionais como a Via Campesina, que passam a cobrar representação feminina nos espaços políticos. Contudo, arrisco inferir que um fator crucial para o reconhecimento da importância da luta das mulheres no MST é a visibilidade e relevância política atribuída aos atos organizados pelas mulheres, como foi o caso do ato na Aracruz Celulose, em 2006, que ganhou destaque na mídia e rendeu reconhecimento interno.

Os maiores e mais conhecidos atos públicos organizados e protagonizados pelas mulheres sem terra são relacionados à luta pela terra e pela reforma agrária, contra o agronegócio e em defesa da agroecologia. Concomitante a isso estas mulheres travavam uma luta interna no movimento - e também fora dele - contra a opressão de gênero e por direitos iguais de participação política e produtiva. Nota-se então que, além do que é comumente falado sobre as mulheres com relação à dupla jornada que as mulheres enfrentam nas famílias, quando precisam conciliar trabalho com afazeres domésticos e os cuidados com filhos e marido, o esforço de organização e mobilização das mulheres no MST configura uma “dupla militância”, por um lado, a militância pela reforma agrária (pauta geral do movimento), e por outro lado a militância feminista, motivada pela opressão que sofrem por serem mulheres.

Ao conhecer as histórias das mulheres entrevistadas nessa pesquisa nota-se que suas origens são diversas, mas suas trajetórias se cruzam na luta pela terra e no desafio de se afirmarem enquanto militantes políticas em um movimento misto, disputando espaço com homens. As mulheres conseguiram avançar a ponto de conquistar em um primeiro momento as “cotas” e posteriormente a paridade de gênero nas instâncias políticas do Movimento. Desde a mobilização no primeiro Congresso Nacional do MST as mulheres conquistaram o direito de participação política numa cota de 30% entre o total de participantes e também de dirigentes e composição da mesa, o que representava um avanço e incentivo para a participação feminina nesse importante espaço do Movimento (ainda que alguns momentos essa cota não fosse respeitada). Entretanto, como apontado por entrevistadas nessa pesquisa, a participação feminina nos Congressos Nacionais e nas instâncias de direção do Movimento por vezes decaía, mesmo com a manutenção das cotas, esse fato se justifica pela dificuldade das mulheres conseguirem se inserir em um modelo de participação política pensado hegemonicamente por e para homens. Entre esses “altos e baixos” da participação feminina no MST, as mulheres mantiveram-se mobilizadas e continuaram tensionando em busca do direito à participação nos espaços de decisão, até que, com muita auto-organização, reuniões paralelas e debate conjunto as mulheres conquistaram a paridade de gênero nos espaços de direção do MST, que passa a vigorar a partir de 2005. Todo esse debate foi conduzido no que

podemos denominar como um cenário de disputas, no qual o discurso das lideranças masculinas era de que as mulheres poderiam participar desde que conquistassem seu espaço, e a conquista veio através da mobilização e pressão feminina. Importante destacar que, como já comentando, o modelo de participação política do MST não foi pensando de acordo com a realidade da maioria das mulheres, por isso é mais difícil para uma mulher conseguir se dedicar à militância política, e mesmo quando enfrentam as dificuldades para estar nesses espaços elas acabam assumindo posturas tidas como “masculinas” e por vezes precisam modificar sua maneira de falar e se vestir para obter mais reconhecimento dos militantes homens.

Através da trajetória das mulheres entrevistadas nesta pesquisa pode-se perceber que um aspecto fundamental para que as mulheres consigam se colocar na disputa política dentro do movimento é a formação, tanto escolar/acadêmica quanto militante. Com a histórica submissão feminina as mulheres não são “treinadas” para falar em público ou ocupar espaços de representação, especialmente quando esses espaços são ocupados majoritariamente por homens. Vencer essa barreira exige um esforço de formação, para que a mulher se sinta mais confiante para falar, ou como elas comentam, “usar as palavras certas”. Enquanto para os homens parece fácil elaborar discursos e falar frases de efeito, as mulheres tendem a permanecerem mais tímidas diante de alguma plateia, enquanto buscam aprofundar mais conhecimento sobre o que está em pauta. Sobre esse ponto, além de precisar fazer um esforço de formação maior do que os homens, as mulheres correm ainda o risco - e a pesquisa demonstra que isso de fato acontece - de ter suas ideias e opiniões rejeitadas ou apropriadas pelos militantes masculinos.

A formação e auto-organização interna das mulheres do MST as fortaleceu enquanto militantes e contribuiu para que se rompessem algumas barreiras (ainda que simbólicas) estabelecidas contra a participação política das mulheres no Movimento. Os avanços quanto à participação feminina e a importância das pautas das mulheres para o conjunto do Movimento é inegável e pode ser simbolizado pela constituição do Setor de Gênero, que representa a fase em que o debate de gênero ganha espaço importante como um dos eixos estruturantes da organicidade do Movimento. O setor de gênero foi um importante instrumento para institucionalização da participação das mulheres nas instâncias políticas do Movimento e também um marco no sentido de ampliar o debate e a responsabilidade de construção de novas relações de gênero para o conjunto do Movimento. Atualmente o Setor de Gênero se mostra ainda mais amplo, comportando inclusive uma secretaria específica para pautas LGBT. É a partir do Setor de Gênero que se realizam as formações com relação ao feminismo

para as mulheres que compõem o Movimento, desde a base à direção, através de reuniões e eventos nos acampamentos e assentamentos até cursos de formação com temas como “feminismo e marxismo” e também a organização da Jornada das Mulheres no 8 de março. As palestras e formações realizadas pelo setor de gênero tem atualmente abordado temas mais polêmicos entre as mulheres, como a legalização do aborto. Além disso, com a instituição da secretaria LGBT dentro do Setor de Gênero o debate sobre a questão da sexualidade e os direitos LGBT também tem ganhado espaço dentro do Movimento, sendo o tema alvo de formações e encontros estaduais. Interessante perceber ainda que o Setor de Gênero não é “só de mulheres”, pois na intenção de levar o debate de gênero para o conjunto do Movimento, existe atualmente no setor uma frente de trabalho com os homens, onde os homens são chamados à debater e refletir entre eles sobre as questões de gênero. Assim, com a organização das mulheres, especialmente através do Setor de Gênero, acredita-se que o Movimento caminha para a construção de relações de gênero mais justas e igualitárias.

A aproximação das mulheres do MST com os movimentos autônomos de mulheres do campo e com movimentos feministas globais envolvendo também mulheres urbanas (como a Marcha Mundial de Mulheres), foi fundamental para que essas mulheres assumissem a pauta feminista, e se identificassem enquanto feministas. Entretanto, apesar do Setor de Gênero ter assumido a pauta feminista, nossa pesquisa mostrou que esse assunto não é consenso entre as mulheres do MST. Como já comentado, o Movimento Sem Terra através do Setor de Gênero tem promovido desde cursos de formação feminista até debates mais amplos e polêmicos como a legalização do aborto e os direitos das famílias homoafetivas, mas são justamente nas pautas mais progressistas que se observa uma maior resistência por parte de setores das mulheres sem terra. Percebe-se que existe uma diversidade de entendimentos, apropriações e aceitações das pautas feministas entre as mulheres camponesas. Embora seja quase unanimidade que elas reconheçam e lutem por igualdade de direitos sociais, políticos e produtivos, uma parte das mulheres não se sentem motivadas ou não conseguem se inserir mais ativamente na luta para romper com padrões sociais historicamente construídos, como o fato de que elas seriam as principais responsáveis pelo cuidado com a família e com a casa, ou que não podem passar um tempo longe de casa. Nos casos referentes às questões como legalização do aborto a resistência é ainda maior, pois se trata de algo que, de acordo com parte da sociedade, envolve questões religiosas e morais e afeta diretamente a questão da maternidade ou do “amor incondicional” de mãe, que seriam próprios das mulheres. Romper com essa lógica de pensamento é difícil para as mulheres em geral, e não é diferente entre as

mulheres camponesas. Associar o feminismo a questões polêmicas como essa acaba afastando as mulheres de organizações identificadas como feministas.

A não identificação de boa parte das mulheres do campo com o movimento feminista mais amplo acabou por provocar a construção de um feminismo a partir da realidade do campo, o *feminismo camponês popular*, que emerge dos movimentos sociais de mulheres vinculados à Via Campesina, especialmente o Movimento de Mulheres Camponesas e das mulheres do MST. A emergência do feminismo camponês acompanha também o processo de ressignificação do campesinato, impulsionado pela Via Campesina. Além da libertação da mulher, o feminismo camponês almeja uma transformação da sociedade e a construção de um projeto de agricultura camponesa. O campesinato ressignificado, especialmente no sentido político do termo, assume a defesa da agroecologia e a luta contra o agronegócio, e as mulheres camponesas assumem essa pauta como central, enfatizando ainda que a agricultura capitalista é nociva não só para o ambiente como também para a vida das mulheres. É esse o principal ponto de convergência e identificação entre as mulheres camponesas: a defesa da agroecologia. É interessante perceber que para os movimentos autônomos de mulheres rurais o tema da agroecologia parece ter mais importância do que nos movimentos mistos, e mesmo dentro dos movimentos mistos são as mulheres destes movimentos que mais defendem e levantam essa bandeira, como no caso do MST. Uma justificativa para a defesa da agroecologia entre as mulheres é que na agricultura convencional, especialmente nas monoculturas e grandes lavouras as mulheres são excluídas do processo de produção e por isso pouco dominam a área (no capítulo dois dessa tese pode-se ver alguns argumentos de que a agricultura capitalista oprime as mulheres). Em contrapartida, em geral são as mulheres as principais responsáveis pela produção de itens alimentícios para autoconsumo e venda nas feiras. Assim, percebe-se as mulheres como mais dispostas e abertas a um projeto diferente de produção agrícola, com mais respeito à natureza e a todos envolvidos no processo produtivo, como o projeto agroecológico. Essa é uma das pautas que motivam a cada ano mais mulheres a se somarem nas marchas realizadas no dia 8 de março, protagonizadas pelas mulheres camponesas. O enfrentamento das mulheres do MST ao agronegócio as tornou símbolo de resistência para o Movimento e fez com que atualmente o MST reconheça a jornada das mulheres em março como um dos eventos mais importante do Movimento. Nota-se que pautas mais específicas sobre as questões das mulheres, tais como a questão da licença maternidade, paridade de gênero nas instâncias, violência contra a mulher, entre outras, não ganham tanta importância quanto as pautas gerais do Movimento que as mulheres assumem como lutas delas.

Desvelar as trajetórias das mulheres sem terra nos ajuda compreender que a história de luta do MST é também a história de luta das mulheres camponesas, mesmo que essas histórias sejam geralmente invisibilizadas. Nesse sentido, uma colaboração importante desta tese é conseguir dar visibilidade a essas histórias, pois como nos aponta Scott “tornar um movimento visível quebra o silêncio sobre ele”. A trajetória das mulheres entrevistadas nessa pesquisa revela que a luta das mulheres no MST não é uma luta paralela ao Movimento, pelo contrário, é uma luta sem a qual o Movimento não seria o que é. Reconhecer a importância da luta feminina no MST e dar visibilidade a essas histórias é fundamental para entender as dinâmicas que compõem este movimento social. Interessante perceber que, ao longo da trajetória de organização política das mulheres do MST as identidades coletivas mobilizadas foram se alterando, visto que em um primeiro momento se identificavam como “mulheres trabalhadoras rurais” ou “mulheres Sem Terra”, e posteriormente, especialmente com a entrada na Via Campesina, passou a ser construída a identidade de “mulheres camponesas”.

O modelo de participação política do MST, mesmo após tantos avanços (como é o caso da paridade de gênero nas instâncias) ainda dificulta bastante a participação feminina, especialmente das mulheres que são casadas e mães. Assim, para conseguirem participar as mulheres sem terra criam estratégias paralelas e constroem outra forma de fazer política dentro do movimento. Sobre essa questão se percebe que, apesar do discurso de que as mulheres podem participar da política tal qual como os homens e de que não há nenhuma restrição à participação feminina nas instâncias, o esforço feminino precisa ser muito maior que o esforço masculino para vivenciar tal experiência. Enquanto o homem, geralmente, pode se dedicar à militância política em tempo integral, a mulher que se dispõe a assumir uma tarefa militante precisa dividir seu tempo com as demais tarefas que geralmente ficam sob responsabilidade feminina, como cuidar da casa, dos filhos e do marido. A manutenção dessa divisão sexual é um dos principais fatores que impedem a participação política das mulheres, e faz com que, ainda que estabelecida a paridade de gênero, se rescinda numa participação majoritariamente masculina nas instâncias políticas.

Enquanto os movimentos autônomos de mulheres camponesas (como o MMC) se preocupam em dar visibilidade à luta das mulheres “para fora”, as mulheres do MST se organizam internamente, para que o próprio Movimento reconheça suas pautas e sua importância. Desde o início do MST, as mulheres passaram a se organizar para dentro do próprio Movimento, buscando ter espaços nas instâncias políticas, para ter voz, visibilidade e poder de decisão nos espaços políticos.

No desenvolver desse estudo identificamos que, de fato, há uma hierarquização de pautas de lutas no MST e um pensamento de que a luta principal é a luta pela terra. Mesmo que o Movimento assuma outras diversas pautas de luta, como a luta feminista, essas são relegadas a instâncias específicas e não tratadas de forma transversal. A exemplo de demais movimentos mistos, persiste no MST um entendimento de que a luta das mulheres é uma pauta “específica” e não a “luta principal” deste Movimento. A partir desse entendimento a responsabilidade de construir relações de gênero mais igualitárias no Movimento é reservada especialmente para as mulheres, pois essa seria uma pauta “delas”. Toda essa organização interna do MST de estratificar as pautas de luta de forma interna antes de se mostrar “pra fora”, ajuda a reproduzir e fortalecer a hierarquização de pautas. Pelo que foi possível constatar há no MST, mesmo nos dias atuais uma tentativa de se forjar um sujeito universal para o Movimento, o sujeito “sem terra”, como se pode perceber em uma das palavras de ordem difundidas pelo MST: “Somos todos Sem Terra”. Entretanto, esse sujeito universal é associado a um homem branco, heterossexual, com uma “família tradicional”. O modelo do sujeito sem terra é um modelo masculino, e as mulheres tendem a tentar se igualar a esse modelo para buscar direito à participação política, reconhecimento e legitimidade no Movimento. Da mesma forma, na luta pela terra, um conceito de sujeito universal sem terra tende a privilegiar o acesso a terra por um homem.

Essa dinâmica parece “normal”, se tratando de um movimento que foi pensado e criado com o objetivo central de luta pelo direito a terra, e que busca envolver toda família no processo de luta. Entretanto, se consideramos que a dominação masculina é estrutural, lutar contra a opressão de classe, mas reproduzir a opressão de gênero é alimentar o mesmo sistema de dominação. Nesse sentido, perspectivas analíticas como a de *interseccionalidade* e *consustancialidade* avançam no sentido de indicar que há uma união indissociável entre classe, sexo e raça, e que uma hierarquização de lutas tende a perpetuar desigualdades.

O que a categoria de interseccionalidade agrega nesse debate é no sentido de apontar que é possível se organizar de forma fragmentada e específica (enquanto mulheres, trabalhadores sem terra, negros, etc.), mas a libertação só vem quando se consegue pensar a relação entre todas as formas de opressão e como tudo está imbricado. Em outras palavras, existe uma união indissociável ente gênero, classe e raça, e nenhuma dessas lutas deve se sobrepor à outra. É fácil relacionar o feminismo camponês popular com a categoria da interseccionalidade se pensarmos em como esse feminismo considera importante a diferenciação da categoria “mulheres camponesas” e destaca a importância da articulação entre classe e gênero de forma que essas opressões sejam combatidas conjuntamente.

Entretanto, não identificamos elaborações documentais ou acadêmicas que tratem do feminismo camponês popular pelo viés da interseccionalidade. Neste trabalho, especialmente no capítulo 4, apresentamos brevemente as categorias de interseccionalidade e consubstancialidade como alternativa para abordar o feminismo camponês popular e mais precisamente como alternativa para tratar das questões de gênero no Movimento Sem Terra.

Não se trata de inferir que o MST deveria ser um movimento feminista, mas sim que as questões feministas precisam ser abordadas de forma transversal e interseccional em um movimento de classes que propõe uma transformação na sociedade. Para tanto é importante investir em pesquisas que abordem a problemática da diversidade de pautas do MST, e as relações sociais do meio rural como um todo, a partir de categorias como a de interseccionalidade, que apesar de ser uma categoria com certa visibilidade nos estudos sociológicos ainda não tem repercutido nos estudos rurais.

Como apontamentos finais dessa tese, no intuito de generalizar a discussão, podemos apontar que há ainda um longo percurso, tanto acadêmico quanto militante, para superação da opressão de gênero mesmo no interior dos movimentos sociais. Podemos inferir ainda que, do ponto de vista acadêmico, esse percurso exige a apreensão de novas categorias, como as que já estão em curso e se popularizando nas ciências sociais, como a categoria de interseccionalidade, que é mais sensível às questões de hierarquização de opressões e sistemas de dominação.

Do ponto de vista da práxis militante, como aprendizado do caminho já percorrido, para que esse movimento de mulheres em busca de reconhecimento e legitimidade siga evoluindo é importante que as mulheres se mantenham organizadas em torno da sua identidade enquanto mulheres e feministas e que a partir daí reforcem as estratégias de auto-organização, além de investirem em formação e produção de conhecimento sobre as categorias citadas anteriormente. Como identificado nesta tese, as mulheres do MST nem sempre se identificam com o feminismo, mesmo que o setor de gênero do Movimento tenha assumido essa pauta. A construção do Feminismo Camponês Popular parece ser a alternativa para que as mulheres camponesas se sintam representadas pelo feminismo e mesmo que ainda em construção, a inserção do feminismo no universo camponês já ocasiona alguns impactos na estrutura familiar camponesa. Esse é mais um ponto que merece atenção dos estudos sobre gênero no rural. Afinal, como a família camponesa e a comunidade camponesa em geral têm reagido ao surgimento desse novo sujeito “feminista camponês”? Como a feminista camponesa se insere na estrutura de sua família ou do grupo social a qual pertence?

Seria, talvez, muita pretensão, em uma tese tentar dar conta de todos os aspectos problematizados nessas considerações. Encerramos essa tese ciente de que a discussão sobre o tema não deve se encerrar aqui, ao contrário, que inspire e instigue novas pesquisas. São questões e problemáticas emergentes e categorias de análise que pouco tem influenciado os estudos da sociologia rural no Brasil e que, nem sempre, foi possível tratar com profundidade necessária neste trabalho. Por enquanto, nos interessa “quebrar o silêncio” ao visibilizar e registrar algumas das tantas histórias e trajetórias de lutas das mulheres camponesas que compõem o MST (e são facilmente invisibilizadas pelas vozes masculinas do Movimento) e sinalizar algumas questões, apontando possíveis campos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 275 p., 1998
- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Revista **Política & Sociedade**, v. 15. 2016
- ALEXANDER, J. “Ação coletiva, cultura e sociedade civil – Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. **RBCS**, vol. 13, nº 37, pp. 5-31. 1998.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova** [online]. n.76, pp.49-86. 2009.
- BERNAT, I. G. Um novo jeito de organizar. **A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. Tesis doctoral en Historia. Universitat de Lleida. 292 p. 2012.
- BETTO, J. **Chega de ficar de fora já chegou a hora de participar: trajetória política do MMC/SC e o engajamento militante das dirigentes jovens camponesas**. 156f. Dissertação de mestrado (mestrado me Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2016.
- BETTO, J.; PICCIN, M. B. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika** [Online], 16 | 2017
- BIHAIN, N. M. **A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- BONI, V. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, n 34/35, 2013.
- BORDALO, C.A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BOSETTI, C. J. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDeAS**, v. 5, n. 2, p. 08- 32, 2012
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, **Cadernos Pagu** 26, p.329-376, 2006.
- BRUMER, A. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo**. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, p. 33-52. 2009.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Revista **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. p.11-22. 1994.
- CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008
- CHAVES, C. A. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra: Um Estudo sobre a Fabricação do Social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará UFRJ, 2000.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. 1995.
- CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.
- CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V. Mulheres Camponesas em luta: Resistência, libertação e empoderamento. **Revista da Faculdade de Educação**, ano X, nº17, 2012.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, p. 139-167. 1989
- CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). **The public nature of private violence**. Nova York, Routledge, pp. 93-118. 1994
- CUNHA, J. T. P. **De Boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

DEBIASI, R. E. Mulheres, Militantes e Migrantes: a estruturação do MST no Nordeste Brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017.

DEERE, C.D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **R. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.

DERRE, C. D. El Derecho de la mujer a latierra, los movimientos sociales rurales y el Estado em las reformas agrarias Latinoamericanas del Siglo XXI. In: Kay, C.; Vergara-Camus, L. **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

FERRANTE, V.L.S.B; DUVAL, H.C; BERGAMASCO, S.M.P.P; BOLFE, A.P.F; Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 195-216.

FRASER, N. “Mapeando a imaginação feminista”: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, 15(2), 291-308. 2007

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-284.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HIRATA, H. KERGOAT, D. A classe operaria tem dois sexos. In: **Revista Estudos Feministas**, vol.2, n° 3. 1994

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. Junho de 2014

HONÓRIO, R. G. Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'Économie Politique**, 5: 65-97, nova série. 1978.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, 86: 93-103. 2010.

LERRER, D. F. Os Silêncios do Conflito da Praça da Matriz. **Lumina** - Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.6, n.1/2, p. 93-112, jan./dez. 2003

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989

MELUCCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista concedida a L. Avritzer e T. Lyyra. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, p. 152-166, 1994.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova** – São Paulo – jun 1989

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984. Rambaud, Placide. "L'apport des travailleurs de la terra à la société industrielle". *Sociologia Ruralis*, 22, 2:108-121, 1982.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 29 ed. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **Feminismo Camponês e Popular**. Cartilha MMC. 2018

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **Folder sobre a missão do Movimento**. MMC. 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A questão da mulher no MST**. MST. São Paulo: MST, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 02: mulher sem terra**. São Paulo: MST [19--].

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 15: a mulher nas diferentes sociedades**. São Paulo: MST, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno do núcleo**. Num 5. Curitiba: MST, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Setor de Gênero**. Caderno de Formação. Porto Alegre: MST, 2017.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. R. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr./2004.

PAULILO, M. I. S., Que feminismo é esse que nasce na horta? Florianópolis: **Política & Sociedade**, 2016.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, n° 16, Jul – Dez de 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? **Educação e realidade**. v. 15, n. 2, p. 71- 89, jul.- dez. /1989.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História 16**, São Paulo, fevereiro de 1998, pp.297-325.

SILIPRANDI E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, v. 9, p. 169-184. 2011.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, Brasília, 2010.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina**. São Paulo: Alameda, 2011, 302 p.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu/MG, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista Economia e Sociologia Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.25-44. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

APÊNDICE A

Edições do Jornal Sem Terra analisadas na pesquisa:

Edição	Título	Categoria
Fev/1985	Ao lado dos homens, sem medo da luta.	Partic. Política
	As mulheres vão à luta	Partic. Política
Mar/Maio – 1985	Mulheres dobram pelego no Pará	Sindicalização
Out/Nov – 1985	As mulheres na luta	Violência/Liderança
Dez – 1985	Mulheres lutam pela sindicalização	Sindicalização
Mar – 1986	Sindicalização da mulher	Sindicalização
Abril – 1986	Mulheres camponesas conquistam mais uma vitória	Conquistas (posse da terra/reconhecimento)
Junho – 1986	Agricultoras levam proposta à CUT	Reconhecimento/Partic. Política
Agosto – 1986	Mulheres na luta	Eventos
Nov/dez – 1986	Teimosia de mulher	Entrevista (Partic. Política)
	Encontro Nacional de Mulheres	Evento
Fev/Mar – 1987	Mulheres fortalecem o movimento	Evento
Abril – 1987	O dia das mulheres	8 de março
Mai – 1987	Roseli: símbolo da luta pela posse da terra	Exemplo (inspiração)
Jun – 1987	Nordestinas estão firmes na luta	Evento
Ago – 1987		Formação
Set- 1987	Mulheres lutam por seus direitos	Evento
	A história do Trabalho da mulher (parte 2)	Formação
Out – 1987	Mulheres presentes	Partic. Política/ Mobilização
Dez – 1987	A história do trabalho da mulher (parte 3)	Formação
Jan – 1988	A mulher na sociedade capitalista	Formação
Fev – 1988	Mulher: organizar-se para conquistar	Partic. Política
Mar – 1988	Mulheres rurais unidas na luta	8 de março
Mai – 1988	Exemplos de coragem	Exemplo (inspiração)
	Organizar para a luta	Evento
Junho – 1988	Conquistando espaços	Educação Popular
	Organizar e participar	Grupo de mulheres
Julho – 1988	Uma força ativa nos assentamentos	Importância da mulher
Set – 1988	Ação e pensamento das deputadas	Entrevista/ partic. política
Out – 1988	Mulheres rurais disputam eleições municipais	Partic. Política

Nov – 1988	Participar é decidir	Partic. Política
Dez – 1988	Encontro de agricultoras	Evento
Jan/fev – 1989	8 de março, história de lutas e conquistas	8 de março
Agosto – 1989	A luta necessita dessa força	Organização/ Partic. Política
Nov – 1989	Encontro de mulheres	Evento
Março – 1990	Mulher, ocupa teu espaço	Mobilização
Jul/ago – 1990	A coragem das trabalhadoras rurais	Entrevista/ Partic. Política
Março – 1991	Cartaz sobre o 8 de março	8 de março
Mar- 1992	Mulheres na luta	8 de março
Abril – 1992	Lavradoras em Brasília	8 de março
Mai – 1992	Entrevista à lavradoras	Entrevista/ Mobilização
Mai/Jun – 1992	Mulher que luta organizada gera nova sociedade	Movimento de Mulheres
Dez – 1993	Mulheres agricultoras unidas pelos seus direitos	Evento
Jan/Fev – 1994	Liderança: Itelvina	Entrevista / Importância da mulher
Mar – 1994	Cartaz sobre o 8 de março	8 de março
Abril – 1994	Salário maternidade já é lei	Conquista
Mai – 1994	Sem a participação da mulher nossa luta vai pela metade	Evento
Julho – 1994	Mulheres, exijam seu salário maternidade	Informativo
Ago – 1994	Mulheres organizam farmácia com sabedoria popular	Grupo de mulheres
Set – 1994	Movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina comemora 10 anos com congresso e grande mobilização	Evento
Nov – 1994	Nenhuma trabalhadora rural sem documentos!	Informativo
Out – 1995	Mulheres na luta	Evento
Nov – 1995	Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade	Evento
Dez – 1995	Liderança – Maria Rodrigues	Entrevista/ opressão
Mar – 1996	MST deve lutar também contra o machismo	Entrevista/opressão/ Partic. Política
Junho – 1996	Mulheres do MST discutem seus problemas na luta pela reforma agrária	Evento
Julho – 1996	Movimento de mulheres trabalhadoras rurais se articula nacionalmente	Movimento de mulheres
Agosto – 1996	Mulheres vítimas de violência exigem justiça no campo	Mobilização/ Violência
Out/nov – 1996	Mulheres latino-americanas se organizam no campo	Debate de gênero
Mar – 1997	Mulheres sem terra são	8 de março

	homenageadas no 8 de março	
	Ocupação no dia internacional da mulher	Mobilização/ ocupação
Ago – 1997	As mulheres podem ajudar mais	Entrevista/ Partic. Política
Dez 1997/jan 1998:	Companheiras do MST, uma pressão permanente.	Evento
Fev – 1998	Brigada de mulheres à Cuba	Evento
Mar – 1998	Mulheres internacionalistas e lutadoras	Lutadores do povo
Mai/jun – 1998	Liderança	Entrevista/ Partic. Política
Jul – 1998	Mulheres criam primeira coordenação regional	Organização
Set – 1998	Encontro Estadual de mulheres	Evento
Mar – 1999	Mulheres na luta por uma nova sociedade	8 de março/ Partic. Política/ Formativo
Abril – 2000	Acampamento reúne 3000 mulheres	Evento/ Partic. Política
Mai – 2000	Acampamento só de mulheres	Ocupação/ Partic. Política
Junho – 2000	Iara, mulher, amor e dor	Lutadores do povo
Dez 2000/ Jan 2001	Elites não sabem enfrentar mulheres em luta	Mobilização
	Regulamentado o direito das mulheres rurais	Conquistas
Fev – 2001	Anitta Garibaldi uma grande lutadora	Lutadores do povo
	8 de março, dia internacional da mulher	8 de março
Mar – 2001	Mulheres trabalhadoras rurais na luta por um novo Brasil	8 de março/ mobilização
Nov/ dez 2001	Tânia, combatente e revolucionária	Lutadores do povo
Mar/Abril 2002	Mulheres rurais protestam em todo país	8 de março/ mobilização
Nov – 2002	Guerreiras de Palmares	Lutadores do povo
Fev/mar – 2003	Nísia Floresta, precursora na luta pelos direitos da mulher no Brasil	Lutadores do povo
Abril – 2003	Flora Tristan e as raízes do socialismo	Lutadores do povo
Agosto – 2003	Trindade, a guerreira	Lutadores do povo
Fev – 2004	A rebeldia e a criatividade de Nise da Silveira	Lutadores do povo
Mar – 2004	Mulheres se mobilizam por um outro Brasil	8 de março/ mobilização
Julho – 2004	Mulheres discutem conjuntura política e social	Evento
Fev – 2005	Cartaz da MMM	8 de março
Mar – 2005	Mulheres do campo e da cidade ocupam ruas de todo país:	8 de março/ mobilização

	mobilizações do 8 de março mostram o poder de articulação das mulheres.	
Abril – 2005	História de luta da revolucionária Gladys Marín	Lutadores do povo
	Derrubando mitos: mão de obra feminina não é cara	Formativo
Maio – 2005	A comandante Bartolina Sisa	Lutadores do povo
Agosto – 2005	Sem terra discutem a participação da mulher na luta	Evento/ Partic. Política
Set – 2005	Uma vida dedicada ao teatro para o povo	Lutadores do povo
Nov – 2005	Precursora na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas	Lutadores do povo
Dez 2005/ Jan 2006	A flor do trabalho	Lutadores do povo
	Mulher negra: a mão de obra mais barata do mercado	Formativo
Fev – 2006	A participação da mulher na transformação social	Formativo/ Partic. Política
Mar – 2006	Mulheres protestam contra deserto verde	8 de março/ mobilização
	Muito além de homenagens: No 8 de março mulheres ocupam as ruas para exigir respeito e igualdade	8 de março/ mobilização
Abril – 2006	Camponesas discutem participação da mulher	Evento/ partic. Política
Jul – 2006	Marcha mundial de mulheres fortalece sua organização	Evento
	Trilhando um caminho próprio	Lutadores do povo
	Livro discute a divisão sexual do trabalho	Divulgação
Nov – 2006	Uma mulher de coragem e fibra	Lutadores do povo
Fev/Mar – 2007	Mulheres do campo e da cidade unidas na construção do projeto popular	Formativo/ Partic. Política
Abril – 2007	Lugar de mulher é na mobilização. Trabalhadoras unidas contra o imperialismo e na luta por mudanças.	8 de março/ mobilização
Maio – 2007	Participando sem medo de ser mulher	Participação política
Set – 2007	Dos salões literários à luta socialista	Lutadores do povo
Fev/mar – 2008	O protagonismo feminino	Participação política
	Mulheres contra o capital	8 de março/ mobilização
Mar – 2009	Roseli Nunes, Presente!	Divulgação

Abril – 2009	Mulheres da via campestre em luta: mulheres em luta contra o agronegócio, por reforma agrária e por soberania alimentar.	Mobilização
Jun – 2009	Anitta Prestes relata experiência da coluna invicta	Lutadores do povo
Agosto – 2009	O célebre “o segundo sexo” faz 80 anos	Formativo
Mar – 2010	Pois sem mulher a luta vai pela metade	8 de março/ formativo/ partic. Política
Abril – 2010	Tarefa de mulher assentada é produzir e lutar	Partic. Na produção
	Mobilização em 20 estados marcam a luta das mulheres	8 de março/ mobilização
Fev/Mar – 2011	O veneno é a cara do agronegócio	Entrevista/ luta das mulheres
	Em frente, companheiras!	Mobilização
Abril – 2011	Jornada de mulheres mobiliza 13 estados contra agrotóxicos	Mobilização
Jan/Fev – 2012	Compromisso de luta das mulheres sem terra	8 de março/ luta das mulheres
Mar/Abril – 2012	Camponesas lutam em 21 estados por Reforma Agrária	8 de março/ mobilização
Jun/jul/ago – 2012	Luta das mulheres	Evento/ mobilização